

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1 Contexto operacional

A Equatorial Energia S.A. (“Companhia” ou “Equatorial” ou “Controladora”) sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade São Luís, Estado do Maranhão, tem por objetivo a participação em outras sociedades, prioritariamente em operações de geração ou distribuição de energia elétrica. A Companhia possui ações negociadas na BM&F BOVESPA sob o *ticket* “EQTL3” e desde 2008 participa do Novo Mercado.

Por meio do Despacho nº 4.621, de 25 de novembro de 2014, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL aprovou modelo de aditivo aos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, cujo objetivo é garantir que os saldos remanescentes de ativos ou passivos regulatórios relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pela ANEEL, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária comporão o valor da indenização a ser recebida pelo concessionário em eventual término da concessão, por qualquer motivo. As controladas CEMAR e CELPA, nos termos da legislação vigente, celebraram o referido aditivo em 10 de dezembro de 2014, com a aprovação de seus Conselhos de Administração.

2 Entidades controladas e controladas em conjunto

A Equatorial mantém investimentos conforme demonstrado a seguir:

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Companhia Energética do Maranhão - CEMAR	(a)	65,11%	65,11%
Equatorial Soluções S.A.	(b)	-	100,00%
55 Soluções S.A.	(b)	100,00%	-
Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA	(c)	96,50%	96,50%
Geradora de Energia do Norte	(d)	25,00%	25,00%
Vila Velha Termoeletricas Ltda.	(e)	50,00%	50,00%
Equatorial Telecomunicações	(f)	0,04%	0,04%

- (a) Companhia Energética do Maranhão (CEMAR): Sociedade anônima de capital aberto que tem como atividade principal a distribuição de energia elétrica. A área de concessão da CEMAR é o Estado do Maranhão, atendendo a mais de 2,3 milhões de clientes e cobrindo uma área superior a 332 mil km². O contrato de concessão de distribuição de energia elétrica nº 060/2000, celebrado entre a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a CEMAR em 28/08/2000, possui vigência até agosto de 2030, podendo ser prorrogado por mais um período de 30 anos.

- (b) 55 Soluções S.A.: Sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, que tem como atividades principais: a) a prestação de serviços em negócios de energia elétrica, telecomunicações e transmissão de dados; b) a prestação de serviços de cobrança de fatura de energia elétrica em nome e por conta de terceiros; e c) a prestação de serviços técnicos de operação, manutenção e planejamento de instalações elétricas de terceiros.

Em 14 de abril de 2016, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária a incorporação da totalidade do patrimônio líquido da 55 Atende S.A pela Equatorial Soluções S.A. Esta incorporação foi efetivada sem aumento de capital em virtude da Equatorial Soluções deter a totalidade de seu capital social e, a alteração da denominação social da Companhia, de Equatorial Soluções S.A para 55Soluções S.A.

- (c) Centrais Elétricas do Pará S.A. (CELPA): Sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de Belém, no Estado do Pará, que atua na distribuição e geração de energia elétrica na área de sua concessão legal que abrange todo o Estado do Pará com 1.248 mil km², atendendo 2,4 milhões de consumidores em 144 municípios. O contrato de concessão de distribuição de energia elétrica nº 182/1998, celebrado entre a ANEEL e a CELPA em 28/07/1998, possui vigência até julho de 2028, podendo ser renovado por mais um período de 30 anos. Além do contrato de distribuição acima mencionado, a CELPA possui Contrato de Concessão de Geração nº 181/1998 de 34 Usinas

Termelétricas, sendo 11 próprias e 23 terceirizadas, para a exploração de geração de energia elétrica, pelo prazo de 30 (trinta) anos, com vencimento em 28/07/2028, renovável por igual período. Após a licitação, modalidade de leilão (Leilão 02-2016 ANEEL), realizada pela ANEEL em abril de 2016, todas as usinas passam a ser operadas pelo vencedor da licitação, o Consórcio Energia do Pará (CEPA), que a partir de fevereiro de 2017 será responsável pela geração em todos os municípios que ainda não foram conectados ao Sistema Nacional Interligado (SIN), perdendo assim a validade do contrato 181/1998. O prazo de concessão para essas usinas é de 30 anos, vencendo em 28 de julho de 2028.

- (d) Geradora de Energia do Norte S.A.: é a Sociedade responsável pela implantação e operação das usinas termoeletricas de Tocantinópolis e de Nova Olinda, no município de Miranda do Norte, no Estado do Maranhão, com capacidade instalada de 330 MW, as quais fornecem energia para o Sistema Interligado Nacional. Em 1º de outubro de 2008, a Equatorial adquiriu 25% das ações representativas do capital social da Geradora de Energia do Norte S.A.: . O consórcio que detém o controle da Geradora de Energia do Norte S.A.: é composto pela Equatorial Energia S.A. (25%), Fundo de Investimentos em Participações Brasil Energia (25%) e GNP S.A. (50%). A GNP S.A., por sua vez, é composta pela Servtec Investimentos e Participações Ltda. (50%) e Companhia Ligna de Investimentos (50%). O controle da Geradora de Energia do Norte S.A.: é compartilhado e regido por Acordo de Acionistas.
- (e) Vila Velha Termoeletricas Ltda.: ainda em fase pré-operacional, é a sociedade responsável pela implantação e operação de usinas termoeletricas no Estado do Espírito Santo. A Equatorial Energia detém 50% do seu capital. O controle da C Vila Velha Termoeletricas Ltda. é compartilhado e regido por Acordo de Acionistas.
- (f) Equatorial Telecomunicações Ltda.: Empresa de direito privado com sede em São Luís, Estado do Maranhão, que tem como suas atividades a prestação de serviços de telecomunicações, serviço telefônico fixo, serviços de comunicação multimídia, provedores de voz sobre o protocolo de internet e prestação de serviços de informações em telefonia.

As controladas CEMAR, CELPA e 55 Soluções serão doravante mencionadas nas notas explicativas abaixo apenas como “Controladas”.

A Geradora de Energia do Norte e a Vila Velha são empresas controladas em conjunto (*join venture*) pela Equatorial, contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação.

As apresentações das demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação são equânimes com os da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas, incluindo as empresas controladas em conjunto, e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Todos os saldos e transações entre a Companhia e suas controladas foram eliminados na consolidação.

3 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas *pelo International Accounting Standards Board (IASB)* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas nos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 8 de março de 2017.

Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 4.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos, e, as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 7** - critérios de análise de risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- **Nota explicativa 15** - critério de apuração e atualização do ativo financeiro da concessão;
- **Nota explicativa 17** - cálculo da amortização do ativo intangível da concessão de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois o menor;
- **Nota explicativa 22** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota explicativa 27** - Reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas por meio da avaliação da probabilidade de perda que inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos;
- **Nota explicativa 38** - reconhecimento dos custos dos planos de aposentadoria com benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria, através da avaliação atuarial que envolve o uso de premissas sobre taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões; e

- **Nota explicativa 39** - definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos.

(i) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro, quando houver.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC / IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa 39.

3.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo; e
- o ativo ou passivo líquido de benefício definido é reconhecido como o valor justo dos ativos do plano, deduzido do valor presente da obrigação do benefício definido, e é limitado conforme demonstrado na nota explicativa 39.

3.5 Reapresentação das demonstrações financeiras e retificação de valores correspondentes

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas referente ao exercício de 31 de dezembro de 2016 e 2015, originalmente aprovadas para emissão em 08 de março de 2017, estão sendo reemitidas para refletir a mudança da prática contábil referente a atualização do ativo financeiro da concessão, anteriormente apresentada na rubrica de receita financeira que está sendo apresentada no grupo de receita operacional.

Adicionalmente, na nota explicativa de Informações por segmento, a Companhia efetuou a eliminação de alguns valores das suas controladas na coluna Administração central e outros que estavam sendo eliminados na coluna Eliminações e ajustes. Estas alterações não modificaram os valores consolidados totais.

A remissão das demonstrações financeiras referentes ao exercício de 31 de dezembro de 2016 e 2015 foi autorizada pela administração em 22 de setembro de 2017.

(a) **Reclassificações nas demonstrações de resultado (consolidado), demonstrações dos fluxos de caixa e demonstrações do valor adicionado (consolidado)**

A Companhia ao rever suas práticas contábeis concluiu que a atualização do ativo financeiro da concessão, anteriormente apresentada na rubrica de receita financeira, está melhor apresentada no grupo de receita operacional, conforme abaixo.

(i) ***Demonstrações dos resultados (consolidado)***

		Publicado em 31/12/2016	Reclassificação	Reapresentado
Receita operacional líquida	(a)	7.825.601	126.580	7.952.181
Custos de energia elétrica, construção e operação		(5.803.400)	-	(5.803.400)
Lucro bruto		2.022.201	126.580	2.148.781
Total de receitas (despesas) operacionais		(969.844)	-	(969.844)
Resultado antes do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social		1.052.357	126.580	1.178.937
Receitas financeiras	(a)	1.057.264	(194.377)	862.887
Despesas financeiras	(a)	(1.059.609)	67.797	(991.812)
Resultado financeiro, líquido		(2.345)	(126.580)	(128.925)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		1.050.012	-	1.050.012
Impostos sobre o lucro		(176.886)	-	(176.886)
Lucro líquido do exercício		873.126	-	873.126

		Publicado em 2015		Reapresentado em 2016
		31/12/2015	Reclassificação	31/12/2015
Receita operacional líquida	(a)	7.134.673	118.269	7.252.942
Custos de energia elétrica, construção e operação		(5.449.010)	-	(5.449.010)
Lucro bruto		1.685.663	118.269	1.803.932
Total de receitas (despesas) operacionais		(992.149)	-	(992.149)
Resultado operacional, antes do resultado financeiro, do IR e CSLL		693.514	118.269	811.783
Receitas financeiras	(a)	1.390.695	(118.269)	1.272.426
Despesas financeiras		(963.146)	-	(963.146)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		1.121.063	-	1.121.063
Provisões de impostos sobre o lucro		(161.215)	-	(161.215)
Lucro líquido do exercício		959.848	-	959.848

- (a) Reclassificação da atualização do ativo financeiro da concessão, anteriormente apresentada na rubrica de resultado financeiro, para o grupo de receita operacional.

(ii) Demonstrações do fluxo de caixa (consolidado)

	Publicado em 31/12/2016	Reclassificação	Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	873.126	-	873.126
Ajustes do lucro líquido do exercício	1.921.303	-	1.921.303
Variações nos ativos e passivos, circulante e não circulantes			
Contas a receber de clientes	(687.400)	-	(687.400)
Contas a receber - bandeiras tarifárias	1.595	-	1.595
Aquisição de combustível - conta CCC	63.254	-	63.254
Serviços pedidos	(21.025)	-	(21.025)
Depósitos judiciais	(21.053)	-	(21.053)
Estoques	(8.557)	-	(8.557)
Dividendos a receber	-	-	-
Impostos e contribuições a recuperar	(52.529)	-	(52.529)
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	(14.298)	-	(14.298)
Sub-rogação da CCC	540	-	540
Ativo financeiro de concessão	(255.417)	(255.417)	-
Outros créditos a receber	(13.230)	-	(13.230)
Fornecedores	8.503	-	8.503
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	(663)	-	(663)
Impostos e contribuições a recolher	31.227	-	31.227
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	(47.846)	-	(47.846)
Encargos do consumidor	(14.747)	-	(14.747)
Contribuição de iluminação pública	24.669	-	24.669
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	18.748	-	18.748
Participação nos lucros	11.175	-	11.175
Plano de aposentadoria e pensão	423	-	423

Equatorial Energia S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016

Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	(89.840)	-	(89.840)
Juros pagos	(250.717)	-	(250.717)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(42.079)	-	(42.079)
Outras contas a pagar	50.246	-	50.246
	<u>(1.309.021)</u>	<u>(255.417)</u>	<u>(1.053.604)</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>612.282</u>	<u>(255.417)</u>	<u>867.699</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Aquisições no ativo intangível e imobilizado	(a) (908.083)	255.417	(1.163.500)
Aquisições ativo imobilizado	-	-	-
Resgates/ aplicações financeiras	198.939	-	198.939
Recebimento de dividendos	20.135	-	20.135
	<u>(689.009)</u>	<u>255.417</u>	<u>(944.426)</u>
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento			
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	<u>599.645</u>	<u>-</u>	<u>599.645</u>
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>522.918</u>	<u>-</u>	<u>522.918</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	397.866	-	397.866
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	920.784	-	920.784
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>522.918</u>	<u>-</u>	<u>522.918</u>

- (a) Reclassificação da capitalização do ativo financeiro da concessão, anteriormente apresentada na rubrica na atividade operacional para a atividade de investimento, líquido das ativações do ativo intangível

(iii) Demonstrações do valor adicionado (consolidado)

	Publicado em 31/12/2016	Reclassificação	Reapresentado
Receitas			
Vendas de produtos e serviços e receitas de construção	(a) 11.053.427	126.580	11.180.007
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perda com créditos incobráveis	(278.199)	-	(278.199)
Provisão (reversão) de processos cíveis fiscais e trabalhistas	30.098	-	30.098
Outras despesas/receitas operacionais	(30.920)	-	(30.920)
Outras despesas / receitas não recorrentes	(70.245)	-	(70.245)
	<u>10.704.161</u>	<u>126.580</u>	<u>10.830.741</u>
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)	<u>(5.737.372)</u>	<u>-</u>	<u>(5.737.372)</u>
Valor adicionado bruto	<u>4.966.789</u>	<u>126.580</u>	<u>5.093.369</u>
Depreciação e amortização	(343.499)	-	(343.499)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	<u>4.623.290</u>	<u>126.580</u>	<u>4.749.870</u>
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	698.961	-	698.961
Resultado de equivalência patrimonial	26.893	-	26.893
Atualização do ativo financeiro	(a) 126.580	(126.580)	-
Amortização do direito de concessão	(6.373)	-	(6.373)
Outras	(382.646)	-	(382.646)
	<u>463.415</u>	<u>(126.580)</u>	<u>336.835</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>5.086.705</u>	<u>-</u>	<u>5.086.705</u>

Distribuição do valor adicionado

Empregados	336.614	-	336.614
Tributos	3.399.747	-	3.399.747
Remuneração de capitais de terceiros	477.218	-	477.218
Remuneração de capitais próprios	873.126	-	873.126
Valor adicionado	5.086.705	-	5.086.705

	Publicado em 31/12/2015	Reclassificação	Reapresentado
Receitas			
Vendas de produtos e serviços	9.016.393	118.269	9.134.662
Receitas de construção	1.087.782	-	1.087.782
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perda com créditos incobráveis	(147.571)	-	(147.571)
Provisão (reversão) de processos cíveis fiscais e trabalhistas	(12.601)	-	(12.601)
Outras despesas (receitas) operacionais	(215.327)	-	(215.237)
Outras despesas (receitas) não recorrentes	-	-	-
	9.728.676	118.269	9.846.945
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)	(5.492.367)	-	(5.492.367)
	-	-	-
Valor adicionado (aplicado) bruto	4.236.309	118.269	4.354.578
Depreciação e amortização	(313.676)	-	(313.676)
Valor adicionado líquido gerado (aplicado) pela Companhia	3.922.633	118.270	4.040.903
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	427.549	(118.270)	309.279
Resultado de equivalência patrimonial	31.421	-	31.421
Amortização do direito de concessão	(6.707)	-	(6.707)
	452.263	(118.270)	333.993
Valor adicionado total a distribuir	4.374.896	-	4.374.896
Distribuição do valor adicionado			
Empregados	277.856	-	277.856
Tributos	3.129.779	-	3.129.779
Remuneração de capitais de terceiros	7.413	-	7.413
Remuneração de capitais próprios	959.848	-	959.848
Valor adicionado	4.374.896	-	4.374.896

- (a) Reclassificação da atualização do ativo financeiro da concessão, anteriormente apresentada na rubrica de valor adicionado recebido em transferência, para o grupo de receitas.

(iv) Segmento do negócio

A Companhia efetuou a eliminação de alguns valores das suas controladas na coluna Administração central e outros que estavam sendo eliminados na coluna Eliminações e ajustes. Estas alterações não modificaram os valores consolidados totais (nota explicativa nº 41).

4 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

4.1 Base de consolidação

4.1.1 Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

As entidades controladas são Companhia Energética do Maranhão - CEMAR, 55 Soluções S.A. (Equatorial Soluções S.A.) e Centrais Elétricas do Pará - CELPA.

4.1.2 Participação de acionistas não-controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

4.1.3 Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

4.1.4 Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures).

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite à Companhia controle compartilhado da entidade e dá à Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas

demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

As entidades controladas em conjunto são a Geradora de Energia do Norte S.A. e a Vila Velha Termoeletricas Ltda.

4.1.5 Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

4.2 Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

4.3 Receita operacional

4.3.1 Distribuição

As receitas de distribuição de suas controladas são classificadas como: i) Fornecimento de energia elétrica para o consumidor, e; ii) Energia elétrica no mercado de curto prazo. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos impostos e dos eventuais descontos incidentes sobre a mesma. A receita de venda de energia e serviços é reconhecida quando é provável que os benefícios econômicos associados às transações fluirão para a Companhia; o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; os riscos e os benefícios relacionados à venda foram transferidos para o comprador; os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade; e a Companhia não detém mais o controle e a responsabilidade sobre a energia vendida. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores é efetuado mensalmente de acordo com o calendário de leitura. A receita não faturada, correspondente ao período entre a data da última leitura e o encerramento do mês, é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida.

Inclui também a receita de construção vinculada ao segmento de distribuição de energia elétrica abrangida no escopo do ICPC 01 - Contratos de concessão (R1)/IFRIC 12. O ICPC 01 (R1) estabelece que as concessionárias de energia elétrica devem registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 (R1) - Receitas (serviços de operação - fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

As controladas CEMAR e CELPA contabilizam receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim das concessionárias é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) as concessionárias controladas terceirizam a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

4.4 Benefícios a empregados

4.4.1 Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

4.4.2 Planos de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

4.4.3 Planos de benefício definido

A obrigação líquida da Companhia para os planos de benefício definido é calculada para cada um dos planos com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano.

O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências mínimas de custeio aplicáveis.

Remensurações da obrigação líquida, que incluem: os ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. A Companhia determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período multiplicando o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido pela taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido, ambos conforme determinados no início do período a que se referem as demonstrações financeiras, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos no resultado.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no resultado. A Companhia reconhece ganhos e perdas na liquidação de um plano de benefício definido quando a liquidação ocorre.

4.5 Subvenção governamental

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Quando a Companhia receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

4.6 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- receita e despesas de juros;
- ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros; e
- ganhos/perdas líquidos nos instrumentos de financeiros derivativos que são reconhecidos no resultado;

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

4.7 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício, quando aplicável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

4.7.1 Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

A Companhia deve compensar os ativos fiscais correntes e os passivos fiscais correntes se, a Companhia:

- tiver o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos; e
- pretender liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4.7.2 Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados quando os critérios aplicáveis são atendidos.

4.8 Estoques

Os estoques estão registrados ao custo médio de aquisição, líquido de provisões para perdas, quando aplicável, e não excedem ao custo de reposição ou ao valor líquido de realização. O valor líquido de realização corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

4.9 Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros

Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, incorporando os saldos dos valores a receber da parcela A e outros itens financeiros no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão. Tal alteração buscou eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica - Parcela A (CVA) e outros componentes financeiros.

Os valores ativos e passivos correspondentes à parcela A são reconhecidos, mensurados e evidenciados, conforme determina a Orientação Técnica - OCPC 08. O referido evento demanda o reconhecimento do saldo de quaisquer diferenças de Parcela A e outros componentes financeiros ainda não recuperados ou liquidados.

4.10 Ativo indenizável (concessão)

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº 60, de 28 de agosto de 2000 e aditivos posteriores, celebrados entre a União (poder concedente - Outorgante) e as controladas CEMAR e CELPA (concessionárias - operadoras) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pelas concessionárias, onde:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e a melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica das controladas CEMAR e CELPA, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

- Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão apurados com base no Valor Novo de Reposição (“VNR”) classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
- Parcela remanescente do ativo financeiro (valor residual) apurada de acordo com o Valor Novo de Reposição (“VNR”) classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, através do consumo de energia pelos consumidores, nota 15.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível das controladas CEMAR e CELPA é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (i) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

De acordo com a Lei 12.783/2013, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente. Tal normativo só produz efeitos no exercício de 2012, não afetando o resultado de anos anteriores.

A controladas CEMAR e CELPA reconhecem um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro equivalente do poder concedente pelos serviços de construção ou melhoria prestados. Tais ativos financeiros são mensurados pelo seu valor justo quando do reconhecimento inicial, e após o reconhecimento inicial estes ativos financeiros são mensurados pelo seu custo amortizado.

Caso as concessionárias sejam ressarcidas pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

4.11 Ativos intangíveis

4.11.1 Contratos de concessão de serviços

As controladas CEMAR e CELPA reconhecem como um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços, quando elas têm um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de tal concessão. Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o seu reconhecimento inicial. Após este reconhecimento tal ativo intangível é mensurado pelo seu custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução do seu valor recuperável.

4.11.2 Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e suas controladas que têm sua vida útil finita são mensurados pelo seu custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução acumulada do seu valor recuperável.

4.11.3 Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

4.11.4 Amortização

A amortização é calculada sobre o custo de aquisição do ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual apurado. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear e limitada ao prazo remanescente do contrato de concessão das controladas CEMAR e CELPA ou a vida útil estimada dos ativos intangíveis, dos dois o menor, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Este método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

A vida útil de um ativo intangível, em um contrato de concessão de serviço, é o período a partir do qual as concessionárias têm a capacidade de cobrar do público pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão. Os métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos caso haja alterações deliberadas pelo órgão regulador.

4.12 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Os passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

4.12.1 Ativos e passivos financeiros não derivativos - Reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4.12.2 Ativos financeiros não derivativos - Mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Nas demonstrações do fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

4.12.3 Passivos financeiros não derivativos - Mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros, são reconhecidas no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

4.12.4 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

Derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

4.13 Capital social

(i) Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32 - Tributo sobre o lucro / IAS 12.

Ações não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é não discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro da Companhia e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas da Companhia.

(ii) Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICPC 08, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual sejam distribuídos a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários.

A Companhia registra um passivo equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício.

Dividendo adicional ao mínimo obrigatório por lei, contido em proposta da administração efetuada antes da data do balanço patrimonial deve ser mantido no patrimônio líquido em conta específica chamada de “dividendo adicional proposto”. Caso a proposição seja realizada após a data do balanço e antes da data de emissão das demonstrações financeiras, tal fato deve ser mencionado no tópico de eventos subsequentes.

4.14 Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

4.15 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

As provisões para processos judiciais são constituídas para todas os processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.16 Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

4.17 Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

4.18 Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um período de tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

4.19 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

Iniciativa de Divulgação (Alterações ao CPC 26 / IAS 7)

As alterações requerem divulgações adicionais que permitam aos usuários das demonstrações financeiras entender e avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, tanto mudanças decorrentes de fluxos de caixa quanto outras mudanças.

As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRS.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente. A IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRS.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRS.

O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia em 2018 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros que a Companhia detiver e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a Companhia fará no futuro. A nova norma exigirá que a Companhia revise seus processos contábeis e controles internos relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros e essas alterações ainda não estão finalizadas.

(i) Classificação - Ativos financeiros

A IFRS 9 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

A IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

De acordo com a IFRS 9, os derivativos embutidos em contratos onde o hospedeiro é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido como um todo é avaliado para sua classificação.

Com base na sua avaliação preliminar, a Companhia não considera que os novos requerimentos de classificação, se fossem aplicados em 31 de dezembro de 2016, teriam um impacto significativo na contabilização de contas a receber, empréstimos, investimentos em títulos de dívida e investimentos em títulos patrimoniais mensurados ao valor justo.

(ii) *Redução ao valor recuperável (Impairment) - Ativos financeiros e Ativos contratuais*

A IFRS 9 substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 (IAS 39) por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exigirá um julgamento relevante quanto à forma como mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

De acordo com a IFRS 9, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro dos 12 meses após a data de relatório; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A mensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica se o risco de crédito de um ativo financeiro na data de relatório tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses se aplica se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Uma entidade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data de relatório. No entanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira sempre se aplica para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo; uma entidade pode optar por aplicar esta política também para contas a receber de clientes e ativos contratuais com um componente de financiamento significativo.

A Companhia acredita que as perdas por redução ao valor recuperável deverão aumentar e tornar-se mais voláteis para os ativos no modelo da IFRS 9. No entanto, a Companhia ainda não finalizou a metodologia de perda por redução ao valor recuperável que aplicará no âmbito da IFRS 9.

(iii) *Classificação - Passivos Financeiros*

A IFRS 9 retém grande parte dos requerimentos da IAS 39 para a classificação de passivos financeiros.

Contudo, de acordo com a IAS 39, todas as variações de valor justo dos passivos designados como VJR são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com a IFRS 9, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma:

- O valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro são apresentado em ORA; e
- O valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado.

A Companhia não designou ou pretende designar passivos financeiros como VJR. A avaliação preliminar da Companhia não indicou qualquer impacto material se as exigências da IFRS 9 relativas à classificação dos passivos financeiros fossem aplicadas em 31 de dezembro de 2016.

(iv) *Divulgações*

A IFRS 9 exigirá extensivas novas divulgações, especificamente sobre a contabilidade de hedge, risco de crédito e perdas de crédito esperadas. A avaliação preliminar da Companhia incluiu uma análise para identificar deficiências em relação a informações requeridas e processos atuais e a Companhia planeja implementar mudanças nos seus sistemas e controles para atender aos novos requisitos.

IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRS e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

A Companhia iniciou uma avaliação inicial do potencial impacto em suas demonstrações financeiras. Até agora, o impacto mais significativo identificado é que a Companhia irá reconhecer novos ativos e passivos para os seus arrendamentos operacionais. Além disso, a natureza das despesas relacionadas a esses arrendamentos será alterada, pois a IFRS 16 substitui a despesa linear de arrendamento operacional por despesas de depreciação do direito de uso e juros sobre os passivos de arrendamento. A Companhia ainda não decidiu se utilizará as isenções opcionais. Não é previsto qualquer impacto significativo nos contratos de arrendamento financeiro da Companhia. A Companhia deve aplicar a IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019.

A Companhia espera que a adoção da IFRS 16 não afete sua capacidade de cumprir com os acordos contratuais (*covenants*) de limite máximo de alavancagem em empréstimos.

4.20 Mudança de práticas contábeis

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, procedeu aos seguintes ajustes e reclassificações nas suas demonstrações do resultado e do valor adicionado de 31 de dezembro de 2016 e 2015, originalmente emitidas em 08 de março de 2017 conforme demonstrado a seguir, com base nas orientações emanadas pelo “CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”. As mudanças efetuadas não alteram o total dos ativos, o patrimônio líquido, o lucro líquido e também não afetam qualquer índice de endividamento financeiro.

A Companhia revisou suas práticas contábeis e concluiu que o ajuste a valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão, originalmente apresentado sob a rubrica de “Receita Financeira”, no resultado financeiro, poderia ser melhor classificado no grupo de receitas operacionais, juntamente com as demais receitas relacionadas com a sua atividade fim, por refletir mais apropriadamente o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e propiciar a melhor apresentação quanto a sua posição patrimonial e seu desempenho. Tal conclusão está suportada no fato de que:

- (i) O retorno dos negócios de distribuição, sobre o investimento em infraestrutura, é determinado pelo valor justo dessa infraestrutura mais a taxa de “WACC”;
- (ii) Investir em infraestrutura é a atividade precípua de seu negócio, e o seu modelo de gestão está suportado em controlar a construção, manutenção e operação dessa infraestrutura;
- (iii) As receitas tarifárias representam tanto o retorno do ativo intangível quanto uma parte do retorno do ativo financeiro, pelo fato de esses dois ativos contábeis integrarem a base regulatória de remuneração. E as receitas tarifárias estão totalmente registradas como parte da “Receita Operacional Líquida”; e
- (iv) A nova classificação adotada está corroborada pelo parágrafo 23 do OCPC 05 - Contrato de Concessão.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e bancos	-	161	67.693	46.987
Aplicações financeiras de curto prazo (a)	137.661	8.874	853.091	350.879
Total	137.661	9.035	920.784	397.866
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Aplicações financeiras de curto prazo				
CDB	137.329	8.543	704.785	212.119
Debêntures compromissadas	332	331	148.306	138.760
Total	137.661	8.874	853.091	350.879

- (a) As aplicações financeiras de curto prazo referem-se, substancialmente, a renda fixa, lastreadas a CDB - Certificados de Depósitos Bancários e Operações Compromissadas com característica de recompra, de alta liquidez, contratados diretamente com as instituições financeiras que operam no Mercado Financeiro Nacional e possuem baixo risco de crédito. Tais aplicações são remuneradas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) com percentual em torno de 95,77% (99,23% em 31 de dezembro de 2015) e estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia e suas controladas prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata. Essas operações têm vencimentos inferiores a três meses da data de contratação e com compromisso de recompra pelo emissor, logo são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2).

6 Investimento de curto prazo

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Fundos de investimentos	350.366	223.045	2.133.514	2.080.520
Outros	-	-	3.621	2.954
Total	350.366	223.045	2.137.135	2.083.474

- (a) Os fundos de investimentos representam operações de baixo risco em instituições financeiras com nota de avaliação de risco acima de AA e são compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros, de acordo com a política de investimento da Companhia. As operações são remuneradas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) com percentual em torno de 102,81% (104,02% em 31 de dezembro de 2015) e classificados como ativos financeiros ao valor justo.

7 Contas a receber de clientes (Consolidado)

7.1 Composição dos saldos

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Contas a receber de consumidores faturados	1.587.366	1.530.078
Contas a receber de consumidores não faturados (a)	272.652	275.913
Parcelamentos (b)	973.436	763.554
Baixa renda e viva luz	62.375	61.475
Outras	123.286	157.997
Total	3.019.115	2.789.017
(-) Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber	(355.007)	(533.721)
Total contas a receber clientes	2.664.108	2.255.296
Total circulante	2.292.104	1.977.709
Total não circulante	372.004	277.587

- (a) Consiste na estimativa de energia fornecida entre a data de leitura e o encerramento do mês, conforme prática estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico de 2015; e
- (b) Parcelamentos sobre faturas de energia elétrica das controladas CEMAR e CELPA, que podem ser efetuados com prazo de até 24 vezes, e para clientes corporativos ou da alta tensão, o prazo pode estender-se além disso.

7.2 Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber (CEMAR e /CELPA)

	Consolidado			
	31/12/2015	Provisões adições	Reversões (baixas) (a)	31/12/2016
Contas a receber de consumidores faturados	449.314	230.017	(426.095)	253.236
Parcelamentos	81.453	124.864	(114.901)	91.416
Outras	2.954	11.207	(3.806)	10.355
Total	533.721	366.088	(544.802)	355.007
	31/12/2014	Provisões adições	Reversões (baixas)	31/12/2015
Contas a receber de consumidores faturados	313.145	176.977	(40.808)	449.314
Parcelamentos	52.619	68.070	(39.236)	81.453
Outras ¹	2.954	-	-	2.954
Total	368.718	245.047	(80.044)	533.721

- (a) A controlada CELPA reavaliou os títulos de consumidores por vencimento e verificou-se que um total de R\$ 399.964 encontravam-se vencidos há mais de 360 dias. Assim, a Companhia realizou a baixa dos mesmos, levando em consideração os prazos legalmente estabelecidos. A referida baixa não impactou o resultado do exercício, visto que os títulos baixados estavam provisionados.

¹ A Companhia, para melhor apresentação, concatenou as informações “Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, Serviços prestados a terceiros, Cheques em cobrança” formando assim a linha de “Outras”.

A constituição da provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber está de acordo com os critérios definidos segundo a melhor estimativa da Administração e considerando a Instrução Geral 6.3.2 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, a seguir, resumidos:

Clientes com débitos relevantes

- Análise individual do saldo a receber dos consumidores por classe de consumo, considerado de difícil recebimento. Para os 10 mil maiores clientes, com ou sem débitos parcelados, com faturas provisionadas como perda por classe de consumo, consideram-se todas as suas demais faturas, vencidas e a vencer, para inclusão na provisão para redução ao valor recuperável.

Para os demais casos, aplicamos a regra abaixo

- Consumidores residenciais - vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - vencidos há mais de 180 dias; e
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos e outros - vencidos há mais 360 dias.

Os critérios apresentados acima também são adotados para o contas a receber de parcelamento.

7.2 Contas a receber de consumidores faturados (CEMAR e CELPA)

Consolidado				
31/12/2016				
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	310.424	392.818	123.878	827.120
Industrial	81.755	26.068	51.024	158.847
Comercial	180.605	84.913	37.191	302.709
Rural	20.221	18.949	21.673	60.843
Poder público	131.119	7.120	4.772	143.011
Iluminação pública	57.973	8	744	58.725
Serviço público	34.803	797	511	36.111
Total fornecimento faturado	816.900	530.673	239.793	1.587.366

	Consolidado			
	31/12/2015			
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	329.726	278.349	232.585	840.660
Industrial	80.243	26.492	50.905	157.640
Comercial	156.209	66.433	39.551	262.193
Rural	18.921	13.891	28.651	61.463
Poder público	31.352	54.024	8.253	93.629
Iluminação pública	23.457	7.142	1.561	32.160
Serviço público	14.105	55.371	12.857	82.333
Total fornecimento faturado	<u>654.013</u>	<u>501.702</u>	<u>374.363</u>	<u>1.530.078</u>

7.3 Parcelamentos

	Consolidado			
	31/12/2016			
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	538.879	49.490	59.107	647.476
Industrial	44.245	4.986	13.338	62.569
Comercial	83.289	8.662	10.916	102.867
Rural	22.092	2.323	4.799	29.214
Poder público	77.468	4.960	4.254	86.682
Iluminação pública	16.581	761	319	17.661
Serviço público	23.568	2.576	823	26.967
Total do parcelamento	<u>806.122</u>	<u>73.758</u>	<u>93.556</u>	<u>973.436</u>

	Consolidado			
	31/12/2015			
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	382.629	28.971	64.066	475.666
Industrial	28.561	2.799	15.799	47.159
Comercial	61.476	5.239	15.119	81.834
Rural	18.087	1.705	4.970	24.762
Poder público	71.367	3.217	5.293	79.877
Iluminação pública	8.715	140	399	9.254
Serviço público	18.264	1.009	1.083	20.356
Serviço taxado - novação	3.696	551	863	5.110
Outros créditos - novação	-	286	871	1.157
Novação	-	4.362	14.017	18.379
Total do parcelamento	<u>592.795</u>	<u>48.279</u>	<u>122.480</u>	<u>763.554</u>

8 Contas a receber bandeiras tarifárias (Consolidado)

As arrecadações referentes ao Sistema de Bandeiras Tarifárias de janeiro a dezembro de 2016, no montante de R\$ 133.682, bem como repasses da CCRBT, no montante devolvido de R\$ 2.653, foram contabilizados como arrecadação antecipada dos valores a receber de parcela A e outros itens financeiros, não impactando o resultado da Companhia no exercício. Para o exercício findo 31 de dezembro de 2016 o saldo a receber é de R\$ 3.947, em 31 de dezembro de 2015 o saldo a receber foi de R\$ 5.542.

Em janeiro de 2016 a bandeira tarifária vermelha estava vigente no valor de R\$ 4,50 para cada 100 kWh. A partir de fevereiro de 2016 a bandeira vermelha passou a ter dois patamares: R\$ 3,00 (patamar 1) e R\$ 4,50 (patamar 2), aplicados a cada 100 kWh (quilowatt-hora) consumidos. Também a bandeira amarela teve seu valor reduzido e passou de R\$ 2,50 a R\$ 1,50, aplicados a cada 100 kWh (e suas frações). Durante o primeiro trimestre de 2016 à ANEEL homologou em janeiro a bandeira vermelha, em fevereiro a bandeira vermelha (patamar 1) e em março a bandeira amarela, e no encerramento do exercício findo 31 de dezembro de 2016, a bandeira tarifária vigente foi a verde.

9 Aquisição de combustível - conta CCC (Consolidado)

A CCC foi criada pelo Decreto nº 73.102, de 7 de novembro de 1973, com a finalidade de aglutinar o rateio dos custos relacionados ao consumo de combustíveis para a geração de energia termoeletrica nos sistemas isolados, especialmente na região norte do país. O objetivo da Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, é reembolsar os custos de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados, incluindo os custos relativos à contratação de energia e de potência associada à geração própria para atendimento ao serviço público de distribuição de energia elétrica, aos encargos do setor elétrico e impostos e, ainda, aos investimentos realizados, que deverá ocorrer através da CCC.

A controlada CELPA detém, em 31 de dezembro de 2016, crédito junto à Conta de Consumo de Combustível Fósseis - “CCC” no montante de R\$ 158.044 (R\$ 221.298 em 31 de dezembro de 2015). Os créditos supracitados estão registrados pelo valor histórico, não constam registros de encargos pelo atraso nos repasses.

10 Valores a receber (devolver) de parcela A e outros itens financeiros (Consolidado)

A conta de compensação dos Valores da Parcela A (CVA) é o mecanismo destinado a registrar as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse destas variações para as tarifas, em que a concessionária contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos regulatórios, conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado		
	31/12/2016		
	Circulante	Não circulante	Total
Parcela A			
CDE - conta de desenvolvimento energético	(9.865)	905	(8.960)
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	12.713	310	13.023
Rede básica	(1.588)	8.029	6.441
Compra de energia - CVA	92.201	162.223	254.424
ESS - encargos do serviço do sistema	(55.751)	(69.556)	(125.307)
	<u>37.710</u>	<u>101.911</u>	<u>139.621</u>
Itens financeiros			
Sobrecontratação de energia	(21.598)	13.469	(8.129)
Exposição financeira	(50.556)	(15.864)	(66.420)
Eletronuclear	245	-	245
Neutralidade	(38.123)	(24.488)	(62.611)
CEPISA violação do limite de continuidade	75	-	75
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente	-	(77.488)	(77.488)
Outros	723	959	1.682
	<u>(109.234)</u>	<u>(103.412)</u>	<u>(212.646)</u>
Total	<u>(71.524)</u>	<u>(1.501)</u>	<u>(73.025)</u>

	Consolidado		
	31/12/2015		
	Circulante	Não circulante	Total
Parcela A			
CDE - conta de desenvolvimento energético	46.248	6.637	52.885
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	814	-	814
Rede básica	12.320	819	13.139
Compra energia - CVA	218.658	30.470	249.128
ESS - encargos do serviço do sistema	(202.797)	(6.900)	(209.697)
	<u>75.243</u>	<u>31.026</u>	<u>106.269</u>
Itens financeiros			
Sobrecontratação energia	(96.939)	(11.907)	(108.846)
Exposição financeira	15.391	5.967	21.358
PIS/COFINS	(11.121)	-	(11.121)
Eletronuclear	6.763	-	6.763
Neutralidade	(31.663)	(22.658)	(54.321)
CEPISA violação do limite de continuidade	2.602	-	2.602
Outros	(9.837)	(19.406)	(29.243)
	<u>(124.804)</u>	<u>(48.004)</u>	<u>(172.808)</u>
Total	<u>(49.561)</u>	<u>(16.978)</u>	<u>(66.539)</u>

As controladas CEMAR e CELPA passaram a registrar os valores oriundos das Parcela A de acordo com o período de competência e de maneira prospectiva, conforme OCPC 08 - Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade.

	Consolidado					
	31/12/2015	Constituição	Baixa	Atualização	Amortizações	31/12/2016
Parcela A						
CDE - conta de desenvolvimento energético	52.885	(16.936)	(28.198)	6.632	(23.343)	(8.960)
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	814	7.470	1.035	2.175	1.529	13.023
Rede básica	13.139	16.584	(9.531)	845	(14.596)	6.441
Compra de energia - CVA (a)	249.128	247.440	88.749	21.679	(352.572)	254.424
ESS - encargos do serviço do sistema (b)	(209.697)	7.050	(6.724)	(16.786)	100.850	(125.307)
	<u>106.269</u>	<u>261.608</u>	<u>45.331</u>	<u>14.545</u>	<u>(288.132)</u>	<u>139.621</u>
Itens financeiros						
Sobrecontratação de energia (c)	(108.846)	103.556	(60.144)	2.323	54.982	(8.129)
Exposição financeira (d)	21.358	(76.382)	1.005	(2.964)	(9.437)	(66.420)
PIS/COFINS (e)	(11.121)	18.546	(7.425)	-	-	-
Eletronuclear (f)	6.763	-	573	-	(7.091)	245
Neutralidade (g)	(54.321)	(44.394)	11.541	(4.258)	28.821	(62.611)
CEPISA violação do limite de continuidade	2.602	(2.527)	-	-	-	75
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente	(30.288)	(38.817)	-	(8.383)	-	(77.488)
Outros	1.045	2.159	(738)	48	(832)	1.682
	<u>(172.808)</u>	<u>(37.859)</u>	<u>(55.188)</u>	<u>(13.234)</u>	<u>66.443</u>	<u>(212.646)</u>
Total	<u>(66.539)</u>	<u>223.749</u>	<u>(9.857)</u>	<u>1.311</u>	<u>(221.689)</u>	<u>(73.025)</u>

Equatorial Energia S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016

	Consolidado					
	31/12/2014	Constituição	Baixa	Atualização	Amortizações	31/12/2015
Parcela A						
CDE - Conta de Desenvolvimento Energético	2.575	66.851	(9.241)	7.748	(15.048)	52.885
PROINFA- Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	1.475	1.168	(4)	174	(1.999)	814
Rede básica	19.631	5.914	327	2.294	(15.027)	13.139
Compra energia - CVA (a)	556.205	(148.029)	209.293	59.968	(428.309)	249.128
ESS-Encargos do Serviço do Sistema (b)	(180.821)	(155.596)	22.477	(26.887)	131.130	(209.697)
	<u>399.065</u>	<u>(229.692)</u>	<u>222.852</u>	<u>43.297</u>	<u>(329.253)</u>	<u>106.269</u>
Itens financeiros						
Sobrecontratação energia (c)	263.132	(154.809)	(219.738)	4.547	(1.978)	(108.846)
Exposição financeira (d)	(9.504)	26.910	2.940	1.817	(805)	21.358
PIS / COFINS (e)	61.169	(11.121)	(61.169)	-	-	(11.121)
Eletro nuclear (f)	17.938	-	9.822	-	(20.997)	6.763
Limite de continuidade	(1.017)	-	113	-	904	-
Neutralidade (g)	(11.412)	(49.376)	(7.209)	-	13.676	(54.321)
CEPISA violação limite continuidade	1.090	1.824	(359)	47	-	2.602
Outros	1.995	(28.802)	(1.126)	-	(1.310)	(29.243)
	<u>323.391</u>	<u>(215.374)</u>	<u>(276.726)</u>	<u>6.411</u>	<u>(10.510)</u>	<u>(172.808)</u>
Total	<u>722.456</u>	<u>(445.066)</u>	<u>(53.874)</u>	<u>49.708</u>	<u>(339.763)</u>	<u>(66.539)</u>

- (a) A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica, de forma a permitir maior neutralidade no repasse destas variações para as tarifas. Essas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC;
- (b) Encargo pago referente à entrada das usinas térmicas como forma de poupar os reservatórios das usinas hidrelétricas e das entradas das usinas térmicas devido a restrição de transmissão entre os submercados;
- (c) O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu artigo 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais a ANEEL deverá considerar até 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Esse repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007. As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras e déficits de energia elétrica, limitados em 3% do requisito de carga. A Sobrecontratação de Energia refere-se à apuração dos repasses dos custos de compra de energia da parcela até 5% do requisito da carga do agente de distribuição;
- (d) Para o cálculo do repasse da sobrecontratação de energia ou da exposição ao mercado de curto prazo é necessária a apuração dos resultados no mercado de curto prazo das distribuidoras no último ano civil com dados disponibilizados, bem como os valores do PLD (Preço de liquidação de diferença), ambos apurados mensalmente pela CCEE. Neste sentido temos: (i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 o PLD teve média de R\$ 266,25 para a CEMAR e R\$ 279,85 para a CELPA sendo superior ao mesmo período em 2016, com isso constituindo um componente ativo do ano de 2015 para ambas as controladas; (ii) no exercício de 31 de dezembro de 2016, as controladas tiveram o volume de excedente no mercado de curto prazo inferior, ou seja, os contratos vigentes superior a energia requerida apurada, aliado ao PLD médio deste mesmo período de 2016 menor no patamar de R\$117,24 CEMAR e R\$ 112,80; e (iii) em conjunto, tivemos a redução do despacho de térmicas por parte do Operador Nacional do Sistema - ONS em quantidade menor, o que diminui as despesas da receita variável juntos aos geradores;
- (e) Conforme dispõe o artigo 28 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seus § 2º e § 3º, as regras de comercialização preveem mecanismos específicos para o rateio dos riscos financeiros decorrentes de diferenças de preços entre submercados, eventualmente impostos aos agentes de distribuição que celebrarem Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR na modalidade de quantidade de energia;
- (f) Pela sistemática das distribuidoras de energia, conforme Nota Técnica nº 115/2005-SFF/SRE/ANEEL, a alíquota efetiva de PIS/COFINS calculados no mês é aplicada no segundo mês subsequente. A controlada CEMAR apura a diferença entre os valores calculados e os efetivamente cobrados do consumidor, os valores apurados são reconhecidos como passivo ou ativo regulatório de acordo com impacto causado. Em 2015 resultou em uma devolução ao consumidor, que foi repassada em 2016;
- (g) Refere-se à diferença entre a tarifa praticada e a tarifa de referência entre Furnas e Eletro nuclear, conforme determinado na Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009. A diferença apurada foi rateada entre as concessionárias que adquiriram o CCEAR 2005 - 1º Leilão, e seu valor está sendo mensalmente pago pelas distribuidoras à Eletro nuclear nos anos de 2013 a 2015, conforme parcelas homologadas pela REH 1.406/2012. Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia possui valores a receber correspondente ao reconhecimento dos montantes a pagar no ano de 2015 conforme determinado na Resolução Homologatória ANEEL nº 1.585, de 13 de agosto de 2013 e que serão contemplados nos próximos reajustes tarifários; e
- (h) Decorre do repasse aos consumidores da compensação financeira devido à violação dos limites de continuidade dos pontos de conexão dos acessos de distribuidoras a outras distribuidoras, conforme previsto no Módulo 8 dos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional - PRODIST (Seção 8.2, item 6.1.5.2). Referem-se a valores pagos pelas distribuidoras acessadas, que devem ser repassados aos consumidores finais das distribuidoras acessantes, sob a forma de financeiro negativo.

Anualmente, no mês de agosto, a ANEEL apura o novo índice do reajuste tarifário das controladas CEMAR e CELPA adequando suas despesas da Parcela A (custo não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão). Através da Resolução Homologatória nº 2.127, de 23 de agosto de 2016, a ANEEL realizou o reajuste tarifário anual da controlada CEMAR, onde as novas tarifas entraram em vigor no dia 28 de agosto de 2016 com vigência até 27 de agosto de 2017, e através da Resolução Homologatória nº 2.117, de 02 de agosto de 2016, a ANEEL realizou o reajuste tarifário anual da controlada CELPA, onde as novas tarifas entraram em vigor no dia 7 de agosto de 2016 com vigência até 6 de agosto de 2017. Ao calcular o reajuste das controladas CEMAR e CELPA, a ANEEL considera a variação de custos que as controladas tiveram no ano. O cálculo inclui custos típicos da atividade de distribuição, sobre os quais incide o IGP-M, e outros custos que não acompanham necessariamente o índice inflacionário, como energia comprada, encargos de transmissão e encargos setoriais.

Nesse processo as CVA contabilizadas pelas controladas são auditadas devendo ser feita a baixa das diferenças entre o valor apurado pela CEMAR e CELPA e o concedido pela ANEEL no mesmo período. Os componentes financeiros concedidos no reajuste tarifário do ano anterior devem ter seus saldos baixados, sejam positivos e negativos, uma vez que eles só podem ser amortizados em 12 meses após o reajuste. A apuração das diferenças desses diversos pontos é chamada de efeito do reajuste nas controladas e, para esse exercício, o reposicionamento tarifário a ser percebido pelos consumidores foi de 8,24% na CEMAR e 7,55% na CELPA, considerando-se os componentes financeiros incluídos nas tarifas.

11 Impostos a recuperar

Os saldos do circulante e não circulante em decorrência das retenções ou antecipações legais estão demonstrados conforme a seguir:

11.1 Impostos e contribuições a recuperar

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Circulante		
ICMS a recuperar (CIAP)	85.874	75.936
Outros	19.126	18.938
Total	<u>105.000</u>	<u>94.874</u>
Não circulante		
ICMS a recuperar (CIAP)	127.588	85.263
Outros	3.048	2.970
Total	<u>130.636</u>	<u>88.233</u>

11.2 Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Circulante				
IRRF sobre aplicação financeira	3.246	4.194	51.052	55.450
Antecipação de IRPJ/CSLL	4.089	16.683	9.811	21.943
IRPJ/CSLL a restituir (a)	8.135	5.677	55.888	32.315
IRRF/CSLL retido na fonte	6.489	4.661	11.158	7.075
Total	21.959	31.215	127.909	116.783
Não Circulante				
IRPJ/CSLL restituir (a)	-	-	42.833	39.661
Total	-	-	42.833	39.661

- (a) Na controlada CELPA os valores registrados no circulante são originários de antecipações e de valores retidos na fonte de IRPJ e CSLL, do ano de 2016, e são recuperados no exercício subsequente, na forma de saldo negativo, compensando-os com os tributos federais devidos. O valor registrado no não circulante é decorrente de pedido de restituição oriundo de antecipações de IRPJ e CSLL do ano-calendário de 2004 e que foram pagas através de parcelamento na forma da Lei nº 11.941/2009 e serão recuperados quando da homologação pela Receita Federal.

12 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2016, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas decorrem de transações da Controladora com suas controladas, acionistas e suas partes relacionadas, profissionais-chaves da Administração (presidente e diretores) e outras partes relacionadas, conforme Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 05 - Divulgações sobre Partes Relacionadas estão demonstradas conforme a seguir:

Empresas	Ref.	Natureza da operação	Controladora					
			31/12/2016			31/12/2015		
			Ativo	Passivo	Resultado / Despesa	Ativo	Passivo	Resultado / Despesa
CEMAR	(a)	Contrato de compartilhamento	-	-	-	-	(212)	-
		Dividendos	49.499	-	-	44.696	-	-
CELPA	(b)	Cessão de créditos	8.118	-	(30.788)	200.401	-	31.192
		Contrato de mútuo	51.188	-	(12.796)	102.464	-	14.330
		Dividendos	66.450	-	-	16.758	-	-
55	(c)	Dividendos	2.614	-	-	6.353	-	-
Soluções								

			Consolidado					
			31/12/2016			31/12/2015		
Empresas	Ref.	Natureza da operação	Ativo	Passivo	Resultado/ Despesa	Ativo	Passivo	Resultado / Despesa
Eletrobras		Empréstimo ²	-	(270.285)	18.438	-	(253.752)	35.356
	(d)	Dividendos	-	(26.229)	-	-	(23.032)	-
Fascemar		Previdência privada	-	-	5.629	-	-	3.346
	(e)	Contrato de compartilhamento ³	13	-	-	16	-	-
Geradora de Energia do Norte	(f)	Compra de energia elétrica	-	-	1.743	-	-	4.606

- (a) Os valores entre a controlada CEMAR e a Companhia são provenientes do contrato de compartilhamento de recursos humanos, administrativos e rateio proporcional das respectivas despesas incorridas, com prazo de duração indeterminado; e de dividendos a receber;
- (b) Os valores com a CELPA são provenientes da aquisição direta ou indireta e negociação dos créditos constantes na recuperação judicial desta controlada, devidos aos seguintes credores: BNDES, Banco Bradesco, Banco Itaú BBA/ Unibanco, BIC Banco, Banco Merrill Lynch e Banco Société Générale. O saldo será amortizado em 10 parcelas anuais, fixas e iguais, vencendo-se a primeira parcela no último dia de 30 de setembro de 2034, a última parcela no último dia de 30 de setembro de 2043;
- (c) Os valores com a 55 Soluções são provenientes do contrato de compartilhamento de recursos humanos, administrativos e rateio proporcional das respectivas despesas incorridas com a controlada CEMAR, com prazo de duração indeterminado;
- (d) Os valores com a Eletrobras são referentes aos dividendos a pagar e a contratos de empréstimos com a controlada CEMAR. Os contratos de empréstimos com a Eletrobras são provenientes de linhas de financiamento específicas para o Setor Elétrico e suas condições são igualmente praticadas com outras distribuidoras de energia elétrica do Brasil;
- (e) Os valores são provenientes das contribuições da patrocinadora controlada CEMAR com sua Fundação de Previdência Complementar; e
- (f) Os valores com a Geradora de Energia do Norte S.A. ("Gera Maranhão") são provenientes do contrato de compra de energia elétrica CCEAR N° 5555/2007 - 29413N - 29414N com vigência até 2024 com a controlada CEMAR, que é pactuado em condições normais de mercado.

A Companhia detém ainda, valores com a FASCEMAR provenientes de confissão de dívida no montante de R\$ 6.606 e das contribuições da patrocinadora CELPA com sua Fundação de Previdência Complementar com efeito no resultado de R\$ 3.002 no exercício findo de 31 de dezembro de 2016 (R\$ 1.957 e R\$ 3.258 respectivamente em 31 de dezembro de 2015). As condições do plano de previdência da CELPA com a FASCEMAR estão descritas conforme Nota 32.

A Companhia adicionalmente possui as seguintes partes relacionadas, para as quais não há saldos movimentados durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

A Companhia também é parte relacionada das empresas Equatorial Telecomunicações, Solenergias Comercializadora de Energia, Hélios Energia Comercializadora de Serviços, Vila Velha Termoeletrica LTDA e Equatorial Transmissão, no entanto nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não houveram operações entre si.

Remuneração de pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os Conselheiros de Administração e Diretores. A remuneração foi fixada em até R\$ 14.500, conforme Assembleia Geral Ordinária realizada em 15 de abril de 2016.

² A Companhia não apresentou o valor de Empréstimos Eletrobras no resultado/despesa na demonstração financeira do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 no valor de R\$35.356.

³ A Companhia não apresentou o valor de "Contrato de compartilhamento" da FASCEMAR para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 no valor de R\$ 16

Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao exercício findo 31 de dezembro de 2016:

Conselho de Administração	
Remuneração fixa:	100%
Diretoria	
Remuneração fixa:	56%
Remuneração variável:	56%
Remuneração baseada em ações:	20%

Remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria paga pela Companhia no exercício:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Números de membros	6	6	12
Remuneração fixa anual	1.869	2.335	4.204
Salário ou pró-labore	1.869	2.315	4.184
Benefícios diretos e indiretos	-	20	20
Remuneração variável	-	9.958	9.958
Bônus	-	9.958	9.958
Benefícios pós emprego	-	16	16
Remuneração baseada em ações	-	3.470	3.470
Valor total da remuneração por órgão	1.869	15.779	17.648

Garantias

A Companhia presta garantia como avalista ou fiadora das controladas CEMAR e CELPA, sem ônus, nos contratos de financiamentos abaixo listados:

CEMAR

Instituição	Valor do financiamento	% do aval	Início	Término	Valor liberado	31/12/2016
Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME PSI (Simplificado)	776	100	25/03/2010	15/10/2019	776	1.223
Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME PSI (Convencional)	17.262	100	17/08/2010	15/04/2020	17.262	7.262
Banco do Brasil - CCB N° 21/00003-4	90.000	100	19/12/2014	11/04/2018	90.000	92.787
Banco do Brasil - CCB N° 20/02000-7	150.000	100	19/12/2014	12/06/2018	150.000	151.154
Banco do Brasil - CCB N° 20/02002-3	40.000	100	19/12/2014	15/06/2018	40.000	40.242
Banco do Brasil - CCB N° 2100010-7	20.000	100	19/12/2014	03/12/2017	20.000	26.423
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (11.2.0841.1)	175.237	100	11/11/2011	15/11/2021	175.237	44.613
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (12.2.1211.1)	516.488	100	13/12/2012	15/12/2022	467.280	332.212
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (14.2.1233.1)	557.700	100	30/12/2014	15/03/2024	332.109	350.425
Banco do Nordeste do Brasil - BNB (193.2008.2808.3018)	144.939	100	05/02/2009	05/02/2021	144.939	76.011
Caixa Econômica Federal - Contrato N° 415.866-52/2013 - FINISA	25.763	100	04/10/2013	07/10/2025	25.763	24.674
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP	7.956	100	07/11/2011	15/03/2020	7.956	3.651
Total	1.746.121				1.471.322	1.150.677

CELPA

Instituição	Valor do financiamento	% do aval	Início	Término	Valor liberado	31/12/2016
Banco Interamericano de Desenvolvimento (RJ)	121.095	100	01/09/2012	31/08/2026	121.095	197.504
Banco IBM (Capital de Giro)	11.700	100	22/01/2014	24/07/2017	11.700	2.770
Banco IBM (Capital de Giro)	10.000	100	19/09/2014	19/03/2018	10.000	4.338
Banco Guanabara - (Capital de Giro CCB)	8.114	100	20/10/2014	22/10/2018	8.114	3.736
Banco IBM (Capital de Giro)	20.900	100	30/12/2014	30/06/2018	22.900	11.114
BNDES (Financiamento 13/14)	498.073	100	26/12/2014	15/05/2024	407.150	330.439
BNDES (Financiamento - Torre 15/16/17)	863.191	100	27/12/2015	15/03/2024	290.000	319.539
Banco Itaú (Capital de Giro CCBI) - US\$69MM	200.000	100	25/02/2015	24/02/2017	200.000	114.169
Banco Citibank (Capital de Giro CCBI) - US\$ 112MM	455.520	100	20/01/2016	01/02/2019	455.520	369.142
Banco IBM (Capital de Giro)	22.900	100	03/07/2015	03/01/2019	22.900	16.850
Banco IBM (Capital de Giro)	2.147	100	16/05/2016	16/11/2019	2.147	1.934
Austral Seguradora (Garantia do 20º LEN Leilão 006/2014 A-5)	471	100	16/11/2015	16/11/2017	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Trabalhista - Processo nº.0001146-69.2013.5.08.0003)	1.114	100	23/11/2015	23/11/2020	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial -Tributário - Execução Fiscal - PGFN)	350	100	11/12/2015	11/12/2017	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo nº. 0000239-31.2007.8.14.0054)	200	100	18/01/2016	18/01/2018	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo 0000851-74.2014.5.08.0107)	24.792	100	18/01/2016	18/01/2021	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - AI nº. 001/2012 e 002/2012 - ISS de Portel)	1.372	100	23/03/2016	23/03/2019	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo 0000474-07.2005.814.0005)	3.400	100	06/04/2016	06/04/2017	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo 0019743-82.2012.814.0301)	1.397	100	14/04/2016	14/04/2019	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo 0002876-91.2000.8.14.0028)	1.917	100	18/04/2016	18/04/2019	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo 0000197-87.2006.814.0070)	36.467	100	09/09/2016	09/09/2017	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Segurado PINE)	25.175	100	10/11/2014	09/11/2019	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Segurado STIUPA)	66	100	10/08/2015	10/05/2018	N/A	N/A
Austral Seguradora (Garantia Judicial - AI: 032809-A do ICMBio)	4.418	100	13/01/2015	13/01/2020	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo nº. 001.2012.908.134-3 - 3ª Vara de Execução Fiscal de Belém/PA)	79	100	13/01/2015	13/01/2020	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo nº. 001.2012.923.686-3 - 3ª Vara de Execução Fiscal de Belém/PA)	677	100	02/02/2015	29/01/2017	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo nº. 1575-70.2012.5.08.0003)	1.315	100	09/07/2015	09/07/2018	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo nº. 0000578-90.1997.814.0301 Civil)	283	100	31/12/2015	31/12/2016	N/A	N/A
Austral Seguradora (Garantia de Compra de Energia - Leilão nº. 02/2015 (3º LFA))	18	100	15/05/2015	15/05/2020	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo nº. 0009689-93.2014.8.14.0040 Execução Fiscal de Parauapebas)	2.474	100	21/05/2015	21/05/2017	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo nº. 0000587-05.2015.08.0016 - 17ª Vara do Trabalho Belém/PA)	1.028	100	02/06/2015	02/06/2017	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo nº. 0001007-41.2014.08.0017 - 17ª Vara do Trabalho Belém/PA)	3.920	100	14/06/2016	14/06/2018	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo nº. 0000001-71.1998.14.0007 -Antônio Pereira Lobo)	1.056	100	28/11/2016	28/11/2018	N/A	N/A
Total	2.325.629				1.551.526	1.371.535

13 Sub-rogação CCC (Consolidado)

Em conformidade com as disposições da Resolução ANEEL nº 784, de 24 de dezembro de 2002, e Resolução Autorizativa - ANEEL nº 1.999, de 7 de julho de 2009, alterada pela Resolução Autorizativa - ANEEL nº 3.405, de 27 de março de 2012 a controlada CELPA foi enquadrada na sub-rogação dos benefícios do rateio da CCC, que trata da interligação de municípios isolados ao Sistema Interligado Nacional - SIN, para a ilha do Marajó. Atualmente, a sub-rogação é regida pela Resolução Normativa ANEEL n.º 427 de 22 de Fevereiro de 2011.

O Despacho ANEEL nº 4.722, de 18 de dezembro de 2009, trata nos itens 53 e 54, a respeito da contabilização do subsídio. O mencionado despacho determina que todos os valores já recebidos ou aprovados sejam registrados no grupo de contas “223 - Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica”.

O valor do investimento reconhecido e aprovado pela ANEEL para interligação da Ilha do Marajó é de R\$ 465.198, dividido em duas fases distintas, sendo a 1ª fase no valor de R\$ 184.660 e 2ª fase no valor de R\$ 280.538. Já para interligação dos municípios de Oriximiná e Óbidos o valor aprovado é de R\$ 22.374.

Do valor total do investimento da interligação da Ilha do Marajó, já foi repassado à Companhia R\$ 220.709 (R\$ 163.912 em 31 de dezembro de 2015), ficando um saldo a receber de R\$ 294.372 (R\$ 348.129 em 31 de dezembro de 2015). Em relação à interligação dos municípios de Oriximiná e Óbidos em 22 de novembro de 2.11.2016, foi repassado à CELPA o valor total do projeto R\$ 22.37424.328, no valor autorizado foi incluso a parcela de atualização de IGP-M.

Programa	Saldo em 31/12/2015	Transferência para obras	Parcela recebida	Atualização IGPM	Saldo em 31/12/2016
Sub-rogação Ilha do Marajó	43.450	75.592	(56.797)	3.039	65.284
Sub-rogação Oriximiná e Óbidos	22.374	-	(24.328)	1.954	-
Total	65.824	75.592	(81.125)	4.993	65.284

Programa	Saldo em 31/12/2014	Transferência para obras	Parcela recebida	Montante aprovado	Atualização IGPM	Saldo em 31/12/2015
Sub-rogação Ilha do Marajó	113.255	(50.982)	(65.667)	-	46.844	43.450
Sub-rogação Oriximiná e Óbidos	-	-	-	22.374	-	22.374
Total	113.255	(50.982)	(65.667)	22.374	46.844	65.824

14 Outros créditos a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Circulante				
Valores a recuperar de empregados	-	-	583	1.985
Adiantamento a fornecedores	-	-	4.402	5.058
Alienação de bens e direitos	-	-	869	5.437
Crédito ressarcimento de energia	-	-	2.665	3.262
Créditos em conta de energia elétrica	-	-	1.374	5.264
Despesas pagas antecipadamente	-	-	897	10.271
Outros créditos a receber (a)	2.665	1.228	78.452	27.415
Total	2.665	1.228	89.242	58.692

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Não circulante				
Valores a liberar (b)	-	-	16.140	16.140
Caução em garantia (c)	-	-	49.170	65.378
Cessão de crédito - CELPA (d)	48.219	302.865	-	-
Outros créditos a receber	-	-	1.655	4.614
Total	48.219	302.865	66.965	86.132

- (a) O montante tem como principais saldos as operações com a controlada CELPA: i) R\$ 7.715 de uso mutuo de poste, que é o compartilhamento da infraestrutura da disponibilidade de energia elétrica, contabilizados; ii) R\$ 9.539 refere-se a incorporação de rede, participação financeira de obras conforme Resolução 223/229/414 - ANEEL; iii) R\$ 5.174 outros valores diversos a receber; iv) R\$ 12.419 de taxa de administração de convênios; v) R\$ 14.753 de subvenção de descontos tarifários CDE. E com a controlada CEMAR principais saldos são: i) R\$ 4.968 com a neutralidade do PIS/COFINS; ii) R\$ 3.659 com leilão de bens; e iii) R\$ 3.460 outros valores diversos a receber;
- (b) A controlada CELPA possui saldo de valores a liberar com o Banco Daycoval no montante de R\$16.140 bloqueado em decorrência dos contratos de financiamentos repactuados através do Plano de Recuperação Judicial; e
- (c) Refere-se ao saldo da controlada CELPA em cumprimento às exigências contratuais do contrato de Dívida de Médio e Longo Prazo (DMLP), junto à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Bônus de Desconto e Bônus ao Par, são mantidas garantias constituídas em forma de caução em dinheiro junto a STN e que se destinam a amortizar os valores de principal desses empréstimos, cujo vencimento se dá em 15 de abril de 2024, cujo saldo em 31 de dezembro 2016 é R\$ 49.170 (R\$ 65.378 em 31 de dezembro de 2015).
- (d) Refere-se a contrato de mútuo celebrado com a controlada CELPA em 23 de abril de 2014, com o prazo total de 24 meses e vencimento final em 2 de maio de 2017, corrigido pelo CDI mais taxa de juros de 1,75% a.a., cuja finalidade foi de recomposição de caixa.

15 Ativo financeiro da concessão (Consolidado)

Refere-se à parcela dos investimentos realizados pelas controladas CEMAR e CELPA e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outros ativos financeiros diretamente do poder concedente decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 - (R1) Contratos de Concessão e ICPC 17 - Contratos de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de concessão. Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

A indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão está assim apresentada:

	31/12/2015	Atualização do ativo financeiro (a)	Capitalização	Baixas	31/12/2016
Ativo financeiro	3.176.346	193.271	386.113	(8.673)	3.747.057
Obrigações especiais (b)	(947.415)	(66.722)	(130.696)	-	(1.144.833)
Total	2.228.931	126.549	255.417	(8.673)	2.602.224

	31/12/2014	Reclassificação	Atualização do ativo financeiro (a)	Capitalização	Ajuste VNR (c)	Baixas	31/12/2015
Ativo financeiro	2.381.757	26.416	249.403	561.731	(32.876)	(10.085)	3.176.346
Obrigações especiais (b)	(815.784)	-	(98.197)	(47.364)	(61)	13.991	(947.415)
Total	<u>1.565.973</u>	<u>26.416</u>	<u>151.206</u>	<u>514.367</u>	<u>(32.937)</u>	<u>3.906</u>	<u>2.228.931</u>

A concessão das controladas CEMAR e CELPA não é onerosa, dessa forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

- (a) Atualização do ativo financeiro
Em 11 de setembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória 579, que dispõe sobre a prorrogação e licitação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências. Tal Medida Provisória foi convertida em 11 de janeiro de 2013 na Lei nº 12.783.
De acordo com esse normativo legal, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente.
- Visando a melhor estimativa da indenização ao final da concessão, o valor justo do ativo financeiro é revisado mensalmente, considerando a atualização pelo IPCA, por ser este um dos principais critérios de atualização anual utilizada pelo regulador nos processos de reajuste tarifário. Em 23 de novembro de 2015 houve mudança de índice, de IGP-M para IPCA, ocorrida através da Resolução Normativa nº 686/2015 publicado no Diário Oficial da União. Possíveis variações decorrentes do critério de cálculo do Valor Novo de Reposição - VNR também foram consideradas nessas mudanças;
- (b) Obrigações especiais
Representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica.
- As obrigações especiais são calculadas com base na participação da fonte de recurso, a saber:
- Os recursos da União são calculados pelo percentual estabelecido no contrato; e
 - Os demais recursos se enquadram na resolução 414/2010 da Aneel;
- (c) Ajuste do valor novo de reposição (VNR)
Refere-se a ajuste de obrigações financeiras referentes ao VNR em razão da homologação da Revisão Tarifária da controlada CELPA, conforme Despacho nº 2.441, de 29 de julho de 2015.

16 Investimentos

As principais informações sobre os investimentos nas controladas e nas controladas em conjunto são conforme a seguir demonstradas:

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Avaliados por equivalência patrimonial:					
CEMAR	65,11%	1.609.904	1.467.879	-	-
CELPA	96,50%	1.777.825	1.470.032	-	-
Geradora de Energia do Norte	25,00%	83.027	75.282	83.027	75.282
Vila Velha	50,00%	3.300	3.300	3.300	3.300
55 Soluções	100,00%	38.021	29.627	-	-
Subtotal		<u>3.512.077</u>	<u>3.046.120</u>	<u>86.327</u>	<u>78.582</u>
Outros investimentos		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>9.995</u>	<u>10.064</u>
Total		<u>3.512.077</u>	<u>3.046.120</u>	<u>96.322</u>	<u>88.646</u>

16.1 Movimentação dos investimentos em controladas e controlada em conjunto

	CEMAR	CELPA	Geradora de Energia do Norte	Vila Velha	55 Soluções	Total
Saldo em 31 de dezembro 2015	1.467.879	1.470.032	75.282	3.300	29.627	3.046.120
Dividendos adicionais	(62.404)	(4.729)	-	-	-	(67.133)
Dividendos mínimos	(49.499)	(66.460)	(20.134)	-	(2.614)	(138.707)
Resultado da equivalência patrimonial	260.301	383.560	27.879	-	11.008	682.748
Amortização do direito de concessão (b)	(6.373)	-	-	-	-	(6.373)
Outros resultados abrangentes	-	(4.578)	-	-	-	(4.578)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>1.609.904</u>	<u>1.777.825</u>	<u>83.027</u>	<u>3.300</u>	<u>38.021</u>	<u>3.512.077</u>

	CEMAR	CELPA	Geradora de Energia do Norte	Vila Velha	55 Soluções	Total
Saldo em 31 de dezembro 2014	1.282.696	391.262	66.879	3.300	24.793	1.768.930
Aumento de capital (a)	-	588.417	-	-	-	588.417
Dividendos mínimos	(44.977)	(16.759)	(23.018)	-	(1.505)	(86.259)
Resultado da equivalência patrimonial	236.867	500.452	31.421	-	6.339	775.079
Amortização do direito de concessão (b)	(6.707)	-	-	-	-	(6.707)
Ajuste PPA CELPA	-	53	-	-	-	53
Outros resultados abrangentes	-	15.881	-	-	-	15.881
Ganho (perda) no investimento	-	(9.274)	-	-	-	(9.274)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>1.467.879</u>	<u>1.470.032</u>	<u>75.282</u>	<u>3.300</u>	<u>29.627</u>	<u>3.046.120</u>

- (a) Refere-se ao aporte de capital realizado com os valores de contrato de mútuo celebrado com a controlada CELPA, com o prazo total de 24 meses e vencimento final em 2 de maio de 2016, juntamente com o com os valores de Aporte para Futuro Aumento de Capital derivado da obrigação assumida no Plano de Recuperação Judicial e no Plano de Transição da ANEEL.
- (b) Refere-se a amortização do intangível sobre direito de concessão pela aquisição da controlada CEMAR, onde será amortizado até o final da concessão em 2030.

16.2 Conciliação investimento

2016								
Controladas	Participação no capital	Patrimônio da ontrolada	Resultado	PPA Resultado	Equivalência patrimonial	Valor do investimento	Saldo ágio/PPA	Total do investimento
CEMAR	65,1087%	2.176.199	399.794	-	260.301	1.416.895	193.009	1.609.904
CELPA	96,4992%	2.118.012	351.556	45.918	383.560	2.043.864	(266.039)	1.777.825
Geradora de energia do norte	25,0000%	286.584	111.136	385	27.879	71.646	11.381	83.027
Vila Velha	50,0000%	6.600	-	-	-	3.300	-	3.300
55 Soluções	100,0000%	38.021	11.008	-	11.008	38.021	-	38.021
		<u>4.625.416</u>	<u>873.494</u>	<u>46.303</u>	<u>682.748</u>	<u>3.573.726</u>	<u>(61.649)</u>	<u>3.512.077</u>

16.3 Informações das controladas e controladas em conjunto

	Participação societária	Balanco patrimonial					Resultado					
		Circulante		Não Circulante		Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro bruto	Receitas/despesas operacionais	Resultado financeiro líquido	Imp. renda contribuição social	Resultado Líquido do exercício
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo							
Saldos em 31/12/2016												
CEMAR	65,1087%	2.337.609	1.281.632	3.290.584	2.170.362	2.176.199	3.064.644	915.743	(463.149)	36.819	(89.619)	399.794
CELPA	96,4992%	3.035.484	2.084.922	4.756.509	3.589.059	2.118.012	4.513.037	1.085.403	(546.446)	(117.478)	(69.923)	351.556
Geradora de Energia do Norte	25,0000%	116.431	98.191	572.980	304.636	286.584	413.961	166.921	(12.724)	(22.966)	(20.095)	111.136
Vila Velha	50,0000%	-	-	6.600	-	6.600	-	-	-	-	-	-
55 Soluções	100,0000%	33.447	24.676	30.335	1.085	38.021	73.619	72.132	(59.058)	1.223	(3.289)	11.008
		5.522.971	3.489.421	8.657.008	6.065.142	4.625.416	8.065.261	2.240.199	(1.081.377)	(102.402)	(182.926)	873.494
Saldos em 31/12/2015												
CEMAR	65,1087%	2.274.153	965.709	2.845.186	2.205.356	1.948.274	2.738.793	808.678	(385.747)	20.183	(79.311)	363.803
CELPA	96,4992%	2.560.150	2.209.875	4.296.059	2.801.364	1.844.970	4.187.313	866.483	(586.526)	317.272	(77.003)	520.226
Geradora de Energia do Norte	25,0000%	201.409	172.253	551.014	324.566	255.604	805.146	182.961	(14.417)	(20.668)	(22.578)	125.298
Vila Velha	50,0000%	-	-	6.600	-	6.600	-	-	-	-	-	-
55 Soluções	100,0000%	17.128	11.076	25.831	2.256	29.627	6.005	6.005	635	784	(1.086)	6.338
		5.052.840	3.358.913	7.724.690	5.333.542	4.085.075	7.737.257	1.864.127	(986.055)	317.571	(179.978)	1.015.665

17 Intangível (Consolidado)

O intangível está constituído conforme a seguir demonstrado:

31/12/2016					
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor líquido
Em serviço	4,22%	9.151.586	(3.832.123)	(1.802.386)	3.517.077
Em curso		1.390.888	-	(452.333)	938.555
Contrato de concessão		291.810	(98.801)	-	193.009
Total		10.834.284	(3.930.924)	(2.254.719)	4.648.641

31/12/2015					
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor líquido
Em serviço	4,37%	8.720.104	(3.376.024)	(1.731.111)	3.612.969
Em curso		852.623	-	(540.336)	312.287
Contrato de concessão		291.810	(92.426)	-	199.384
Total		9.864.537	(3.468.450)	(2.271.447)	4.124.640

O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão das controladas CEMAR e CELPA amortizáveis até agosto de 2030 e julho de 2028, respectivamente, conforme ICPC 01(R1). Com a adoção da ICPC 01(R1), o valor de amortizações de ativos fixos tangíveis das concessões e os correspondentes subsídios foram reclassificados para a rubrica de Amortização de Intangíveis das Concessões - ICPC 01 (R1).

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, a infraestrutura utilizada na distribuição de energia elétrica é vinculada a esses serviços, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL.

A Resolução nº 20 da ANEEL, de 3 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação dos bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo a autorização prévia para desvinculação da infraestrutura inservível à concessão, quando destinada à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na própria concessão.

Movimentação do ativo intangível:

	31/12/2015	Adições	Baixas	Capitalização/ transferência (a)	31/12/2016
Em serviço	8.720.104	640	(63.447)	494.289	9.151.586
(-) Amortização	(3.376.024)	(489.657)	33.558	-	(3.832.123)
Total em serviço	5.344.080	(489.017)	(29.889)	494.289	5.319.463
Em curso	852.623	1.418.667	-	(880.402)	1.390.888
Total em curso	852.623	1.418.667	-	(880.402)	1.390.888
Obrigações especiais (b)	(2.942.915)	(265.469)	5.208	130.696	(3.072.480)
(-) Amortização	671.468	146.293	-	-	817.761
Total em obrigações especiais	(2.271.447)	(119.176)	5.208	130.696	(2.254.719)
Direito de concessão	291.810	-	-	-	291.810
(-) Amortização	(92.426)	(6.375)	-	-	(98.801)
Total de direito de concessão	199.384	(6.375)	-	-	193.009
Total	4.124.640	804.099	(24.681)	(255.417)	4.648.641

	31/12/2014	Reclassificação	Adições	Baixas	Capitalização/ transferência (a)	31/12/2015
Em serviço	8.149.113	(29.331)	48	(189.049)	789.323	8.720.104
(-) Amortização	(3.037.353)	-	(472.175)	133.504	-	(3.376.024)
Total em serviço	5.111.760	(29.331)	(472.127)	(55.545)	789.323	5.344.080
Em curso	1.125.332	-	1.120.248	(41.903)	(1.351.054)	852.623
Total em curso	1.125.332	-	1.120.248	(41.903)	(1.351.054)	852.623
Obrigações especiais (b)	(2.738.345)	-	(307.959)	56.025	47.364	(2.942.915)
(-) Amortização	512.681	-	158.787	-	-	671.468
Total em obrigações especiais	(2.225.664)	-	(149.172)	56.025	47.364	(2.271.447)
Direito de concessão	291.810	-	-	-	-	291.810
(-) Amortização	(85.719)	-	(6.707)	-	-	(92.426)
Total de direito de concessão	206.091	-	(6.707)	-	-	199.384
Total	4.217.519	(29.331)	492.242	(41.423)	(514.367)	4.124.640

- (a) Capitalizações correspondem às transferências do intangível em curso para o intangível em serviço e ativo financeiro da concessão das controladas CEMAR e CELPA. De acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, 6.3.19 Juros sobre Obras em Andamento - JOA, para os financiamentos contraídos, os valores de juros, variações monetárias e as variações cambiais incorridos até o ativo iniciar suas atividades devem fazer parte do custo histórico do ativo, sendo que esses custos só poderão ser ativados limitado ao WACC regulatório (ou incorrido se for menor que WACC regulatório). No exercício findo 31 de dezembro de 2016 o valor do JOA foi de R\$ 23.796 (R\$ 38.602 em 31 de dezembro de 2015); e
- (b) Obrigações especiais representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica.

Intangível em curso

O saldo do intangível em curso está constituído conforme a seguir demonstrado:

Intangível em curso	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Obras em andamento	1.202.692	662.726
Materiais em depósitos (a)	157.013	142.723
Adiantamento a fornecedores	47.998	62.789
Provisão para perdas (b)	(16.815)	(15.615)
Total	1.390.888	852.623

- (a) De acordo ICPC 01 (IFRIC 12), as concessionárias devem reconhecer um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esses ativos já se encontram vinculadas a ODIs, considerando assim como Ativo Intangível. O saldo refere-se a material existente nos depósitos vinculados às ordens de imobilização - ODI, o mesmo será sempre devedor, o qual indicará o total do estoque de material supracitado; e
- (b) A provisão para perdas está relacionada aos itens que estão no estoque de investimento ou em obras em andamento do Programa Luz para Todos - PLPT, prováveis como perda com o término do programa.

O intangível em curso da controlada CELPA teve um acréscimo de R\$364.644 em virtude da ampliação dos investimentos em expansão e melhorias na rede de distribuição, ações de combate às perdas por furtos de energia, bem como na conexão de novos clientes.

18 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Suprimento de energia elétrica (a)	-	-	400.977	473.401
Encargos de uso da rede elétrica	-	-	23.686	24.639
Materiais e serviços ⁴ (b)	-	-	499.741	412.831
Outros	702	305	18.879	23.909
Total	702	305	943.283	934.780

- (a) No exercício até 31 de dezembro de 2016 as despesas de compra de energia no curto prazo da controlada CELPA tiveram influências dos seguintes fatores: (i) redução no custo do PLD, preço utilizado para liquidação de energia comprada no mercado spot, cujo valor médio para este exercício ficou em R\$ 112,80 por MWh (R\$ MWh 166,89 em 31 de dezembro de 2015); (ii) a sobrecontratação de energia da distribuidora em virtude da recontração de energia no 15º Leilão de Energia Existente (leilão A-1) e no recebimento de contratos de energia oriundos da participação do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCS D Trocas Livres de Novembro e Dezembro de 2015, assim como o MCS D 4% com início de suprimento a partir de 2016; e
- (b) O aumento do saldo de materiais e serviços refere-se principalmente a controlada CELPA que teve valores retidos em 2016 do fornecedor Guascor (Sistema Isolado) que estão sendo negociados de forma gradativa no montante aproximadamente de R\$ 20.000; reajustes de contratos; incremento dos investimentos das controladas; e no exercício o saldo de aquisição de combustível no montante de R\$ 97.606 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 112.544 em 31 de dezembro de 2015) da controlada CELPA, está considerado na rubrica de "Materiais e serviços".

⁴ A Companhia em 31/12/2015 apresentou a rubrica "Aquisição de combustível – CCC", contudo, para efeito de comparabilidade e melhor análise, a mesma apresenta tal valor tanto em 2016 quanto em 2015 na rubrica "Materiais e serviços".

19 Empréstimos e financiamentos (Consolidado)

		31/12/2016		
	Custo médio da dívida (%a.a.)	Principal e encargos		
		Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira (USD)				
Tesouro Nacional	2,66%	682	71.886	72.568
CCBI Itaú	1,99%	114.169	-	114.169
CCBI Citibank	3,76%	165.496	203.647	369.143
Operação Itaú	3,00%	133.448	-	133.448
Operação Santander	3,00%	133.355	-	133.355
Total moeda estrangeira		547.150	275.533	822.683
Moeda nacional				
Eletrobras	8,94%	55.874	214.411	270.285
Guanabara	14,00%	2.045	1.690	3.735
IBM	15,17%	22.239	17.120	39.359
BNDES	8,48%	178.891	1.281.913	1.460.804
Banco do Brasil	14,89%	32.545	285.021	317.566
BNB	8,50%	18.639	57.372	76.011
Caixa	6,00%	4.456	56.997	61.453
Finep	4,00%	1.128	2.523	3.651
Sudene	7,00%	6.995	30.534	37.529
Votorantim	4,50%	474	1.050	1.524
Subtotal		323.286	1.948.631	2.271.917
(-) Custo de captação		(2.225)	(6.511)	(8.736)
Total moeda nacional		321.061	1.942.120	2.263.181
Total		868.211	2.217.653	3.085.864

		31/12/2015		
	Custo médio da dívida (%a.a.)	Principal e encargos		
		Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira (USD)				
Tesouro Nacional	4,85%	2.643	90.649	93.292
CCBI Itaú	2,34%	138.567	294.603	433.170
CCBI Citibank	5,72%	196.902	243.993	440.895
Santander	3,30%	152.146	158.730	310.876
Total moeda estrangeira		490.258	787.975	1.278.233
Moeda nacional				
Eletrobrás	5,45%	54.737	258.264	313.001
Finame	11,32%	274	-	274
Guanabara	14,79%	2.055	3.719	5.774
IBM	14,08%	29.404	26.488	55.892
BNDES	8,51%	177.613	1.033.826	1.211.439
Banco do Brasil	8,50%	8.924	306.946	315.870
BNB	8,50%	25.118	75.489	100.607
Caixa	8,55%	2.889	59.242	62.131
Finep	13,50%	1.130	3.645	4.775
IFC	4,50%	11.082	-	11.082
Sudene	7,00%	4.535	37.299	41.834
Votorantim	4,50%	475	1.522	1.997
Subtotal		318.236	1.806.440	2.124.676
(-) Custo de captação		(3.107)	(7.149)	(10.256)
Total moeda nacional		315.129	1.799.291	2.114.420
Total		805.387	2.587.266	3.392.653

Os valores em empréstimos e financiamentos possuem um custo médio anual de 11%, equivalente a 80,67% do CDI (8,76%, equivalente a 65,97% do CDI, em 31 de dezembro de 2015).

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Vencimento	31/12/2016		31/12/2015	
	Valor	%	Valor	%
Circulante	868.211	28%	805.387	24%
2018	785.825	25%	902.852	27%
2019	383.455	12%	815.780	24%
2020	335.964	11%	239.422	7%
2021	230.956	7%	206.961	6%
Após 2021	487.964	16%	429.400	13%
Subtotal	2.224.164	72%	2.594.415	76%
Custo de captação (Não circulante)	(6.511)	0%	(7.149)	0%
Não circulante	2.217.653	72%	2.587.266	76%
Total	3.085.864	100%	3.392.653	100%

A movimentação da conta de empréstimos e financiamentos é conforme apresentada a seguir:

	Moeda Nacional		Moeda estrangeira (USD)		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2015	315.828	1.799.291	489.559	787.975	3.392.653
Ingressos	-	374.993	-	-	374.993
Encargos	149.981	8.677	32.274	-	190.932
Variação monetária e cambial	21.576	39.217	67.376	(273.178)	(145.009)
Transferências	280.697	(280.697)	239.265	(239.265)	-
Amortizações de principal	(291.274)	-	(244.810)	-	(536.084)
Pagamentos de juros	(155.930)	-	(37.213)	-	(193.143)
Custo de captação	628	194	700	-	1.522
Transferências de transação	(446)	446	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	321.060	1.942.121	547.151	275.532	3.085.864

	Moeda nacional		Moeda estrangeira (USD)		
	Passivo Circulante	Passivo não Circulante	Passivo Circulante	Passivo não Circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	423.485	2.444.875	536.370	452.879	3.857.609
Reclassificação RJ (a)	-	(866.877)	-	(178.890)	(1.045.767)
Ingressos	-	488.503	125.000	493.613	1.107.116
Encargos	152.733	13.081	28.084	-	193.898
Variação monetária e cambial	577	22.523	71.443	315.755	410.298
Transferências	300.768	(300.768)	296.082	(296.082)	-
Amortizações de principal	(427.477)	-	(542.751)	-	(970.228)
Pagamentos de juros	(134.356)	-	(25.627)	-	(159.983)
Custo de transação	610	(2.558)	1.658	-	(290)
Transferências de transação	(512)	512	(700)	700	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>315.828</u>	<u>1.799.291</u>	<u>489.559</u>	<u>787.975</u>	<u>3.392.653</u>

- (a) Reclassificação de dívidas da recuperação judicial, parcialmente contestadas pelos credores da controlada CELPA, cujo caráter contingente deixou de existir com o fim desta e, portanto, passaram a ser considerados como contas a pagar de credores da recuperação judicial e assim classificados. Após essa definição, em 2015, eles foram ajustados a valor presente, assim como todas as demais dívidas sujeitas à recuperação judicial.

19.1 Covenants e garantias dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pelas controladas CEMAR e CELPA possuem *covenants* e garantias financeiras, cujo não cumprimento, durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. Até o encerramento do exercício findo 31 de dezembro de 2016, as Controladas CEMAR e CELPA mantiveram-se dentro dos limites estipulados nos contratos.

20 Debêntures (Consolidado)

A movimentação das debêntures nas controladas CEMAR e CELPA no exercício é conforme apresentada a seguir:

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	47.303	495.182	542.485
Adições	-	1.230.000	1.230.000
Encargos	64.978	-	64.978
Transferência	100.450	(100.450)	-
Amortização do principal	(33.790)	-	(33.790)
Pagamento de juros	(57.574)	-	(57.574)
Variação monetária	-	18.059	18.059
Custo de captação	(2.627)	(13.064)	(15.691)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>118.740</u>	<u>1.629.727</u>	<u>1.748.467</u>

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	10.861	506.423	517.284
Encargos	56.828	(473)	56.355
Variação monetária	398	22.127	22.525
Transferências	33.400	(33.400)	-
Pagamento de juros	(54.182)	-	(54.182)
Custo de captação	(2)	505	503
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Saldos em 31 de dezembro de 2015	47.303	495.182	542.485
	<hr/>	<hr/>	<hr/>

Primeira emissão de debêntures

Em 25 de julho de 2016, a CELPA realizou a Primeira Emissão de Debêntures, cuja liquidação distribuição foi realizada encerrada em 05 de agosto de 2016, sendo uma emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real e adicional fidejussória da Controladora Equatorial Energia, em série única, no montante total de R\$ 100.000, com vencimento em maio de 2020 e destinou-se prioritariamente para aumento do capital de giro da Companhia. Debêntures contratadas com taxa equivalente à IPCA + 9,0% a.a., com amortização de 50% em 30 de maio de 2019 e 50% em 30 de maio de 2020. Em 31 de dezembro de 2016 o valor atualizado foi R\$ 104.996, a taxa efetiva dessa operação é de 15,29% ao ano.

Segunda emissão de debêntures

Em 13 de outubro de 2016, a CELPA realizou a Segunda Emissão de Debêntures cuja distribuição foi encerrada em 01 de dezembro de 2016, sendo uma emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real e adicional fidejussória da Controladora Equatorial Energia, em até duas séries, sendo a primeira série no montante total de R\$ 60.000 com vencimento em janeiro de 2024 destinando-se prioritariamente para aumento do capital de giro da Companhia. Custo de contratação da primeira série é IPCA + 8,04% a.a., com amortização em três parcelas iguais a partir de 15 de janeiro de 2022 e a segunda série com previsão para emissão somente em 2017. Em 31 de dezembro de 2016 o valor atualizado foi R\$ 60.533, a taxa efetiva da operação da primeira série é de 15,29% ao ano e a segunda série com previsão para emissão somente em 2017.

Terceira emissão de debêntures

Em 11 de novembro de 2016, a CELPA realizou a Terceira Emissão de Debêntures, cuja liquidação distribuição foi realizada encerrada em 26 de dezembro de 2016, sendo uma emissão aberta de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória da controladora Equatorial Energia no montante de R\$ 300.000, dividido em duas séries de R\$ 199.069 e R\$ 100.931, com vencimento em dezembro de 2021 e dezembro de 2023 respectivamente, destinaram-se prioritariamente para implementação do programa de investimentos da CELPA. Contrato ao custo de IPCA + 6,70% a.a. para a 1ª e, IPCA + 6,87% a.a. para 2ª série. Em 31 de dezembro de 2016, a taxa efetiva da operação da primeira série é de 12,99% ao ano e da segunda série é de 13,16%, o saldo é de R\$ 199.407 e R\$101.105, respectivamente.

Quarta emissão de debêntures

Em 05 de dezembro de 2016, a CELPA realizou a Quarta Emissão de Debêntures, cuja distribuição foi realizada encerrada em 28 de dezembro de 2016, sendo uma emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória da controladora Equatorial Energia, em série única, no montante total de R\$ 500.000, com vencimento em dezembro de 2019 e destinou-se prioritariamente para aumento do capital de giro da CELPA. Em 31 de dezembro de 2016 o saldo é de R\$ 500.589, a taxa efetiva da operação é de 15,98% ao ano.

Em 22 de setembro de 2012 encerrou-se a distribuição pública da 4ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da CEMAR. Os recursos captados, no montante de R\$ 280.000, dividido em duas séries de R\$ 101.380 e R\$ 178.620, destinaram-se, prioritariamente para implementação do programa de investimentos da CEMAR. Debêntures contratada com taxa na 1ª série de CDI + 1,08% a.a. e 2ª série com IPCA + 5,90% a.a. com amortizações semestrais da 1ª série e anuais da 2ª série (primeira amortização em 22 de junho de 2016) com seus respectivos vencimentos em 21 de junho de 2018 e 22 de junho de 2020. Em 31 de dezembro de 2016 o saldo remanescente é de R\$ 318.938 e a taxa efetiva dessa operação é de 12,80% ao ano (16% em 31 de dezembro de 2015). Em 31 de dezembro de 2016, a taxa efetiva dessa operação é de 12,80% ao ano (16% em 31 de dezembro de 2015).

Sexta emissão debêntures

Em 27 de outubro de 2014 encerrou-se a distribuição pública da 6ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da CEMAR. Os recursos captados, no montante de R\$ 200.000 em uma única série, destinaram-se, ao aumento do capital de giro, de forma a atender aos negócios de gestão da CEMAR. Debêntures contratada com taxa 113,2% CDI, primeira amortização acontecerá em 13 de outubro de 2017 com vencimento em 14 de outubro de 2019. Em 31 de dezembro de 2016 o saldo remanescente é de R\$ 205.672 e a taxa efetiva dessa operação é de 15,85% ao ano (15,27% em 31 de dezembro de 2015).

Sétima emissão debêntures

Em 01 de novembro de 2016 encerrou-se a distribuição pública da 7ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da CEMAR. Os recursos captados, no montante de R\$ 270.000, dividido em duas séries de R\$ 155.000 e R\$ 115.000, destinaram-se, prioritariamente para implementação do programa de investimentos da CEMAR. Debêntures contratada com taxa na 1ª série de IPCA + 5,48% a.a. e 2ª série com IPCA + 5,54% a.a. com amortização bullet e seus respectivos vencimentos em 15 de outubro de 2021 e 15 de outubro de 2023. Em 31 de dezembro de 2016 o saldo remanescente é de R\$ 263.629 e a taxa efetiva dessa operação é de 11,79% ao ano.

Em 31 de dezembro de 2016, as debêntures representam o montante de R\$ 1.748.467 e os seus vencimentos estão programados conforme descrito a seguir:

	31/12/2016		31/12/2015	
Vencimento	Valor	%	Valor	%
Circulante	118.740	7%	47.303	9%
2018	180.442	10%	-	-
2019	697.578	40%	100.450	19%
2020	135.066	8%	174.876	32%
2021	354.751	20%	141.096	26%
Após 2021	276.564	16%	80.369	14%
Não circulante	1.644.401	94%	496.791	91%
Custo de captação - Não circulante	(14.674)	-1%	(1.609)	0%
Total não circulante	1.629.727	93%	495.182	91%
Total	1.748.467	100%	542.485	100%

Covenants

As debêntures preveem a manutenção de indicadores de endividamento e cobertura de juros. Em 31 de dezembro de 2016, a CEMAR e a CELPA atenderam a todos os indicadores requeridos contratualmente.

21 Impostos e contribuições a recolher

21.1 Impostos e contribuições a recolher

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Circulante		
ICMS	277.316	194.568
ICMS parcelamento (a)	2.646	33.056
PIS e COFINS	50.897	46.149
Encargos sociais	15.425	29.263
Outros	10.757	9.385
Total	<u>357.041</u>	<u>312.421</u>
Não circulante	31/12/2016	31/12/2015
ICMS parcelamento (a)	35.946	30.316
Outros	<u>1.370</u>	<u>20.393</u>
Total	<u>37.316</u>	<u>50.709</u>

- (a) A CELPA possui parcelamentos concedidos pela Secretaria Executiva de Estado da Fazenda do Estado do Pará, originário de débitos do ICMS corrente. O referido saldo é corrigido pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC mais 1% de juros, sendo que o último pagamento está previsto para ser liquidado em 31 de julho de 2031. A sua redução deve-se a adesão ao REFIS estadual através da instrução estadual nº. 10 de 2016 em 180 parcelas.

21.2 Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
IRRF	-	10.163	898	9.981
Provisão de IRPJ/CSLL	-	474	8.408	8.257
Total	-	10.637	9.306	18.238

22 Impostos de renda e contribuição social diferidos

As controladas reconheceram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias e imposto de renda sobre prejuízos fiscais considerando as suas projeções de lucro tributável.

Os créditos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais não possuem prazo de prescrição e os seus efeitos financeiros ocorrerão no momento da sua realização. O imposto de renda é calculado à alíquota de 25%, considerando o adicional de 10% e a contribuição social foi constituída à alíquota de 9%. Dessa forma, os referidos créditos fiscais estão contabilizados no ativo não circulante, considerando a expectativa de sua realização, sendo observado o limite de 30% para compensação anual com lucros tributáveis, conforme determinação do CPC 32.

22.1 Composição dos créditos e débitos de imposto de renda e contribuição social diferidos

(i) Composição dos tributos diferidos

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
IRPJ prejuízos fiscais (a)	132.544	132.544
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias	(343.589)	(244.591)
IRPJ e CSLL sobre reserva de reavaliação	(76.957)	(88.325)
IRPJ e CSLL aquisição CELPA	49.607	57.870
Total	(238.395)	(142.502)

(a) Os créditos de prejuízos fiscais são provenientes da controlada CEMAR.

A controlada CELPA possui prejuízos fiscais e base negativa de CSLL não reconhecidos em seu ativo em 31 de dezembro de 2016, por não atender às condições previstas no CPC 32 - Tributos sobre o lucro e na Deliberação CVM nº 371/2002. Tais créditos de IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 196.613 (R\$ 203.925 em 31 de dezembro de 2015), não possuem prazo de prescrição.

(ii) Composição do IRPJ e da CSLL sobre diferenças temporárias

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Provisão para contingências	83.377	91.875
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	120.702	181.466
Provisão para participação nos lucros	10.869	10.840
Tributos com exigibilidade suspensa	5.848	971
Depreciação acelerada	(394.704)	(295.193)
Provisão fundo de pensão	13.060	12.484
Custo de captação, AVP e atualização do ativo financeiro ⁵	(210.719)	(180.915)
SWAP	13.146	(108.120)
Outras despesas não dedutíveis	14.832	42.001
Total	(343.589)	(244.591)

(iii) Composição do IRPJ e CSLL aquisição CELPA

	31/12/2016	31/12/2015
Intangível - mais-valia concessão	(36.799)	(40.276)
Baixa de ativo Imobilizado	34.698	37.976
Contingências possíveis	42.558	51.020
Outras contas a pagar - PLPT	9.150	9.150
Total	49.607	57.870

22.2 Expectativa de recuperação

Com base nos estudos técnicos de viabilidade, a Administração da controlada estima que a realização dos créditos fiscais, oriundos da controlada CEMAR, possa ser feita até 2021, conforme demonstrado a seguir:

Expectativa de realização	2019	2020	2021	Total
Impostos diferidos	53.610	58.086	20.848	132.544

A CEMAR não realizou imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais no exercício findo 31 de dezembro de 2016, pois tem optado pela realização dos benefícios de depreciação acelerada até 2018, incentivo tecnológico e benefício SUDENE até 2021.

O estudo técnico de viabilidade, que inclui a recuperação dos impostos diferidos, é revisado anualmente, foi elaborado pela Companhia, examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelo Conselho de Administração em 24 de fevereiro de 2017.

22.3 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) debitada em resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, está conforme demonstrada a seguir:

⁵ Para fins de comparabilidade e melhor análise dos saldos com o exercício atual, a Companhia aglutinou a linha da atualização do ativo financeiro com as rubricas de "custo de captação e AVP" para 2015.

Equatorial Energia S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016

	31/12/2016		31/12/2015	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda (IRPJ)				
e da contribuição social (CSLL)	1.050.012	1.050.012	1.121.062	1.121.062
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	262.503	94.501	280.266	100.895
Adições :				
Provisão para contingências	61.307	22.070	67.555	24.320
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	86.784	31.242	61.869	22.273
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética P&D	-	-	13.006	4.682
Ajuste a valor presente	9.091	3.273	44.974	16.190
Variação de SWAP	106.880	38.477	59.760	21.514
IRPJ/CSLL sobre reserva de reavaliação	8.360	3.010	15.131	5.447
Participação nos lucros, honorários e licença prêmio	9.727	3.502	7.603	2.737
Provisão para fundo de pensão ⁶	9.603	3.457	9.179	3.305
Provisão para participação nos lucros	12.196	4.390	-	-
Provisão para recuperação de ativos	-	-	3.904	1.405
Custo de Captação, AVP e atualização do ativo financeiro	19.865	7.151	-	-
Efeito de IR/CSLL sobre equivalência patrimonial	8.462	3.046	60.658	21.837
Outras provisões	26.890	9.689	84.796	31.047
	<u>359.165</u>	<u>129.307</u>	<u>428.435</u>	<u>154.757</u>
Exclusões:				
Reversões de provisões, reposicionamento				
tarifário diferido e ativos regulatórios	-	-	(20.618)	(7.423)
Provisão para contingências	(67.555)	(24.320)	(65.478)	(23.572)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(131.463)	(47.327)	-	-
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética e M.M.M	(17.866)	(6.431)	(12.707)	(4.575)
Variação de SWAP	(17.714)	(6.377)	(123.064)	(44.303)
Participação nos lucros, honorários e licença prêmio	(7.603)	(2.737)	-	-
Provisão para suprimento de energia	-	-	(2.830)	(1.019)
Provisão para fundo de pensão	(9.179)	(3.305)	-	-
Provisão para participação nos lucros	(7.970)	(2.869)	(6.945)	(2.500)
Provisão para recuperação de ativos	(3.904)	(1.405)	(3.704)	(1.333)
Custo de Captação, AVP e atualização do ativo financeiro	(50.871)	(18.314)	(248.787)	(89.563)
Efeito de IR/CSLL sobre equivalência patrimonial	(27.504)	(9.900)	(6.179)	(2.224)
Outras provisões	(23.378)	(8.323)	(52.126)	(18.720)
Depreciação acelerada	(99.511)	-	(15.900)	-
	<u>(464.518)</u>	<u>(131.308)</u>	<u>(558.338)</u>	<u>(195.232)</u>
IRPJ e CSLL	<u>157.150</u>	<u>92.500</u>	<u>150.363</u>	<u>60.420</u>
Compensação base negativa de CSLL	-	(13.486)	(2.725)	(7.221)
Incentivo PAT	(3.346)	-	(2.956)	-
Incentivo prorrogação licença maternidade	(112)	-	-	-
Despesa IRPJ anos anteriores	1.032	371	(545)	(127)
Efeito de IR/CSLL sobre JCP	(13.907)	(5.006)	(17.376)	(6.255)
IRPJ e CSLL no resultado do período	<u>140.817</u>	<u>74.379</u>	<u>126.761</u>	<u>46.817</u>
Alíquota efetiva (excluindo IRPJ/CSLL diferidos)	<u>13%</u>	<u>7%</u>	<u>11%</u>	<u>4%</u>
Ativo fiscal diferido	90.775	(3.145)	83.966	26.719
(+) IRPJ subvenção governamental	(134.203)	-	(123.048)	-
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL constituídos	8.263	-	-	-
IRPJ e CSLL no resultado do exercício	<u>105.652</u>	<u>71.234</u>	<u>87.679</u>	<u>73.536</u>
Alíquota efetiva com ativo fiscal diferido	<u>10%</u>	<u>7%</u>	<u>8%</u>	<u>7%</u>

⁶ Para fins de comparabilidade e melhor análise dos saldos com o exercício atual, a Companhia reclassificou valores que estavam na rubrica “Participação nos lucros, honorários e licença prêmio” para a rubrica de “Provisão para fundo de pensão”.

CEMAR

Em 14 de maio de 2007, a Agência para o Desenvolvimento do Nordeste - ADENE, atual Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, que pertence ao Ministério de Integração Nacional, emitiu o Laudo Constitutivo nº 0061/2007, que outorga à CEMAR ampliação do percentual de redução do imposto de renda de 25% para 75% sob a justificativa de modernização total das suas instalações elétricas, com prazo de vigência de 2007 até o ano de 2016. Em 28 de março de 2012, foi emitido novo Laudo Constitutivo nº 0037/2012, que outorga à CEMAR ampliação do percentual de redução do imposto de renda de 75% sob a justificativa de modernização total das suas instalações elétricas, com prazo de vigência de 2012 até o ano de 2021. Em 31 de dezembro de 2016, o valor do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração foi de R\$ 100.945 (R\$ 94.284 em 31 de dezembro de 2015).

CELPA

Em 19 de dezembro de 2013, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, que pertence ao Ministério de Integração Nacional, emitiu o Laudo Constitutivo nº 140/2013, que outorga à CELPA o benefício de redução do imposto de renda de 75% sob a justificativa de diversificação de empreendimento de infraestrutura, com prazo de vigência de 2013 até o ano de 2022. Em 31 de dezembro de 2016, o valor do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração foi de R\$ 80.986 (R\$ 120.586 em 31 de dezembro de 2015).

23 Dividendos

Conforme o estatuto social da Companhia, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

Os dividendos foram calculados conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2016	31/12/2015
Lucro líquido do exercício	712.217	808.482
Prejuízo acumulado	-	(8.151)
Lucro líquido após absorção do prejuízo acumulado	712.217	800.331
(-) Reserva legal	(35.611)	(40.017)
Lucro líquido ajustado	676.606	760.314
Dividendos mínimos obrigatórios	169.151	190.079
Dividendos mínimos (exceto juros sobre capital próprio)	119.084	127.317
Dividendos adicionais propostos	1.721	1.766
Juros sobre capital próprio	50.067	62.762
Dividendos propostos	170.872	191.845

Os dividendos propostos para o exercício de 2016 incluem juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 55.629 (R\$ 50.067), líquido de IRRF.

O Conselho de Administração aprovou a declaração de dividendos propostos da seguinte forma:

Deliberação	Valor por ação (lote de unidades de reais)		
	Proventos	Valor	ON
31/12/2016			
Reunião do Conselho de Administração de 08 de março de 2017	Dividendos	170.872	0,86
31/12/2015			
Reunião do Conselho de Administração de 10 de março de 2016	Dividendos	198.588	1,00

A movimentação dos dividendos a pagar está apresentada como segue:

Saldo em 1º de janeiro de 2015	151.565
Pagamento de dividendos	(95.349)
Juros sobre capital próprio	(56.117)
IRRF sobre juros sobre capital próprio	(6.745)
Juros sobre capital próprio de 2015	69.506
Dividendos adicionais	1.766
Dividendos propostos de 2015	127.317
	<hr/>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	191.943
	<hr/>
Pagamento de dividendos	(129.056)
Juros sobre capital próprio	(62.750)
IRRF sobre juros sobre capital próprio	(5.562)
Juros sobre capital próprio de 2016	55.629
Dividendos propostos de 2016	119.084
	<hr/>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	169.288
	<hr/>

24 Pesquisa e desenvolvimento de eficiência energética

O contrato de concessão estabelece a obrigação das controladas CEMAR e CELPA de aplicar 1% da receita operacional líquida em Programas de Eficiência Energética e de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), sendo que parte deve ser recolhida ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e, também ao Ministério de Minas e Energia (MME).

Os recursos do P&D têm a finalidade de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos.

Em contra partida aos lançamentos efetuados no passivo, as controladas CEMAR e CELPA contabilizam no resultado como dedução da receita operacional.

Distribuição do recurso	Percentual de distribuição da ROL⁷	31/12/2016	31/12/2015
Programa de efficientização energética	0,50%	129.721	122.826
Pesquisa e desenvolvimento	0,20%	90.586	77.927
FNDCT	0,20%	1.373	1.910
MME	0,10%	683	952
Total		<u>222.363</u>	<u>203.615</u>
Circulante		<u>69.029</u>	<u>75.088</u>
Não circulante		<u>153.334</u>	<u>128.527</u>

Os saldos apresentados no passivo circulante referem-se aos montantes que serão aplicados nos projetos no exercício seguinte, de acordo com as projeções aprovadas pela Administração.

25 Participação nos lucros

O programa de participação nos resultados da Companhia e de suas controladas é corporativo e está atrelado ao resultado do EBITDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) e diversos outros indicadores⁸ operacionais e financeiros de suas controladas e da Companhia. O programa é composto por avaliações dos indicadores da presidência, diretorias, gerências, executivos e colaboradores e vem evoluindo ao longo dos anos de forma a propiciar um maior engajamento dos colaboradores na melhoria dos resultados operacionais na Companhia e suas controladas. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo provisionado de participação nos lucros na Companhia é de R\$ 4.234 (R\$ 3.220 em 31 de dezembro de 2015) e o saldo provisionado juntamente com suas controladas é de R\$ 76.559 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 65.384 em 31 de dezembro de 2015).

26 Valores a pagar da recuperação judicial - CELPA

26.1 Composição da dívida

	31/12/2016	31/12/2015
Circulante		
Credores operacionais (a)	92.398	75.531
Encargos setoriais (b)	36.049	26.894
(-) Ajuste a valor presente (d)	<u>(32.038)</u>	<u>(10.979)</u>
Total	<u>96.409</u>	<u>91.446</u>
Não circulante		
Credores operacionais (a)	45.217	138.683
Encargos setoriais (b)	2.658	34.548
Intra-grupos (c)	73.525	69.413
Credores financeiros	1.180.924	1.199.397
(-) Ajuste a valor presente (d)	<u>(389.987)</u>	<u>(446.442)</u>
Total	<u>912.337</u>	<u>995.599</u>
Total	<u><u>1.008.746</u></u>	<u><u>1.087.045</u></u>

- (a) Valores devidos aos credores ligados à operação da controlada CELPA, tais como prestadores de serviços, fornecedores de materiais, locatários, entre outros que foram homologados no âmbito do Plano de Recuperação Judicial da CELPA;
- (b) Refere-se aos encargos RGR, CCC, Taxa de fiscalização, CDE, Proinfra e MME parcelados no âmbito da recuperação judicial;
- (c) Refere-se aos créditos detidos por empresas integrantes do antigo grupo controlador que se encontram parcelados no âmbito da recuperação judicial; e

⁷ A Receita Operacional Líquida – ROL utilizada refere-se à regulatória.

⁸ Principais indicadores: Perdas, DEC, FEC, Multas, Pesquisa de Clima, Satisfação de Clientes (ISQP) e Fluxo de Caixa.

- (d) Com a recuperação judicial, houve uma mudança nos termos de contratos de empréstimos e financiamentos contraídos antes da determinação da mesma. Durante essa fase, algumas instituições financeiras pleiteavam a exclusão da recuperação judicial por entender que seus créditos eram extraconcursais. O encerramento do processo de recuperação, ocorrido em 1º de dezembro de 2014, atestou o cumprimento do plano pela CELPA., sobretudo no que diz respeito aos aportes de recursos, pagamento aos credores conforme, consignado e principalmente considerou imaterial o montante controverso de sujeição ou não de créditos ao plano de recuperação judicial. Tanto que, em Assembleia Geral de Credores, a maioria dos presentes, tanto em quantidade quanto em valor, aprovaram a saída da empresa do período de supervisão judicial e logo em seguida os agentes relacionados ao processo (administrador judicial, perito contador, Ministério Público e ANEEL) manifestaram formalmente nos autos opinando pelo encerramento da recuperação, culminando com a sentença de encerramento da recuperação judicial. Dessa forma, após análises feita pela CELPA, as quais foram concluídas no trimestre findo em 30 de junho de 2015, passou-se a considerar como remota a possibilidade de exclusão dos créditos dos critérios da recuperação judicial, sendo possível mantê-los, com probabilidade mais que possível até o seu vencimento definido em recuperação judicial. Sendo assim, em 2015, a CELPA realizou o ajuste a valor presente, no valor de R\$ 395.292, sendo R\$ 404.983 de empréstimos e financiamentos, (R\$ 26.206) de credores operacionais, R\$ 15.300 de intra-grupos e R\$ 1.215 de encargos setoriais. Entendeu-se que houve mudança nos termos da dívida e certeza mais que possível de sua manutenção até o vencimento, fato gerador para os registros a valor presente de acordo com o CPC -12. O registro partiu das seguintes premissas: i) a taxa para cálculo do AVP foi equivalente ao CDI + 1,50% a.a. e ii) saldo de 30 junho de 2015 como base de confronto com o saldo gerado pelo fluxo descontado e para projeção das operações com indexadores considerou-se projeção do Santander, base 29 de junho de 2015. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo do ajuste a valor presente totaliza R\$ 422.025, sendo R\$ 363.140 de empréstimos e financiamentos, R\$ 31.552 de credores operacionais, R\$ 26.847 de intra-grupos, e R\$ 485 de encargos setoriais (em 31 de dezembro de 2015, o saldo do ajuste a valor presente totaliza R\$ 457.421, sendo R\$386.045 de empréstimos e financiamentos, R\$ 42.045 de credores operacionais, R\$ 28.359 de intra-grupos, e R\$ 972 de encargos setoriais).

O cronograma de pagamento das parcelas de longo prazo dos valores a pagar de recuperação judicial é o seguinte:

Vencimento	31/12/2016		31/12/2015	
	Valor	%	Valor	%
Circulante	96.409	9,6%	91.446	8,4%
2018	23.457	2,3%	134.526	12,4%
2019	12.016	1,2%	3.680	0,3%
2020	-	0,0%	3.394	0,3%
Após 2020	876.864	86,9%	853.999	78,6%
Não circulante	912.337	90,4%	995.599	91,6%
Total geral	1.008.746	100%	1.087.045	100%

26.2 Movimentação dos valores a pagar de recuperação judicial

	Saldo em 31/12/2015	Juros, encargos e variação cambial	Amortização	Ajuste a valor presente	Saldo em 31/12/2016
Credores operacionais	172.168	-	(76.599)	10.495	106.064
Encargos setoriais	53.803	5.382	(25.606)	486	34.065
Intra-grupo	41.055	4.111	-	1.512	46.678
Credores financeiros	820.019	31.271	(52.256)	22.905	821.939
Total	1.087.045	40.764	(154.461)	35.398	1.008.746

	Saldo em 31/12/2014	Reclassificação RJ	Ingressos	Juros, encargos e variação cambial	Amortização	Ajuste a valor presente	Saldo em 31/12/2015
Credores operacionais	195.875	-	14.300	-	(79.664)	41.657	172.168
Encargos setoriais	74.437	-	-	8.248	(27.910)	(972)	53.803
Intra-grupo	65.549	-	-	3.865	-	(28.359)	41.055
Credores financeiros	-	1.045.767	-	160.297	-	(386.045)	820.019
Total	335.861	1.045.767	14.300	172.410	(107.574)	(373.719)	1.087.045

27 Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias (Consolidado)

As controladas CEMAR e a CELPA são partes (polos passivos) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração das Controladas, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	31/12/2016		31/12/2015	
	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais
Cíveis (a)	134.816	137.128	130.275	130.564
Fiscais	38.202	16.131	2.286	387
Trabalhistas	74.154	43.598	119.767	44.853
Regulatórias	15.506	-	18.057	-
PPA CELPA (b)	279.071	-	334.561	-
Total	541.749	196.857	604.946	175.804
Circulante	86.222	31.839	134.950	25.277
Não circulante	455.527	165.018	469.996	150.527

- (a) Dos valores de depósitos judiciais cíveis, R\$ 62.249 se referem a fluxos de contratos de cédulas bancárias que estão sendo depositados no âmbito do processo de recuperação judicial. Esses créditos foram listados no plano de recuperação judicial e foram impugnados pelas instituições financeiras credoras. Por ordem judicial vigente, o fluxo contratual está sendo depositado, mensalmente, em juízo até que seja proferida pela justiça uma decisão final de mérito sobre a sujeição ou não dos créditos ao regime recuperacional, da controlada CELPA; e
- (b) O valor justo dos passivos contingentes cíveis, fiscais e trabalhistas da controlada CELPA foi determinado com base na avaliação de assessores jurídicos, os quais também consideraram nesta avaliação as causas com probabilidade de perda possível, resultando em um saldo no montante de R\$ 279.071 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 334.561 em 31 de dezembro de 2015).

Movimentação dos processos no exercício (Consolidado)

	31/12/2015		31/12/2016			
	Saldo inicial	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)	Atualização (3)	Saldo final
Cíveis	130.275	47.083	(33.461)	(26.088)	17.007	134.816
Fiscais ⁹	2.286	33.626	(3)	11	2.282	38.202
Trabalhistas	119.767	36.051	(71.050)	(23.436)	12.822	74.154
Regulatórias	18.057	2.978	-	(7.496)	1.967	15.506
PPA CELPA	334.561	-	-	(55.490)	-	279.071
Total	604.946	119.738	(104.514)	(112.499)	34.078	541.749

	31/12/2014		31/12/2015			
	Saldo inicial	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)	Atualização (3)	Saldo final
Cíveis	120.583	31.324	(25.823)	(14.105)	18.296	130.275
Fiscais	498	1.826	-	(16)	(22)	2.286
Trabalhistas	112.611	5.719	(4.750)	(5.132)	11.319	119.767
Regulatórias	28.382	2.004	(11.745)	(2.494)	1.910	18.057
PPA CELPA (a)	335.899	-	-	(1.338)	-	334.561
Total	597.973	40.873	(42.318)	(23.085)	31.503	604.946

(1) Gastos efetivos com contingências judiciais.

(2) Reversões realizadas no exercício.

(3) Atualizações monetárias.

(a) PPA CELPA - são provenientes de estimativa de valor do desembolso das causas possíveis de acordo com análises do departamento jurídico da controlada CELPA.

Cíveis

As controladas figuram como rés em 25.413 processos cíveis (20.378 processos em 2015), sendo que 18.396 tramitam em Juizados Especiais (14.385 processos em 2015), os quais, em sua grande maioria, referem-se a pleitos de danos materiais e morais, assim como ressarcimento de valores pagos por consumidores.

Os processos cíveis mais significativos envolvem ações indenizatórias questionando acidentes com a rede de distribuição, falha no fornecimento, morte por descarga elétrica ou danos decorrentes da rescisão de contratos com fornecedores.

Em 31 de dezembro de 2016 as controladas contemplam provisão de R\$ 134.816 (R\$ 130.275 em 31 de dezembro de 2015).

Além das perdas provisionadas, existem outras contingências cíveis cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação a Gerência Jurídica da CEMAR e da CELPA e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 434.125 (R\$ 439.025 em 31 de dezembro de 2015) para as quais não foram constituídas provisões.

⁹ Do montante de R\$33.626 contido nas adições dos processos fiscais, R\$19.290 foi decorrente de reclassificação da controlada CELPA no exercício de 2016 para a linha Provisões de processos, pois estavam classificados na linha Outras contas a pagar no exercício de 2015.

Fiscais

A CEMAR e a CELPA figuram como réis em 167 processos fiscais (165 processos em 2015).

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 contemplam provisão de R\$ 38.202, para as causas fiscais (R\$ 2.286 em 31 de dezembro de 2015).

Além das perdas provisionadas, existem outras contingências fiscais cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação a Gerência Jurídica da CEMAR e da CELPA e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 46.268 (R\$ 46.416 em 31 de dezembro de 2015) para as quais não foram constituídas provisões.

Trabalhistas

Atualmente, o passivo trabalhista é composto por 2.372 (2.438 processos em 2015) reclamações ajuizadas por ex-empregados contra a Companhia e suas controladas, com pedidos que variam entre horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, doença ocupacional/reintegração, estabilidade CIPA, entre outros, assim como por ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), que pleiteiam, em sua maioria, verbas rescisórias.

Em 31 de dezembro de 2016 contempla provisão para causas trabalhistas no valor de R\$ 74.154 (R\$ 119.797 em 31 de dezembro de 2015).

Além das perdas provisionadas, existem outras contingências trabalhistas cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação a Gerência Jurídica da CEMAR e da CELPA e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 91.816 (R\$ 85.195 em 31 de dezembro de 2015) para as quais não foram constituídas provisões.

Regulatórias

O valor a ser provisionado nesse item corresponde a prováveis penalidades a serem aplicadas na CEMAR e na CELPA, provenientes de:

- Autos de Infração (AI) emitidos pelo órgão regulador do setor elétrico - a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL);
- Termos de Notificação (TN) emitidos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica/CEEE, quando se tratarem de infrações relacionadas à comercialização de energia elétrica;
- Penalidades emitidas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), quando se tratarem de infrações relacionadas à operação do sistema elétrico; e
- Sanções Administrativas provenientes dos órgãos de defesa do consumidor.

28 Outras contas a pagar (Consolidado)

	31/12/2016	31/12/2015
Circulante		
Adiantamentos de consumidores (a)	72.227	14.266
ANEEL - autos de infração (b)	11.406	47.376
Convênios de arrecadação	26.477	18.311
Encargos tarifários	10.112	1.894
Entidades seguradoras	-	203
Outras apropriações fornecedores	10.846	11.001
Multas regulatórias	16.465	71.753
Cauções	8.478	3.817
Aquisição CELPA (c)	60.000	60.000
Créditos de terceiros	-	6.890
Questionamentos tributários - CCC (d)	165.333	-
Outras contas a pagar (e)	38.547	48.483
	<u>419.891</u>	<u>283.994</u>
Total circulante		
Não circulante		
ANEEL - autos de infração (b)	22.274	29.058
Questionamentos tributários - CCC (d)	158.045	246.915
Outras contas a pagar (e)	35.729	25.726
	<u>216.048</u>	<u>301.699</u>
Total não circulante		
Total	<u>635.939</u>	<u>585.693</u>

- (a) Refere-se a adiantamento recebido com a finalidade de assegurar os investimentos necessários ao atendimento, pela Companhia e suas controladas, ao consumidor;
- (b) Refere-se a um passivo de penalidade por transgressão dos indicadores de continuidade, em discussão no âmbito administrativo do Processo nº 0048/2012-GTE e no plano de recuperação judicial da controlada CELPA;
- (c) Refere-se a saldo a ser restituído referente ao Programa Luz Para Todos. O valor do ajuste foi estimado pela Administração da Empresa quando da aquisição da controlada CELPA;
- (d) Refere-se a questionamentos tributários a restituir ao Fundo CCC conforme Resolução Normativa nº 427/11. A variação ocorrida durante o exercício findo 31 de dezembro de 2016 deve-se basicamente à atualização IPCA e à inclusão dos novos valores de ICMS, PIS e COFINS da controlada CELPA; e
- (e) Dos valores de outras contas a pagar, R\$24.702 refere-se à controlada CELPA, em que temos como principal composição R\$ 19.418 referente ao provisionamento para pagamento de custos operacionais a diversos prestadores de serviços e no não circulante um valor de R\$ 20.354 com destaque de R\$ 10.366 referente a adiantamento e R\$ 6.132 de parcelamento Fascemar de acordo atuarial.

29 Patrimônio líquido

29.1 Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 1.981.985 (R\$ 1.980.214 em 31 de dezembro de 2015) e sua composição por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	ON	%
Squadra Investimentos	31.176.900	15,69%
Opportunity	20.135.788	10,13%
BlackRock	11.459.825	5,77%
Administradores	667.994	0,34%
Demais Minoritários	135.235.460	68,07%
Total	198.675.967	100%

A Companhia fica autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$ 300.000.000 (trezentos milhões) de ações, mediante a emissão de novas ações ordinárias. Dentro do limite de capital autorizado, o Conselho de Administração será competente para deliberar sobre a emissão de ações, debêntures simples, conversíveis em ações ou bônus de subscrição, estabelecendo se o aumento se dará por subscrição pública ou particular, as condições de integralização e o preço da emissão, podendo, ainda, excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo para exercício nas emissões cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública, ou em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei. O Conselho de Administração, dentro do limite do capital autorizado, e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, poderá outorgar opção de compra de ações a administradores, empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços a Companhia ou a sociedade sob seu controle, desde que esta não tenha o condão de possibilitar a alteração do controle da Companhia.

Em 12 de maio de 2016, através do exercício de opções no âmbito do Quarto Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, foi verificado aumento de capital total de R\$ 1.771, por meio da emissão e subscrição de 87.500 ações ordinárias da Companhia.

A Companhia é listada no segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, tendo exclusivamente ações ordinárias em sua base acionária e garantindo 100% de “Tag Along” aos acionistas minoritários no caso de fusões ou transferência de controle acionário.

29.2 Reserva de capital

Em atendimento a deliberação CVM nº 562, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 10, a Companhia possui registrado na Reserva de Capital o montante total de R\$ 54.959 (R\$44.909 em 31 de dezembro de 2015), referentes a opções outorgadas reconhecidas.

29.3 Reservas de lucros

29.3.1 Reserva legal

Constituída à base de 5% do lucro líquido antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio, conforme determina a legislação societária, definido pelo Conselho de Administração, e limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo desta reserva R\$ 173.735 (R\$ 138.124 em 31 de dezembro de 2015).

29.3.2 Reserva para investimento e expansão

Essa reserva destina-se a registrar parcela do lucro líquido do exercício destinada a operações de investimento e expansão da Companhia. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo desta reserva R\$ 1.836.110 (R\$ 1.334.217 em 31 de dezembro de 2015).

29.4 Reserva de distribuição de dividendos adicionais

Essa reserva destina-se a registrar a parcela de dividendos que excede o previsto legal ou estatutariamente, até a deliberação definitiva pelos sócios em assembleia.

29.5 Excesso de reserva de lucros

Em 8 de março de 2017 foi proposto pelo Conselho de Administração o aumento de capital da Companhia, sem emissão de novas ações, no montante de R\$243.734, mediante capitalização do saldo da reserva legal no valor de R\$ 173.734 e parte da reserva de investimento e expansão no valor de R\$70.000. O aumento estabelecido tem o objetivo de atender o que preceitua o estatuto social da Companhia, em consonância com legislação societária brasileira, a qual limita a reserva de lucros, com exceção da reserva para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, ao valor do capital social.

30 Plano de opção de compra de ações

Quarto plano de opções de ações

Foi aprovada, na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 21 de julho de 2014, a criação do Quarto Plano de Opções de Compra de Ações da Equatorial (“Plano”). As opções de subscrição de ações a serem oferecidas nos termos do Plano não excederão 3,0% (três por cento) das Ações representativas do capital social total da Companhia (incluindo as Ações emitidas em decorrência do exercício de Opções com base neste Plano), contanto que o número total de Ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano esteja sempre dentro do limite de capital autorizado da Companhia.

Uma vez exercida a opção pelos interessados, as referidas ações serão objeto de emissão através de aumento do capital da Companhia. Mais detalhes sobre o Plano podem ser obtidos na Ata da AGE que o aprovou, a qual está disponível no site da Companhia e no site da CVM.

Preço de exercício das opções

O Preço de Exercício das Opções outorgadas nos termos do Plano será determinado pelo Comitê de Administração do Plano, com base na média da cotação das Ações da Companhia na BM&FBOVESPA, ponderada pelo volume de negociação, no período de até 180 dias que antecederem a Data de Outorga.

O Preço de Exercício será reduzido pelo valor dos dividendos, juros sobre o capital próprio e outros proventos distribuídos pela Companhia aos acionistas ou quaisquer outros valores por Ação colocados à disposição dos acionistas pela Companhia, inclusive em função de redução de capital social sem o cancelamento de ações ou qualquer outra operação societária que implique alocação de recursos aos acionistas ou redução do valor das ações, sempre considerado o período compreendido entre a Data de Outorga e a data do exercício das Opções.

Beneficiários

Os beneficiários do Plano poderão exercer suas Opções no prazo máximo de 6 (seis) anos a partir da data de outorga das Opções. As opções tornam-se exercíveis ao longo de 4 (quatro) anos, sendo 25% em cada ano.

Durante o prazo de 1 (um) ano contado da data de exercício das Opções, os beneficiários não poderão vender, ceder ou, de qualquer forma, alienar as Ações da Companhia originalmente adquiridas ou subscritas ao amparo do Plano.

Em 21 de julho de 2014, o Comitê de Administração do Plano outorgou 4.225.000 (quatro milhões, duzentos e vinte e cinco mil) Opções aos beneficiários do Plano, ao preço de R\$21,76 (vinte e um reais e setenta e seis centavos) por Opção.

Potencial de diluição

De acordo com as regras do Plano, a emissão potencial das opções remanescentes implicaria em uma diluição adicional para os atuais acionistas da Equatorial Energia S.A. equivalente a 3%, no máximo.

31 Receita operacional (Consolidado)

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a composição do fornecimento de energia elétrica pelas classes de consumidores é conforme demonstrada a seguir:

	31/12/2016 (Reapresentado)		
	Nº de consumidores (*)	MWh (*)	R\$
Residencial	4.201.007	6.870.561	4.288.794
Industrial	12.626	2.009.973	751.732
Comercial	331.014	3.095.099	1.986.805
Rural	204.085	458.401	200.382
Poder público	42.687	911.829	690.667
Iluminação pública	1.488	966.882	366.147
Serviço público	8.622	553.861	148.176
Consumo próprio	581	42.971	-
Receita pela disponibilidade - Uso da rede	-	-	20.135
Suprimento CCEE	-	-	240.360
Baixa renda	-	-	335.315
Subvenção CDE - Outros	-	-	148.349
Transferência para obrigações especiais	-	-	(44.058)
- ultrapassagem de demanda/excedente de reativos	-	-	
Receita de construção	-	-	1.417.616
Valores a receber/devolver da parcela A	-	-	137.133
e outros itens financeiros	-	-	
Atualização do ativo financeiro	-	-	126.580
Outras	-	-	365.874
Total	4.802.110	14.909.577	11.180.007

	31/12/2015 (Reapresentado)		
	Nº de consumidores (*)	MWh (*)	R\$
Residencial	3.999.855	6.472.755	3.811.269
Industrial	12.505	1.837.047	848.532
Comercial	319.477	3.036.748	1.920.470
Rural	188.531	415.358	173.422
Poder público	41.698	870.526	524.492
Iluminação pública	1.513	875.481	318.619
Serviço público	8.430	548.238	236.902
Consumo próprio	596	42.484	-
Receita pela disponibilidade - Uso da rede	-	-	24.231
Fornecedores não faturados - reposição tarifária	-	-	71.164
Suprimento CCEE	-	-	39.047
Baixa renda	-	-	321.916
Transferência para obrigações especiais	-	-	(36.150)
- ultrapassagem de demanda/excedente de reativos	-	-	-
Receita de construção	-	-	1.087.782
Valores a receber/devolver da parcela A	-	-	435.762
e outros itens financeiros	-	-	-
PIS e COFINS sobre a parcela A	-	-	(36.766)
Atualização do ativo financeiro	-	-	118.270
Outras ¹⁰	-	-	363.482
Total	4.572.605	14.098.637	10.222.444

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

32 Receita operacional líquida (Consolidado)

A conciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	31/12/2016 (Reapresentado)	31/12/2015 (Reapresentado)
Fornecimento de energia elétrica	9.199.288	8.778.062
Receita de distribuição ¹¹	8.720.311	8.125.587
Remuneração financeira WACC	193.495	207.928
Valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros (a)	137.133	398.996
Subvenção CDE - Outros	148.349	45.551
Suprimento de energia elétrica (b)	240.360	110.211
Receita de construção (c)	1.417.616	1.087.782
Atualização do ativo financeiro (d)	126.580	118.269
Outras receitas	196.163	128.120
Receita operacional	11.180.007	10.222.444
ICMS sobre venda de energia elétrica	(1.715.709)	(1.707.537)
PIS e COFINS	(840.202)	(791.471)
Encargos do consumidor	(76.298)	(51.744)
ISS	(6.906)	(3.637)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (e)	(583.746)	(414.176)
Outros	(4.965)	(937)
Deduções à receita operacional	(3.227.826)	(2.969.502)
Receita operacional líquida	7.952.181	7.252.942

- (a) Por meio do Despacho nº 4.621, de 25 de novembro de 2014, a ANEEL aprovou modelo de aditivo aos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, cujo objetivo é garantir que os saldos remanescentes de ativos ou passivos regulatórios relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pela ANEEL, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária comporão o valor da indenização a ser recebida pelo concessionário em eventual término da concessão, por qualquer motivo. Como consequência, foi emitido pelo CPC a Orientação Técnica - OCPC08 ("OCPC08"), que teve por objetivo tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidência destes ativos ou passivos financeiros que passam a ter a característica de direito (ou obrigação) incondicional de receber (ou entregar) caixa ou outro instrumento financeiro a uma contraparte claramente identificada;

¹⁰ Para fins de comparabilidade e melhor análise dos saldos com o exercício atual, a Companhia reclassificou valores que estavam na rubrica "Outras" para as rubricas de "Fornecedores não faturados - reposição tarifária" e "PIS e COFINS sobre a parcela A".

¹¹ Para fins de comparabilidade e melhor análise dos saldos com o exercício atual, a Companhia reclassificou valores que estavam na rubrica "Outras" para a rubrica "Subvenção CDE - Outros" e de "Receita de distribuição" para "Suprimento de energia elétrica".

- (b) A variação em 2016 se deve em virtude das operações de venda de energia no mercado de curto prazo - MCP, como as Controladas estavam sobrecontratadas isso resultou em um custo menor, aumentando a venda de energiano período enquanto que em 2015, as controladas estavam com seus custos maiores por estarem comprando no Mercado de Curto Prazo e tiveram um atraso no cronograma das liquidações CCEE, o que levou a conta a encerrar o exercício com a provisão dos últimos três meses, o que não ocorreu em 2016;
- (c) As receitas de construção dos ativos da concessão, das controladas CEMAR e CELPA, sofreram um crescimento em comparação com o exercício anterior em função da retomada de investimentos em obras de melhorias; ampliação; conservação e manutenção das Redes de Distribuição; Linhas de Subtransmissão e Subestações executados na área de concessão;
- (d) Refere-se a ajuste dos ativos financeiros referente ao VNR em razão da homologação da revisão tarifária da CEMAR e CELPA, conforme despacho nº 2.441, de 29 de julho de 2015 (vide Nota 15). A mudança no índice de atualização do Ativo Financeiro passando de IGPM a IPCA, gerou uma alteração (decréscimo) no resultado financeiro. Tal mudança está de acordo com a Resolução Normativa nº 686/2015 de 23 de novembro de 2015; e
- (e) A conta CDE teve aumento significativo no ano de 2016, devido às amortizações das parcelas do empréstimo da conta ACR e quota do Tesouro, que foram concedidos às controladas CEMAR e CELPA para minimizar as despesas das distribuidoras no mercado de curto prazo no ano de 2014. Do total pago, R\$ 327.623 refere-se a empréstimo ACR e R\$ 256.123 de quota CDE e quota Tesouro.

33 Custos do serviço e despesas operacionais

31/12/2016				
Custos/despesas operacionais	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas Administrativas	Total
Pessoal	137.818	57.096	141.700	336.614
Material	6.668	2.890	3.403	12.961
Serviços de terceiros	279.704	231.092	188.284	699.080
Energia elétrica comprada para revenda	3.387.077	-	-	3.387.077
Encargo uso do sistema de transmissão e distribuição	241.541	-	-	241.541
Custo de construção	1.417.616	-	-	1.417.616
Provisão para crédito de liquidação duvidosa e perdas com clientes comerciais	-	278.199	-	278.199
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	-	-	(30.098)	(30.098)
Amortização e depreciação	300.354	-	43.145	343.499
Arrendamento e aluguéis	22.278	4.857	4.843	31.978
Subvenção CCC	2.915	-	-	2.915
Outros	7.429	(13.534)	(22.678)	(28.783)
Total	5.803.400	560.600	328.599	6.692.599

31/12/2015				
Custos/despesas operacionais	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas Administrativas¹²	Total
Pessoal	126.546	52.514	141.752	320.812
Material	21.150	3.719	3.013	27.882
Serviços de terceiros	244.533	225.311	141.458	611.302
Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica	5.186	-	-	5.186
Energia elétrica comprada para revenda	3.480.508	-	-	3.480.508
Encargo uso do sistema de transmissão e distribuição	198.739	-	-	198.739
Custo de construção	1.087.782	-	-	1.087.782
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	147.571	-	147.571
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	-	-	12.602	12.602
Amortização e depreciação	267.847	-	45.829	313.676
Arrendamento e aluguéis	24.879	3.041	4.372	32.292
Subvenção CCC	(20.179)	-	-	(20.179)
Recuperação de despesas	-	(31.285)	-	(31.285)
Outros	12.019	27.745	23.894	63.658
Total	5.449.010	428.616	372.920	6.250.546

¹² Para efeito de comparabilidade e melhor análise, a Companhia para 31/12/2015 efetuou ajustes de concatenação de "Honorários administradores" juntamente com a linha de "Pessoal" e a inclusão da "Amortização". Tais valores eram demonstrados apenas na DRE.

34 Energia elétrica comprada para revenda

	GWh(*)		R\$	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Energia de leilão (a)	12.487	9.718	2.482.787	2.092.019
Contratos Eletronuclear	486	498	85.397	109.875
Contratos cotas de garantias	6.854	6.285	374.392	201.733
Encargo de Serviço do Sistema - ESS/ Energia reserva	-	-	103.932	65.982
Energia bilateral	227	226	-	46.272
Energia de curto prazo - CCEE (b)	(1.550)	1.688	400.739	1.052.076
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	328	321	102.634	71.284
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição ¹³	-	-	241.541	198.739
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo (c)	-	-	(317.506)	(340.071)
Outros custos	-	-	154.702	181.338
Total	18.832	18.736	3.628.618	3.679.247

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

- (a) A compra de Energia Leilão para o ano corrente, a CEMAR e a CELPA iniciaram o pagamento de novos leilões de energia com início em janeiro de 2016, tais como MCSD 2015, 15º Leilão de energia existente, 13º Leilão de energia nova, 17º Leilão de energia nova, 3º Leilão de fonte alternativas, aumentando a quantidade energia contratada e por conseguinte o custo correspondente à referida energia;
- (b) No exercício findo 31 de dezembro de 2016 as despesas de compra de energia no curto prazo tiveram influências dos seguintes fatores: (i) redução no custo médio é explicada pelo menor custo do PLD, preço utilizado para liquidação de energia comprada no mercado spot, cujo valor médio para este período ficou em R\$ 82,55 por MWh; (ii) a sobrecontratação de energia da distribuidora em virtude da recontração de energia no 15º Leilão de Energia Existente (leilão A-1) e no recebimento de contratos de energia oriundos da participação do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD Trocas Livres de novembro e dezembro de 2015; assim como o MCSD 4% com início de suprimento a partir de 2016; e
- (c) O valor refere-se a crédito de PIS e COFINS não cumulativo, na forma das Leis 10.637 de 2002 e 10.833 de 2003, originário de aquisição de energia elétrica para revenda.

35 Outras despesas operacionais líquidas

	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Perda/ganho na desativação de bens e direito ¹⁴	59.581	199.511
Multa por violação de indicadores (a)	33.219	12.333
Indenização por danos a terceiros	5.362	4.738
Outras receitas operacionais ¹²	(6.598)	(13.028)
Provisão para perda de estoque ¹²	9.601	11.773
Total	101.165	215.327

- (a) Indicadores como Duração de interrupção individual por unidade consumidora - DIC, Frequência de interrupção individual por unidade consumidora - FIC, Duração Equivalente de interrupção por unidade consumidora - DEC e Frequência Equivalente de interrupção por unidade consumidora - FEC.

¹³ A Companhia em 31/12/2015 apresentava a linha “Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição” separadamente da “Energia elétrica comprada para revenda”, sendo demonstrada apenas na DRE. Para efeito de comparabilidade e melhor análise, a mesma apresenta tal valor tanto em 2016 quanto em 2015 como parte do mesmo grupo.

¹⁴ Para efeito de comparabilidade e melhor análise, a Companhia aglutinou os saldos de 31/12/2015 das rubricas de “Perda/ganho na alienação de bens e direitos” e “Perdas/ganho na desativação de bens e direito” na rubrica “Perda/ganho na desativação de bens e direito” e reclassificou a rubrica “Outras despesas e receitas operacionais” para “Outras receitas operacionais” e “Provisão para perda de estoque”.

36 Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
			(Reapresentado)	(Reapresentado)
Receitas financeiras				
Rendas financeiras	35.458	40.150	305.699	255.956
Valores a receber/devolver parcela A (a)	-	-	54.117	80.313
Operações com instrumentos financeiros derivativos (b)	-	-	-	268.125
Acréscimo moratório de energia vendida (c)	-	-	141.985	227.984
Receita financeira de AVP	-	-	-	374.385
Variação monetária e cambial da dívida (d)	-	-	342.547	-
PIS/COFINS sobre receita financeira	(3.521)	(2.063)	(25.098)	(14.998)
Atualização sub-rogação CCC (e)	-	-	4.993	46.844
Atualização CDE	-	-	-	740
Descontos obtidos	-	-	2.118	7.253
Juros ativos	40.740	51.771	2.412	654
Outras receitas financeiras	17	-	34.114	25.170
Total de receitas financeiras	72.694	89.858	862.887	1.272.426
Despesas financeiras				
Valores a receber/devolver parcela A (a)	-	-	(44.423)	(30.652)
Operações com instrumentos financeiros derivativos (b)	-	-	(296.744)	-
Variação monetária e cambial da dívida (d)	-	-	(195.538)	(510.550)
Encargos da dívida	-	-	(314.670)	(280.609)
Atualização de eficiência e contingências	-	-	(40.482)	(30.914)
Multas regulatórias	-	-	(1.455)	(228)
Despesa financeira de AVP	-	(5.902)	(36.367)	(10.913)
Juros, multas s/ operação de energia	-	-	(934)	(3.793)
Juros passivos	-	-	(32.456)	(21.622)
Descontos concedidos	-	-	(2.753)	-
Outras despesas financeiras	(7)	(337)	(25.990)	(73.865)
Total de despesas financeiras	(7)	(6.239)	(991.812)	(963.146)
Resultado financeiro líquido	72.687	83.619	(128.925)	309.280

- (a) A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a conta de compensação de variação de valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica, de forma a permitir maior neutralidade no repasse destas variações para as tarifas. Essas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC;
- (b) Refere-se principalmente à contratação de operações de *swap*, que trocam dólar + spread por CDI + spread, onde a principal variação foi a cambial sobre essas operações. No exercício findo 31 de dezembro de 2016 tiveram despesa de Swap no valor de R\$ 296.744, devido a queda do dólar em 2016 (vide nota d), contra uma receita no exercício de 2015;
- (c) São os valores provenientes da multa, atualização monetária e juros de mora gerados por atraso do pagamento da conta de energia emitida pela distribuidora;
- (d) O principal efeito da variação cambial, é derivado da queda do dólar em 17%, saindo de R\$3,90 em 31 de dezembro de 2015 para R\$3,25 no exercício findo 31 de dezembro de 2016, contra uma alta de 33% se comparando ao mesmo período de 2015;
- (e) Refere-se à atualização pelo IGP-M dos recursos aprovados de sub-rogação CCC da controlada CELPA conforme previsto na Resolução Normativa nº 427, de 22 de fevereiro de 2011, calculados a partir de julho de 2011.

37 Lucro por ação

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33 (*Earnings per Share*), a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do exercício com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

	31/12/2016	31/12/2015
Numerador		
Lucro líquido do exercício	712.217	808.482
Denominador		
Total de ações no cálculo do LPA básico	198.676	198.587
Total de ações no cálculo do LPA diluído	200.648	200.812
Lucro do exercício básico por lote de mil ações - R\$	3,5848	4,0712
Lucro do exercício diluído por lote de mil ações - R\$	3,5496	3,9864

38 Entidade de previdência privada

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia apresenta um montante consolidado de R\$ 38.412 (R\$ 36.718 em 31 de dezembro de 2015) referente a planos de aposentadoria e pensão.

CEMAR

Características do plano de aposentadoria

A CEMAR é patrocinadora da FASCEMAR - Fundação de Assistência e Seguridade dos Servidores da CEMAR, Fundação de Previdência Complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, que tem por finalidade, na qualidade de entidade fechada de previdência complementar, a administração e execução dos Planos de Benefícios de natureza previdenciária.

A FASCEMAR foi totalmente reestruturada ao longo do ano de 2005, culminando na implantação e operacionalização de um novo plano previdenciário a partir de maio de 2006, - o Plano Misto de Benefícios I, em regime de contribuição definida na modalidade de contribuição variável de acordo com a classificação definida pela Previc. O plano oferece o benefício de aposentadoria normal, na modalidade de contribuição definida, e o benefício por incapacidade e por morte de participante ativo, na modalidade de benefício definido, além dos institutos legais obrigatórios. Desde a sua implementação, verificou-se a adesão de 98% dos participantes ativos do Plano de Benefício Definido I (Plano BD I), assim como dos funcionários da CEMAR que não contavam com este benefício.

Atualmente, o Plano BD I atende em sua maioria os participantes aposentados e pensionistas que já se encontravam em gozo do benefício em abril de 2006. Este plano apresenta os benefícios de aposentadoria por idade, especial, tempo de contribuição e auxílio funeral.

A CEMAR, na qualidade de patrocinadora, recolhe, mensalmente, para os dois Planos, uma contribuição normal paritária ao total das contribuições recolhidas pelos participantes que pertençam ao seu quadro de pessoal. Na apuração do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, esse valor corresponde a R\$ 2.318 (R\$ 2.106 em 31 de dezembro de 2015).

(i) *Plano de Benefícios Definidos I - BD-I*

Plano de benefícios previdenciários administrado pela FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar e patrocinado pela CEMAR - Companhia Energética do Maranhão, sendo oferecido aos seus empregados e respectivos dependentes.

O BD-I é estruturado na modalidade de “Benefício Definido”, existindo compromisso pós-emprego com os participantes em atividade e com os assistidos. De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes:

Aposentadoria por Invalidez

O benefício a ser concedido equivale ao valor da diferença positiva entre o SRB e a aposentadoria por invalidez da Previdência Social.

Aposentadoria por Idade

O benefício a ser concedido equivale ao valor da diferença positiva entre o SRB e a aposentadoria por idade da Previdência Social.

Aposentadoria por Tempo de Contribuição

O benefício a ser concedido equivale ao valor da diferença positiva entre o SRB e a aposentadoria por tempo de contribuição da Previdência Social.

Aposentadoria Especial

O benefício a ser concedido equivale ao valor da diferença positiva entre o SRB e a aposentadoria especial da Previdência Social.

Auxílio Doença

O benefício a ser concedido equivale ao valor da diferença positiva entre o SRB e o benefício de auxílio-doença da Previdência Social, desde que o participante tenha efetuado 12 meses de contribuições ao plano.

Auxílio-Funeral

O benefício equivale ao valor de R\$ 116,25, em novembro/1995, atualizável nas mesmas épocas e pelos mesmos índices de reajuste salarial coletivo da patrocinadora. É concedido à pessoa que comprove ter sido executor do funeral do participante, desde que o este tenha efetuado 12 meses de contribuições ao plano.

Abono Anual

O benefício é concedido na mesma época em que é concedido o abono anual da Previdência Social, e consiste em uma prestação pecuniária anual de 1/12 (um doze avos) da renda mensal devida em dezembro por mês de complementação recebida durante o ano.

Pensão por Morte

O benefício a ser concedido consiste em uma renda mensal equivalente a 50% (mais 10% por beneficiário) da renda recebida pelo participante assistido ou da renda que o participante ativo teria direito se viesse a se aposentar por invalidez na data de falecimento.

As principais definições do plano, conforme disposto no seu Regulamento, são:

Salário Real de Contribuição (SRC)

É o valor sobre o qual incidem os percentuais de contribuições do participante.

Salário Real de Benefício (SRB)

Média aritmética simples dos últimos 36 meses dos Salários Reais de Contribuição anteriores ao mês de início do benefício, excluindo-se o 13º salário, atualizados pelos mesmos índices de atualização utilizados pelo RGPS no cálculo do Salário de Benefício. É o valor base para o cálculo das complementações de benefícios.

Unidade Mínima de Benefício (UMB)

A UMB corresponde ao menor valor mensal que uma complementação de aposentadoria ou pensão pode assumir, equivalente a R\$ 128,00 em maio/2004. Esse valor é atualizado nas mesmas épocas e pelos mesmos índices estabelecidos no Regulamento para reajuste das complementações.

Benefício Mínimo

É garantido o valor mínimo de 25% do SRB, não podendo esse valor ser inferior à UMB.

Contribuições

O custeio do plano é obtido através das Contribuições Normais dos participantes e das patrocinadoras.

(ii) *Plano Misto de Benefícios - PMB*

Plano de benefícios previdenciários administrado pela FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar e patrocinado pela CEMAR - Companhia Energética do Maranhão e pela própria FASCemar.

O PMB é um plano contributivo com modalidade de “Contribuição Definida” para os benefícios programados e de “Benefício Definido” para os benefícios de risco. De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes:

Aposentadoria Normal

É concedida ao participante que atender cumulativamente as seguintes condições:

- (a) Ter 180 meses ininterruptos de vinculação empregatícia com a patrocinadora;
- (b) Ter 60 meses de contribuição efetiva ao plano;
- (c) Ter idade igual ou superior a 55 anos;
- (d) Não manter vínculo empregatício com a patrocinadora.

O valor do benefício resulta da transformação do Saldo de Contas em uma renda certa, de 12 parcelas por ano, por “n” meses.

Aposentadoria de Incapacidade para o Trabalho

O benefício é concedido ao participante que estiver em gozo da aposentadoria por Invalidez da Previdência Social, desde que este esteja no plano por, pelo menos, 12 meses. O valor do benefício resulta da conversão do Saldo de Contas em uma renda mensal.

Pensão por Morte de Ativo

O benefício é concedido aos beneficiários do participante ativo que vier a falecer, desde que este tenha se mantido no plano por, pelo menos, 12 meses. O valor do benefício resulta da conversão do Saldo de Contas em uma renda mensal.

Pensão por Morte de Assistido

O benefício é concedido aos beneficiários do participante assistido que vier a falecer, desde que este tenha se mantido no plano por, pelo menos, 12 meses. O valor do benefício consiste na continuação da renda paga ao participante assistido.

As principais definições do plano, conforme disposto no seu Regulamento, são:

Salário Real de Contribuição (SRC)

É o valor sobre o qual incidem os percentuais de contribuições do participante.

Indexador Atuarial do Plano (IAP)

Conforme definido no Artigo 22 do Regulamento, o IAP equivale ao INPC do IBGE.

Unidade de Referência Fascemar (URF)

É a unidade padrão do plano, que corresponde a R\$ 257,67 em novembro/2004. Esse valor é atualizado pelo indexador IAP.

Rentabilidade Líquida

É o resultado financeiro líquido dos investimentos das Provisões e Fundos do plano através da sistemática de cálculo de cota aprovada pelo Conselho Deliberativo. A cota reflete o resultado financeiro líquido entre duas datas consecutivas de apuração.

Contribuição Real Média Mensal (CRMM)

A CRMM é a média das contribuições mensais relativas aos 12 últimos meses imediatamente anteriores à data de cálculo. A CRMM é destinada para o cálculo dos benefícios de Incapacidade e de Pensão por Morte de Ativo.

Saldo de Conta Aplicável

É a soma dos valores que o participante tem direito quando do cálculo do seu benefício.

Contribuições

- (a) O custeio do plano é obtido através das seguintes contribuições:
- (b) Contribuição Normal Mensal Programada dos participantes;
- (c) Contribuição Normal Facultativa dos participantes;
- (d) Contribuição Normal de assistido;
- (e) Contribuição Básica da patrocinadora;
- (f) Contribuição para Benefícios de Risco da patrocinadora; e
- (g) Contribuição para Despesas Administrativas da patrocinadora.

38.1 Premissas adotadas

As hipóteses (premissas) utilizadas na Avaliação Atuarial segundo o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), publicado em dezembro/2012, em correlação às Normas Internacionais de Contabilidade - IAS 19 (IASB - BV 2012), são apresentadas conforme a seguir

Econômicas e financeiras

Taxa de Desconto Atuarial Real

Ref.

Plano Celpa BD-I: 5,78% a.a.

(a)

Plano Misto de Benefício (PMB) 5,78% a.a.

(b)

- (a) Compatível com os títulos públicos federais (NTN-B) com duration aproximada com os fluxos futuros esperados das obrigações com os participantes, calculada em 18 anos para o plano BD-I. NTN-B em 29/12/2016 com vencimento em 15/05/2035;
- (b) Compatível com os títulos públicos federais (NTN-B) com duration aproximada com os fluxos futuros esperados das obrigações com os participantes, calculada em 21 anos para o plano PMB. NTN-B em 29/12/2016 com vencimento em 15/05/2035.

- **Expectativa de Inflação:** 4,87% ao ano, conforme a mediana da expectativa de mercado apresentada no Relatório FOCUS de 30/12/2016 para o IPCA em 2017.

- Regime Financeiro: Capitalização

- **Método:** Crédito Unitário Projetado

- Crescimento Real dos Salários: 1,00 % a.a.

- **Biométricas**

- **Mortalidade Geral:** AT-2000 Suavizada 10% segregada por sexo

- Mortalidade de Inválidos: Tábua AT-83 masculina

- **Entrada em Invalidez:** CEMAR BD-I: Light Média/Tábua Light Média

- Turnover (Rotatividade): Nula

- Composição Familiar

- Para o Plano BD-I, utilizou-se:

- **Benefícios a Conceder:** premissa de composição familiar média:

- Percentual de casados: 80%
- Diferença de idade entre titular e cônjuge: 5 anos
- Idade filho mais jovem (Z):

$Z = 21 - \text{MAX}[(90-x)/2; 0]$, sendo “x” a idade do titular.

- **Benefícios Concedidos:** família real, conforme banco de dados.

- **Outras**

Data base da avaliação:

Planos previdenciários: 30/09/2016

Idade de saída da empresa (aposentadoria)

Calculada individualmente, conforme as regras regulamentares dos Planos de Previdência.

38.2 Informações dos participantes

	Planos de benefícios	
	BD - I	Misto
Participantes Ativos		
Frequência de participantes	28	1.141
Idade média (em anos)	49	36
Tempo médio de empresa (em anos)	24	9
Folha mensal dos salários de participação (R\$)	63.063	4.592.278
Salário médio de participação (em R\$)	2.252	4.025
Folha anual de salários de participação (em R\$)	819.818	59.699.615
Participantes Aposentados		
Frequência de participantes	423	56
Idade média (em anos)	71	60
Folha mensal de benefícios (R\$)	754.649	117.937
Benefício médio (em R\$)	1.784	2.106
Folha anual de benefícios (em R\$)	9.810.439	1.533.178
Participantes Pensionistas		
Frequência de participantes	224	8
Folha mensal de benefícios (R\$)	199.551	5.053
Benefício médio (em R\$)	891	632
Folha anual de benefícios (em R\$)	2.594.157	65.693
Participantes Remidos		
Frequência de participantes	-	1
Idade média (em anos)	-	30
Folha anual de salários de participação (em R\$)	-	59.699.615

38.3 Apuração do passivo/ativo atuarial

A conciliação dos ativos e passivos demonstrará o excesso ou a insuficiência de recursos para cobertura do benefício pós-emprego, e que deve ser apresentado no balanço da CEMAR.

Apresentamos, a seguir, a demonstração dos resultados apurados em 31/12/2016 (Passivo ou Ativo Atuarial a ser contabilizado) e a projeção de despesas a serem reconhecidas no resultado do exercício de 2017.

Os resultados da avaliação atuarial são apresentados conforme a seguir.

Plano BD-I

Ativos do Plano	Valor Contabilizado (R\$)	Ajuste a Valor de Mercado (R\$)	Valor a Mercado (R\$)	Em %
Disponível	3.821	-	3.821	0,00%
Realizável - Gestão previdencial	548.698	-	548.698	0,32%
Realizável - Gestão Administrativa	942.317	-	942.317	0,56%
Fundos de investimentos	4.161.054	-	4.161.054	2,45%
Títulos públicos	143.412.777	6.856.169	150.268.946	88,62%
Créditos privados e depósitos	7.019.098	-	7.019.098	4,14%
Ações	-	-	-	0,00%
Depósitos judiciais	-	-	-	0,00%
Investimentos imobiliários	5.372.597	-	5.372.597	3,17%
Empréstimos e financiamentos	1.235.768	-	1.235.768	0,73%
Outros realizáveis	15.256	-	15.256	0,01%
(=) Ativo Total	162.711.386	6.856.169	169.567.555	100,00%

Valor Justo dos Ativos do Plano

Em R\$

(+) Ativo total	169.567.555
(-) Exigível operacional	(879.202)
(-) Exigível contingencial	(44.491)
(-) Fundos previdenciais	-
(-) Fundos administrativos	(942.317)
(-) Fundos investimentos	-
(=) Ativo líquido de cobertura	167.701.545

Plano misto de benefícios - PMD

Ativo do plano	Valor Contabilizado (R\$)	Ajuste a Valor de Mercado (R\$)	Valor a Mercado (R\$)	Em %
Disponível	17.426	-	17.426	0,02%
Realizável - Gestão previdencial	9.292	-	9.292	0,01%
Realizável - Gestão administrativa	1.864.741	-	1.864.741	2,53%
Fundos de investimentos	9.870.501	-	9.870.501	13,40%
Títulos públicos	57.203.402	9.079	57.212.481	77,70%
Créditos privados e depósitos	-	-	-	0,00%
Ações	-	-	-	0,00%
Depósitos judiciais	-	-	-	0,00%
Investimentos imobiliários	-	-	-	0,00%
Empréstimos e financiamentos	4.648.459	-	4.648.459	6,31%
Outros realizáveis	12.864	-	12.864	0,02%
	73.626.685	9.079	73.635.764	100,00%

Valor justo dos ativos do plano	Em R\$
(+) Ativo total	73.626.685
(-) Exigível operacional	(58.113)
(-) Exigível contingencial	-
(-) Fundos previdenciais	(7.409.460)
(-) Fundos administrativos	(1.864.741)
(-) Fundos investimentos	(248.790)
(=) Patrimônio de cobertura	64.045.581
(-) Saldos de conta	(64.045.581)
(+) Fundo de risco	4.204.214
(+/-) Ajuste marcação à mercado (parcela BD)	-
(=) Ativo líquido de cobertura	4.204.214

38.4 Resultado da avaliação atuarial

Os resultados das avaliações atuariais apuraram o seguinte compromisso do plano com seus participantes:

Plano BD-I

2 Conciliação dos (Ativos) e Passivos Reconhecidos	31/12/2016	31/12/2015
2.1 Obrigações atuariais apuradas na avaliação atuarial	144.403.546	123.090.257
2.2 Valor justo dos ativos do plano (excluindo contrato de dívida) (= -1 x 1.1)	(167.701.545)	(146.170.024)
2.3 Nível de cobertura, se déficit ou (superávit) (2.1 + 2.2)	(23.297.999)	(23.079.767)
2.4 Percentual da parcela de responsabilidade da Ppatrocinadora (%)	100,00%	100,00%
2.5 Resultado do plano para o Patrocinador: déficit ou (superávit) (2.3 x 2.4)	(23.297.999)	(23.079.767)
2.6 Passivo/(ativo) atuarial líquido total reconhecido	(23.297.999)	(23.079.767)
2.7 Efeito do Teto de Ativo (limitador do Ativo, no caso de Superávit)	(23.297.999)	(23.079.767)
2.8 Valor Líquido de Passivo (Ativo) a contabilizar	-	-
2.9 Passivo/(ativo) atuarial já provisionado	-	-
2.10 Passivo/(ativo) atuarial adicional a reconhecer neste exercício (2.8 - 2.9)	-	-

Conforme pode ser identificado no quadro anterior, existem recursos integralizados suficientes (Superávit de R\$ 23.297.999) para garantir o pagamento dos compromissos do plano, não tendo obrigação atuarial a ser provisionada pela CEMAR.

Plano misto de benefícios - PMB

2 Conciliação dos (Ativos) e Passivos Reconhecidos	31/12/2016	31/12/2015
2.1 Obrigações atuariais apuradas na avaliação atuarial	586.876	625.542
2.2 Valor justo dos ativos do plano (excluindo contrato de dívida) (= -1 x 1.1)	(4.044.886)	(3.065.436)
2.3 Nível de cobertura, se déficit ou (superávit) (2.1 + 2.2)	(3.458.010)	(2.439.894)
2.4 Percentual da parcela de responsabilidade da patrocinadora (%)	100,00%	100,00%
2.5 Resultado do plano para o Patrocinador: déficit ou (superávit) (2.3 x 2.4)	<u>(3.458.010)</u>	<u>(2.439.894)</u>
2.6 Passivo/(ativo) atuarial líquido total reconhecido	<u>(3.458.010)</u>	<u>(2.439.894)</u>
2.7 Efeito do Teto de Ativo (limitador do Ativo, no caso de Superávit)	(3.458.010)	(2.439.894)
2.8 Valor Líquido de Passivo (Ativo) a contabilizar	<u>-</u>	<u>-</u>
2.9 Passivo/(ativo) atuarial já provisionado	-	-
2.10 Passivo/(ativo) atuarial adicional a reconhecer neste exercício (2.8 - 2.9)	<u>-</u>	<u>-</u>

Conforme pode ser identificado no quadro anterior, existem recursos integralizados suficientes (Superávit de R\$ 3.458.010) para garantir o pagamento dos compromissos do plano, não tendo obrigação atuarial a ser provisionada pela CEMAR.

38.5 Movimentação do ativo/passivo atuarial

Para fins de registro contábil da CEMAR, não houve movimentação do Passivo Atuarial durante o ano de 2016.

Para cada exercício, os valores de despesa (receitas) esperados são calculados pela projeção das variações das obrigações atuariais. Para o exercício de 2017, os valores a serem registrados são apresentados conforme a seguir:

	31/12/2017	
Despesa a reconhecer na demonstração de resultados do exercício seguinte	BD - I	PMB
13.1 Custo do serviço corrente (com juros)	30.612	81.330
13.2 Contribuições esperadas dos participantes	(210.100)	-
13.3 Custo de juros sobre as obrigações atuariais	15.092.323	54.043
13.4 Rendimento esperado dos ativos	(17.661.513)	(442.161)
13.5 Juros sobre o efeito do teto de ativo	<u>2.546.817</u>	<u>378.012</u>
13.6 Despesa/(receita) a ser reconhecida pelo empregador	(201.861)	71.224
13.7 Contribuições esperadas do empregador referente a custeio de plano	<u>(210.100)</u>	<u>(189.820)</u>
13.8 Total da despesa (receita) adicional a reconhecer	<u>(411.961)</u>	<u>(118.596)</u>

Os valores apresentados devem ser analisados ao encerramento do próximo exercício, quando será apurado novamente se estas projeções se concretizaram ou se será necessário efetuar ajustes adicionais em relação às provisões de benefícios pós-emprego.

38.6 Demonstrativo completo sobre os cálculos efetuados em 31/12/2016

Demonstração do reconhecimento do passivo/(ativo) neste exercício

	31/12/2016		31/12/2015	
1 Ativo Líquido de Cobertura do Plano	BD - I	PMB	BD - I	PMB
1.1 Valor justo dos ativos do plano	167.701.545	4.044.886	146.170.024	3.065.436
3 Despesas a Reconhecer no Resultado do Exercício, conforme projetado no ano anterior			31/12/2016	
			BD - I	PMB
3.1 Custo do serviço corrente (com juros)			25.865	81.573
3.2 Contribuições de participantes			(24.138)	-
3.3 Custo de juros sobre as obrigações atuariais			17.277.319	75.999
3.4 Rendimento esperado dos ativos			(20.684.172)	(452.010)
3.5 Juros sobre o efeito do aeto de Ativo			3.403.416	359.795
3.6 Custos Adicionais (a+b)			-	-
(a) <i>Custo do serviço passado (efeito de alteração ou redução do plano)</i>			-	-
(b) <i>Ganho(perda) na liquidação (settlement)</i>			-	-
3.7 Despesa/(receita) a ser reconhecida pelo empregador (3.1 + 3.2 + 3.3 + 3.4 + 3.5 + 3.6)			(1.710)	65.357
3.8 Contribuições do empregador referente a custeio de plano			(24.138)	(227.761)
3.9 Total da despesa (receita) adicional a reconhecer (3.7 + 3.8)			(25.848)	(162.404)
4 Remensurações do Valor líquido de passivo (ativo), a reconhecer em Outros Resultados Abrangentes			31/12/2016	
			BD - I	PMB
4.1 (Ganho)/perda nas obrigações atuariais apurado nesta avaliação atuarial (9.7)			16.285.366	31.926
4.2 (Ganho)/perda nos ativos do plano apurado nesta avaliação atuarial (7.8)			(13.074.334)	(527.843)
4.3 (Ganho)/perda no teto do ativo apurado nesta avaliação atuarial (11.5)			(3.185.184)	658.321
4.4 Passivo/(ativo) atuarial líquido total reconhecido (4.1 + 4.2 + 4.3)			25.848	162.404
5 Demonstração do valor do Passivo/(ativo) atuarial adicional reconhecido neste exercício			31/12/2016	
			BD - I	PMB
5.1 Total da despesa (receita) adicional reconhecida no Resultado do Exercício (3.9)			(25.848)	(162.404)
5.2 Total das remensurações, reconhecidas em Outros Resultados Abrangentes (4.4)			25.848	162.404
5.3 Passivo/(Ativo) adicional reconhecido neste exercício (5.1 + 5.2)			-	-

Demonstração valores de perdas/(ganhos) apurados no exercício

	31/12/2016	
	BD - I	PMB
7 Evolução do valor justo dos ativos		
7.1 Valor justo dos ativos ao início do ano	146.170.024	3.065.436
7.2 Benefícios pagos durante o exercício	12.275.261	228.164
7.3 Contribuições de participante vertidas durante o exercício	24.138	-
7.4 Contribuições do empregador vertidas durante o exercício	24.138	227.761
7.5 Rendimento esperado dos ativos (8.4)	20.684.172	452.010
7.6 Valor justo dos ativos esperado para o final do ano (7.1 - 7.2 + 7.3 + 7.4 + 7.5)	154.627.211	3.517.043
7.7 Valor justo dos ativos apurado ao final do ano (1.1)	167.701.545	4.044.886
7.8 (Ganhos)/Perdas sobre o Valor Justo dos Ativos (7.6 - 7.7)	(13.074.334)	(527.843)

	31/12/2016	
	BD-I	PMB
8 Demonstração do rendimento esperado dos ativos		
8.1 Rendimento esperado sobre ativos acumulados do ano anterior, conforme premissa	21.554.698	452.039
8.2 Rendimento sobre contribuições esperadas	3.437	16.216
8.3 Perda de rendimento com pagamentos esperados de benefícios	(873.963)	(16.245)
8.4 Rendimento esperado dos ativos (8.1 + 8.2 + 8.3)	20.684.172	452.010

	31/12/2016	
	BD - I	PMB
9 Evolução do valor presente das obrigações atuariais		
9.1 Valor das obrigações atuariais ao início do ano (2.1)	123.090.257	625.542
9.2 Custo do serviço corrente (3.1)	25.865	81.573
9.3 Juros sobre obrigação atuarial (10.3)	17.277.319	75.999
9.4 Benefícios pagos no ano	12.275.261	228.164
9.5 Valor das obrigações atuariais esperadas para o final do ano (9.1 + 9.2 + 9.3 - 9.4)	128.118.180	554.950
9.6 Valor das obrigações atuariais avaliadas ao final do ano (2.1)	144.403.546	586.876
9.7 (Ganhos)/Perdas sobre as Obrigações atuariais (9.6 - 9.5)	16.285.366	31.926

	31/12/2016	
	BD - I	PMB
10 Demonstração do custo de juros sobre as obrigações atuariais		
10.1 Despesa de juros sobre obrigação atuarial do ano anterior	18.151.282	92.244
10.2 Receita de juros sobre pagamentos esperados de benefícios	(873.963)	(16.245)
10.3 Juros sobre as obrigações atuariais do ano corrente (10.1 + 10.2)	17.277.319	75.999

	31/12/2016	
	BD - I	PMB
11 (Ganhos) e perdas no teto de ativo, para superávit		
11.1 Efeito do Teto de Ativo no início do exercício	23.079.767	2.439.894
11.2 Juros esperados sobre o Efeito do Teto de Ativo	3.403.416	359.795
11.3 Efeito do Teto de Ativo esperado no final do exercício	26.483.183	2.799.689
11.4 Efeito do Teto de Ativo apurado no final do exercício	23.297.999	3.458.010
11.5 (Ganhos)/Perdas sobre o Teto de Ativo	(3.185.184)	658.321

Demonstração da evolução de perda/(ganho) em resultados abrangentes

	31/12/2016	
	BD - I	PMB
12 Ajustes efetuados em outros resultados abrangentes		
12.1 (Ganho)/perda acumulado até o exercício anterior, registrado em Outros Resultados Abrangentes	4.892.680	1.757.340
12.2 (Ganho)/perda do exercício atual (4.4)	25.848	162.404
12.3 (Ganho)/perda total reconhecido ao final do exercício seguinte (12.1 + 12.2)	<u>4.918.528</u>	<u>1.919.744</u>

38.7 Análise de sensibilidade

Conforme o item 145 da CPC 33(R1), a Companhia deve divulgar análise de sensibilidade para premissas atuariais significativas. A Tabela abaixo apresenta a análise de sensibilidade das premissas atuariais mais relevantes, com variações razoavelmente possíveis na data da avaliação atuarial.

Análise de sensibilidade (Impacto nas obrigações)	BD - I		PMB	
Taxa de desconto				
Aumento de 0,5%	(6.050.243)	(4,19%)	(16.411)	(2,80%)
Redução de 0,5%	6.544.416	4,53%	17.321	2,95%
Expectativa de Vida				
Redução de 1 ano	(3.206.606)	(2,22%)	15.378	2,62%
Aumento de 1 ano	3.140.314	2,17%	(13.642)	(2,32%)

- Análise da variação em perdas/(ganhos)

A seguir é apresentado a abertura das principais variáveis que explicam a variação ocorrida nas perdas/(ganhos) sobre as obrigações atuariais apuradas no exercício.

Análise da variação em Perdas/(Ganhos) nas Obrigações Atuariais apuradas no exercício	
Alteração da Taxa de Desconto vigente no ano anterior para a Taxa de Desconto desse exercício	17.754.319
Experiência da população	<u>(1.468.953)</u>
Total das Perdas/(Ganhos) apuradas no exercício	<u>16.285.366</u>

Plano misto de benefícios - PMD

- Rateio do Valor Justo dos Ativos

Por ser um plano solidário com outros Patrocinadores, efetuaremos, a seguir, o rateio do valor justo dos ativos considerando a proporção da obrigação atuarial relativa à Patrocinadora CEMAR:

	Total	CEMAR	Proporção
Obrigações Atuariais	609.993	586.876	96,21%
Valor Justo dos Ativos	4.204.214	4.044.885	96,21%

- **Análise da variação em Perdas/(Ganhos)**

Análise da variação em Perdas/(Ganhos) nas Obrigações Atuariais apuradas no exercício

Alteração da Taxa de Desconto vigente no ano anterior para a Taxa de Desconto desse exercício	49.321
Experiência da população	(17.395)

Total das Perdas/(Ganhos) apuradas no exercício	31.926
--	---------------

CELPA

Características do plano de aposentadoria

A CELPA é patrocinadora em conjunto com seus empregados em atividade, ex-empregados e respectivos beneficiários, de planos de benefícios de aposentadoria e pensão com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social, cuja administração é feita por meio da FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

A CELPA possui passivo atuarial não coberto que tem origem em acordo firmado entre a Companhia e os ex-empregados e pensionistas. Nos termos do acordo, deliberado pela Resolução nº 10, de 4 de agosto de 1989, pela Administração da CELPA e passando a vigorar a partir de 11 de junho de 1996, que conferiu direitos e benefícios previdenciários ao grupo de pessoas acima referido. A CELPA mantém provisionado integralmente o valor apurado deste passivo atuarial na rubrica “Plano de aposentadoria e pensão”.

A CELPA, na qualidade de patrocinadora, recolhe, mensalmente, para 3 (três) planos (BD II, OP e R), uma contribuição normal paritária ao total das contribuições recolhidas pelos participantes que pertençam ao seu quadro de pessoal. Na apuração do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, esse valor corresponde a R\$ 2.879 (R\$ 2.372 em 31 de dezembro de 2015).

Através da Portaria nº 247, de 7 de maio de 2015, e Portaria nº 254, de 11 de maio de 2015, publicadas no Diário Oficial da União em 08 e 12 de maio de 2015, respectivamente, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC aprovou:

- A cisão do Plano de Benefícios R, CNPB nº 2006.0066-65, referente à patrocinadora CELPA - Centrais Elétricas do Pará S.A. e a implantação do Plano de Benefícios CELPA R, a ser administrado pela FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar;
- Inscrição no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios - CNPB, o Plano de Benefícios CELPA R, sob o nº 2015.0007-47;

- A aplicação do Regulamento do Plano de Benefícios CELPA R, a ser administrado pela FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar;
- O Convênio de Adesão celebrado entre a FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar e a CELPA - Centrais Elétricas do Pará S.A., na condição de patrocinadora do Plano de Benefícios CELPA R;
- O "Termo de Cisão do Plano de Benefícios "R", cumulada com transferência de gerenciamento do Plano cindido ("Plano CELPA R"), entre entidades fechadas de previdência complementar", firmado entre a Redeprev - Fundação Rede de Previdência, a CELPA - Centrais Elétricas do Pará S.A. e a FASCEMAR Fundação de Previdência Complementar;
- A cisão do Plano de Benefícios CELPA OP, CNPB nº 2000.0004-11, referente à patrocinadora CELPA - Centrais Elétricas do Pará S.A. e a transferência de gerenciamento do Plano de Benefícios CELPA OP para a FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar;
- As alterações propostas no Regulamento do Plano de Benefícios CELPA OP, CNPB nº 2000.0004-11, a ser administrado pela FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar;
- O Convênio de Adesão celebrado entre a FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar e a CELPA - Centrais Elétricas do Pará S.A., na condição de patrocinadora do Plano de Benefícios CELPA OP; e
- O "Termo de Cisão e transferência de gerenciamento do Plano de Benefícios CELPA OP entre Entidades Fechadas de Previdência Complementar", firmado entre a Redeprev - Fundação Rede de Previdência, a CELPA - Centrais Elétricas do Pará S.A. e a FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar.

Coube à FASCEMAR e a REDEPREV providências conjuntas, que garantissem que a efetiva transferência ocorresse no prazo de 120 dias contados a partir da data de publicação das Portarias de aprovação no Diário Oficial da União acima mencionado.

Em 3 de julho de 2015, a FASCEMAR encaminhou à REDEPREV Carta de Aptidão prevista nos Termos de Cisão e Transferências de Gerenciamento dando continuidade ao processo de transferência de gerenciamento dos Planos de Benefícios CELPA OP e CELPA R para a FASCEMAR. Desta forma, desde o dia 3 de agosto de 2015 as operações e as obrigações dos Planos de Benefícios CELPA OP e CELPA R estão sob a responsabilidade da FASCEMAR.

Déficit técnico do plano CELPA R

O Plano CELPA R, ainda na gestão REDEPREV, apresentou por 3 (anos) consecutivos um déficit técnico, e desta forma e em cumprimento à legislação vigente, foi elaborado pelo Escritório Técnico de Assessoria Atuarial Ltda. um "Plano de Equacionamento de Déficit Técnico", o qual foi aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

Encontra-se em fase de assinaturas o "Termo de Equacionamento de Déficit", a ser firmado entre CELPA e FASCEMAR, em cumprimento ao Plano de Equacionamento de Déficit Técnico, aprovado pela PREVIC e, contemplando as condições acima elencadas.

Os planos de benefícios previdenciários patrocinados pela Companhia estão descritos a seguir:

(i) *Plano de benefícios CELPA BD-I*

Plano de benefícios previdenciários administrado pela Fundação de Previdência Complementar (FASCEMAR) e patrocinado pelas Centrais Elétricas do Pará S.A. (CELPA). O plano foi extinto em 01/01/1998, sendo então vedada a inscrição de novos participantes. Hoje, o plano não tem mais participantes ativos, somente assistidos.

O Celpa BD-I é estruturado na modalidade “Benefício Definido”, existindo compromisso pós-emprego com os participantes em atividade e com os assistidos (aposentados e pensionistas). De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos são os seguintes:

- Aposentadoria por Invalidez
- Aposentadoria por Idade;
- Aposentadoria por Tempo de Contribuição; e
- Aposentadoria Especial

Os valores dos benefícios acima são calculados a partir da diferença entre o Salário Real de Benefício (SRB), que é a média dos últimos 36 Salários de Contribuição, e a aposentadoria concedida no RGPS.

- Pensão por Morte

O benefício acima corresponde a 50% da aposentadoria mensal que o participante recebia antes de seu falecimento ou da renda a que este teria direito caso se invalidasse. Será concedido aos beneficiários habilitados como pensionistas que o requererem.

- Abono Anual

O benefício consiste em uma prestação pecuniária anual de 1/12 (um doze avos) da renda mensal devida em dezembro por mês de complementação recebida durante o ano.

As contribuições do plano são as seguintes:

- Contribuição Normal do assistido; e
- Despesa Administrativa.

(ii) *Plano de Benefícios CELPA BD-II*

Plano de benefícios previdenciários administrado pela Fundação de Previdência Complementar (FASCEMAR) e patrocinado pelas Centrais Elétricas do Pará S.A. (CELPA). O plano foi extinto em 01/01/2000, sendo então vedada a inscrição de novos participantes.

O Celpa BD-II é estruturado na modalidade “Benefício Definido”, existindo compromisso pós-emprego com os participantes em atividade e com os assistidos (aposentados e pensionistas). De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos são os seguintes:

- Aposentadoria por Invalidez;
- Aposentadoria por Idade;
- Aposentadoria por Tempo de Contribuição; e
- Aposentadoria Especial.

Os valores dos benefícios acima são calculados a partir da diferença entre o Salário Real de Benefício (SRB), que é 85% da média dos últimos 36 Salários de Contribuição, e a aposentadoria concedida no RGPS.

Com exceção da Aposentadoria por invalidez, as aposentadorias têm carência de 120 meses de contribuições mensais para o plano.

- Pensão por Morte

O benefício acima corresponde 50% (cota familiar) com acréscimo de 10% por indivíduo (cota individual) da aposentadoria mensal que o participante recebia antes de seu falecimento ou da

renda a que este teria direito caso se invalidasse. Será concedido aos beneficiários habilitados como pensionistas que o requererem.

- Abono Anual

O benefício consiste em uma prestação pecuniária anual de 1/12 (um doze avos) da renda mensal devida em dezembro por mês de complementação recebida durante o ano.

As contribuições do plano são as seguintes:

- Contribuição Normal do participante;
- Contribuição Normal da patrocinadora; e
- Despesa Administrativa.

(iii) Plano de Benefícios CELPA OP

Plano de benefícios previdenciários administrado pela Fundação de Previdência Complementar (FASCEMAR) e patrocinado pelas Centrais Elétricas do Pará S.A. (CELPA). O plano é executado de forma indissociável ao Plano R.

O Plano Celpa OP é estruturado na modalidade “Contribuição Variável”, existindo compromisso pós-emprego na fase de inatividade (aposentados e pensionistas) para os benefícios estruturados na modalidade “Benefício Definido” (Aposentadoria na forma de Renda Mensal Vitalícia e suas respectivas reversões em pensão). De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos são os seguintes:

- Renda Mensal com Reversão em Pensão:
É concedida ao participante que atender cumulativamente as seguintes condições:

- (a) Ter 05 anos completos de vinculação empregatícia com a patrocinadora;
- (b) Ter 05 anos de contribuição efetiva ao plano;
- (c) Ter idade igual ou superior a 55 anos;
- (d) Ter a concessão do benefício, exceto se de Invalidez pelo RGPS; e
- (e) Não manter vínculo empregatício com a patrocinadora.

De acordo com a modalidade selecionada no requerimento, o valor do benefício equivale a:

- (a) Renda Mensal Vitalícia, estruturada na modalidade de “Contribuição Variável”; ou
- (b) Renda Mensal Financeira, estruturada na modalidade de “Contribuição Definida”.

- Pecúlio por Invalidez ou por Morte
O benefício de Pecúlio por Morte é concedido aos beneficiários quando do óbito do participante ativo. O benefício de Pecúlio por Invalidez é concedido ao participante que possuir a Suplementação de Aposentadoria por Invalidez no Plano R.

O valor do Pecúlio equivale à soma dos saldos dos Fundos A1, A2, B1, B2, C e E.

As contribuições do plano são as seguintes:

- Contribuição Normal dos participantes e assistidos;
- Contribuição Normal da patrocinadora; e
- Contribuição Esporádica do participante ou da patrocinadora.

(iv) *Plano de Benefícios CELPA R*

Plano de benefícios previdenciários administrado pela Fundação de Previdência Complementar (FASCEMAR) e patrocinado pelas Centrais Elétricas do Pará S.A. (CELPA). O plano é executado de forma indissociável aos Planos Celpa OP.

O Celpa R é estruturado na modalidade “Benefício Definido”, existindo compromisso pós-emprego com os participantes em atividade e com os assistidos (aposentados e pensionistas).

Além disso, o plano é não contributivo, oferecendo somente benefícios de risco. De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos são os seguintes:

- Suplementação de Auxílio-Doença;
- Suplementação de Aposentadoria por Invalidez

Os dois benefícios acima consistem em uma renda mensal obtida através da diferença entre o valor do Salário Real de Benefício (SRB) e o valor do benefício concedido pelo RGPS, sendo concedidos enquanto for garantida a concessão do RGPS.

- **Suplementação de Pensão por Morte:**

O benefício acima corresponde a cota de 50% (mais a de 10% por indivíduo) da aposentadoria mensal que o participante recebia antes de seu falecimento ou da renda a que ele teria direito caso se invalidasse. Ele será concedido aos beneficiários habilitados como pensionistas que o requererem.

- **Abono Anual**

O benefício consiste no maior valor mensal recebido no ano pelo participante, e será pago até o dia 20 de dezembro.

Por se tratar de um plano não-contributivo, o custeio do plano é feito 100% pela Contribuição Normal da própria patrocinadora, cujo percentual é determinado no Plano de Custeio do plano.

(v) ***Resolução 10/1989***

A CELPA possui um passivo atuarial a descoberto, de origem em um acordo firmado entre a empresa e seus ex-empregados e pensionistas. O acordo foi deliberado pela Resolução nº 10, de 04 de agosto de 1989, pela administração da companhia, e entrou em vigor em 11 de Junho de 1996.

Com a resolução em vigor, os ex-empregados e pensionistas têm direito a benefícios previdenciários, que formam o passivo atuarial não coberto. O valor do passivo apurado é provisionado integralmente pela Celpa.

(vi) ***Plano de assistência médica***

Dentre os vários benefícios aos empregados, a Companhia é instituidora de planos de saúde e odontológicos, os quais são descritos a seguir:

Central Nacional Unimed - CNU

A CELPA oferece a seus empregados e ex-empregados (aposentados e demitidos) um plano de saúde administrado pela operadora Central Nacional Unimed - Cooperativa Central (CNU), na modalidade Ambulatorial e Hospitalar com Obstetrícia, com abrangência Nacional. É oferecido para os colaboradores da CELPA, bem como a seus dependentes, exceto para diretores e gerentes.

A contribuição é definida através de custo médio e não é feita a distinção de valores nas contribuições (mensalidades) dos segurados ativos e dos segurados ex-empregados. Esta contribuição é redefinida para cada período anual de cobertura, sendo reajustada em função da alteração nos valores dos procedimentos cobertos, em função da sinistralidade da apólice ou ainda da alteração na composição do grupo segurado (fatores que influenciam no custo da Operadora).

Há a possibilidade de empregados demitidos e aposentados continuarem no plano, desde que assumam as contribuições integralmente. A permanência destes ex-empregados no plano de saúde eleva o valor das contribuições pagas pela CELPA para seus empregados (ativos), por serem calculadas como um custo médio, em que um aumento na sinistralidade decorrente dos aposentados acarretará também em um aumento das contribuições de todos os segurados, inclusive dos ativos.

A permanência após o desligamento da empresa caracteriza um benefício indireto aos ex-empregados (subsídio cruzado), já que a permanência desses eleva a mensalidade paga pela CELPA para os seus empregados, o que ensejaria a necessidade de constituição de passivo atuarial de compromissos pós-emprego.

Além disso, há o compromisso de pós-emprego decorrente da responsabilidade da empresa com 04 ex-empregados que, conforme informado pela CELPA, são exceções em que a empresa continua custeando integralmente as mensalidades do plano de saúde por consequência de decisões judiciais.

Unimed Seguro Saúde

A CELPA oferece a seus empregados e ex-empregados (aposentados e demitidos) um seguro saúde administrado pela operadora Unimed Seguro Saúde S/A, na modalidade Ambulatorial e Hospitalar com Obstetrícia, com abrangência Nacional. É oferecido para os diretores e gerentes da Celpa, bem como a seus dependentes.

Os prêmios são estabelecidos de forma uniforme para todos os beneficiários de um mesmo seguro e existe a possibilidade de empregados demitidos e aposentados continuarem no seguro saúde, desde que assumam o prêmio do seguro integralmente. Há o compromisso de pós-emprego (subsídio-cruzado), pois a permanência de ex-empregados eleva a mensalidade paga pela CELPA para os seus empregados, o que ensejaria a necessidade de constituição de passivo atuarial de compromissos pós-emprego.

Plano odontológico Uniodonto

A CELPA oferece um plano odontológico administrado pela operadora Uniodonto Belém a seus empregados e ex-empregados (aposentados e demitidos), bem como para seus dependentes. Diferente do que ocorre nos planos médicos, as despesas odontológicas não aumentam em função do envelhecimento dos participantes. De acordo com a Pesquisa Nacional UNIDAS, em 2015 o custo médio mensal dos ativos foi de R\$ 18,35 e dos aposentados de R\$ 8,46. Em 2014, este custo médio mensal foi de R\$ 22,84 para os ativos e R\$ 18,84 para os aposentados.

Apesar de haver a possibilidade dos ex-empregados permanecerem no plano odontológico, esta permanência não eleva a mensalidade paga pela Celpa para seus empregados (ativos). Sendo assim, não há compromisso de pós-emprego (subsídio-cruzado).

38.8 Premissas adotadas

Taxa de Desconto Atuarial Real

Ref.

Plano Celpa BD-I: 5,91% a.a.	(a)
Plano Celpa BD-II: 5,91% a.a.	(b)
Plano Celpa-R: 5,78% a.a.	(c)
Plano Celpa-OP: 5,78% a.a.	(d)
Resolução Celpa nº 10/1989: 5,91% a.a.	(e)
Planos de Saúde: 5,81% a.a.	(f)

- (a) Compatível com os títulos públicos federais (NTN-B) com *duration* aproximada com os fluxos futuros esperados das obrigações com os participantes, calculada em 15 anos para o plano Celpa BD-I. NTN-B em 29/12/2016 com vencimento em 15/08/2026.
- (b) Compatível com os títulos públicos federais (NTN-B) com *duration* aproximada com os fluxos futuros esperados das obrigações com os participantes, calculada em 15 anos para o plano Celpa BD-II. NTN-B em 29/12/2016 com vencimento em 15/08/2026.

- (c) Compatível com os títulos públicos federais (NTN-B) com *duration* aproximada com os fluxos futuros esperados das obrigações com os participantes, calculada em 23 anos para o plano Celpa R. NTN-B em 29/12/2016 com vencimento em 15/05/2035.
- (d) Compatível com os títulos públicos federais (NTN-B) com *duration* aproximada com os fluxos futuros esperados das obrigações com os participantes, calculada em 25 anos para o plano Celpa OP. NTN-B em 29/12/2016 com vencimento em 15/05/2035.
- (e) Compatível com os títulos públicos federais (NTN-B) com *duration* aproximada com os fluxos futuros esperados das obrigações com os participantes, calculada em 12 anos para o passivo decorrente da Resolução Celpa 10/1989. NTN-B em 29/12/2016 com vencimento em 15/08/2026.
- (f) Compatível com os títulos públicos federais (NTN-B) com *duration* aproximada com os fluxos futuros esperados das obrigações com os participantes, calculada em 26 anos para os planos de saúde CNU e Seguro Saúde Unimed. NTN-B em 29/12/2016 com vencimento em 15/05/2045.

38.9 Informação dos participantes

	Planos de benefícios			
	CELPA BD - I	CELPA BD - II	CELPA - R	CELPA OP
Participantes Ativos				
Frequência	-	13	1.472	1.472
Idade média (em anos)	-	54	41	41
Tempo médio de empresa (em anos)	-	28	13	13
Folha mensal dos salários de participação (R\$)	-	36.592	5.030.919	5.030.919
Salário médio de participação (em R\$)	-	2.815	3.418	3.418
Folha anual de salários de participação (em R\$)	-	475.695	65.401.947	65.401.947
Participantes Aposentados				
Frequência	236	160	34	123
Idade média (em anos)	72	74	58	60
Folha mensal de benefícios (R\$)	832.519	338.142	76.614	352.666
Benefício médio (em R\$)	3.528	2.113	2.253	2.867
Folha anual de benefícios (em R\$)	10.822.743	4.395.842	955.983	4.584.658
Participantes Pensionistas				
Frequência	58	131	19	5
Folha mensal de benefícios (R\$)	86.273	123.918	35.997	19.136
Benefício médio (em R\$)	1.487	946	1.895	3.827
Folha anual de benefícios (em R\$)	1.121.549	1.610.936	467.964	284.765
Participantes Remidos				
Frequência de participantes	-	-	-	19
Idade média (em anos)	-	-	-	50
Tempo médio para a aposentadoria (em anos)	-	-	-	6
Participantes da Resolução nº 10/1989				
Participantes Aposentados				
Frequência				80
Idade média (em anos)				79
Folha mensal de benefícios (R\$)				134.836
Benefício médio (em R\$)				1.685
Folha anual de benefícios (em R\$)				1.752.863
Participantes Pensionistas				
Frequência				62
Folha mensal de benefícios (R\$)				37.423
Benefício médio (em R\$)				604
Folha anual de benefícios (em R\$)				486.498

Plano de Saúde							
Plano	Ativos			Inativos			Total
	Titulares	Dependentes	Dependentes > 24 anos	Titulares	Dependentes	Dependentes > 24 anos	
ENFERMARIA	505	1.149	1	68	123	-	1.846
APARTAMENTO	919	1.413	3	109	137	11	2.592
DIFERENCIADO	2	1	-	1	1	19	24
SSL - LIDER	13	18	-	-	-	-	31
SSS - SENIOR	7	13	-	-	-	-	20
Total	1.446	2.594	4	178	261	30	4.513

38.10 Apuração do passivo/(ativo) atuarial

A conciliação dos ativos e passivos demonstrará o excesso ou a insuficiência de recursos para cobertura do benefício pós-emprego, e que deve ser apresentado no balanço da Companhia.

A seguir, a demonstração dos resultados apurados em 31/12/2016 (Passivo ou Ativo Atuarial a ser contabilizado) e a projeção de despesas a serem reconhecidas no resultado do exercício de 2017.

Os resultados da avaliação atuarial são conforme apresentados a seguir:

Plano Celpa BD-I

Ativos do Plano	Valor Contabilizado (R\$)	Ajuste a Valor de Mercado (R\$)	Valor a Mercado (R\$)	Em %
Disponível	167.094	-	167.094	0,10%
Realizável - Gestão previdencial	451.068	-	451.068	0,26%
Realizável - Gestão administrativa	250.498	-	250.498	0,15%
Fundos de Investimentos	6.880.877	-	6.880.877	4,01%
Títulos públicos	143.330.337	1.587.657	144.917.994	84,49%
Créditos privados e depósitos	8.774.661	-	8.774.661	5,12%
Ações	7.965.000	-	7.965.000	4,64%
Depósitos judiciais	-	-	-	0,00%
Investimentos imobiliários	-	-	-	0,00%
Empréstimos e financiamentos	2.068.615	-	2.068.615	1,21%
Outros realizáveis	53.492	-	53.492	0,03%
(=) Ativo Total	169.941.642	1.587.657	171.529.299	100,00%
Valor Justo dos Ativos do Plano				Em (R\$)
(+) Ativo total				171.529.299
(-) Exigível operacional				(1.093.028)
(-) Exigível contingencial				-
(-) Fundo previdencial				-
(-) Fundo administrativo				(250.498)
(-) Fundo de investimento				(10.616)
(=) Patrimônio de Cobertura do Plano				170.175.157

Plano Celpa BD-II

Ativos do Plano	Valor Contabilizado (R\$)	Ajuste a Valor de Mercado (R\$)	Valor a Mercado (R\$)	Em %
Disponível	83.395	-	83.395	0,10%
Realizável - Gestão previdencial	230.560	-	230.560	0,28%
Realizável - Gestão administrativa	173.541	-	173.541	0,21%
Fundos de investimentos	3.934.847	-	3.934.847	4,73%
Títulos públicos	69.853.657	473.671	70.327.328	84,46%
Créditos privados e depósitos	3.567.283	-	3.567.283	4,28%
Ações	-	-	-	0,00%
Depósitos judiciais	-	-	-	0,00%
Investimentos imobiliários	4.017.045	-	4.017.045	4,82%
Empréstimos e financiamentos	908.777	-	908.777	1,09%
Outros realizáveis	26.887	-	26.887	0,03%
(=) Ativo Total	82.795.992	473.671	83.269.663	100,00%

Valor Justo dos Ativos do Plano	Em (R\$)
(+) Ativo total	83.269.663
(-) Exigível operacional	(567.415)
(-) Exigível contingencial	(10.159)
(-) Fundo previdencial	-
(-) Fundo administrativo	(173.540)
(-) Fundo de investimento	-
(=) Patrimônio de Cobertura do Plano	82.518.549

Plano CELPA OP

Ativos do Plano	Valor Contabilizado (R\$)	Ajuste a Valor de Mercado (R\$)	Valor a Mercado (R\$)	Em %
Disponível	151.510	-	151.510	0,09%
Realizável - Gestão previdencial	30.064	-	30.064	0,02%
Realizável - Gestão administrativa	561.002	-	561.002	0,34%
Fundos de investimentos	11.205.699	-	11.205.699	6,86%
Títulos públicos	108.493.275	548.495	109.041.770	66,78%
Créditos privados e depósitos	26.059.315	-	26.059.315	15,96%
Ações	1.356.725	-	1.356.725	0,83%
Depósitos judiciais	-	-	-	0,00%
Investimentos imobiliários	5.889.281	-	5.889.281	3,61%
Empréstimos e financiamentos	8.908.477	-	8.908.477	5,46%
Outros realizáveis	69.050	-	69.050	0,05%
(=) Ativo Total	162.724.398	548.495	163.272.893	100,00%

Valor Justo dos Ativos do Plano	Em (R\$)
(+) Ativo total	162.724.398
(-) Exigível operacional	(184.652)
(-) Exigível contingencial	(187.889)
(-) Fundo previdencial	(11.338.288)
(-) Fundo Administrativo	(561.002)
(-) Fundo de investimento	(225.046)
(=) Patrimônio de Cobertura do Plano	150.227.521
(-) Saldos de conta	(129.778.598)
(+) Fundo revisão de plano patrocinador	304.160
(+) Fundo de oscilação de risco	4.138.046
(+/-) Ajuste marcação à mercado (parcela BD)	74.661
(=) Ativo líquido de cobertura	24.965.790

Plano CELPA R

Ativos do Plano	Valor Contabilizado (R\$)	Ajuste a Valor de Mercado (R\$)	Valor a Mercado (R\$)	Em %
Disponível	17.307	-	17.307	0,10%
Realizável - Gestão previdencial	61.126	-	61.126	0,35%
Realizável - Gestão administrativa	933.071	-	933.071	5,33%
Fundos de investimentos	2.891.567	-	2.891.567	16,53%
Títulos públicos	12.435.647	(174.321)	12.261.326	70,10%
Créditos privados e depósitos	1.054.704	-	1.054.704	6,03%
Ações	114.110	-	114.110	0,65%
Depósitos judiciais	-	-	-	0,00%
Investimentos imobiliários	-	-	-	0,00%
Empréstimos e financiamentos	144.103	-	144.103	0,82%
Outros realizáveis	12.754	-	12.754	0,09%
(=) Ativo Total	17.664.389	(174.321)	17.490.068	100,00%

Valor Justo dos Ativos do Plano	Em (R\$)
(+) Ativo total	17.490.068
(-) Exigível operacional	(124.143)
(-) Exigível contingencial	-
(-) Fundo previdencial	-
(-) Fundo administrativo	(933.071)
(-) Fundo de investimento	(2.892)
(=) Patrimônio de Cobertura do Plano	16.429.962

38.11 Resultado da avaliação atuarial

CELPA BD-I

2 Conciliação dos (Ativos) e Passivos Reconhecidos	31/12/2016	31/12/2015
2.1 Obrigações atuariais apuradas na avaliação atuarial	136.046.722	114.812.753
2.2 Valor justo dos ativos do plano (excluindo contrato de dívida) (= -1 x 1.1)	(170.175.157)	(147.386.383)
2.3 Nível de cobertura, se déficit ou (superávit) (2.1 + 2.2)	(34.128.435)	(32.573.630)
2.4 Percentual da parcela de responsabilidade da patrocinadora (%)	100,00%	100,00%
2.5 Resultado do plano para o Patrocinador: déficit ou (superávit) (2.3 x 2.4)	(34.128.435)	(32.573.630)
2.6 Passivo/(ativo) atuarial líquido total reconhecido	(34.128.435)	(32.573.630)
2.7 Efeito do teto de ativo (limitador do Ativo, no caso de Superávit)	(34.128.435)	(32.573.630)
2.8 Valor Líquido de Passivo (Ativo) a contabilizar	-	-
2.9 Passivo/(ativo) atuarial já provisionado	-	-
2.10 Passivo/(ativo) atuarial adicional a reconhecer neste exercício (2.8 - 2.9)	-	-

CELPA BD-II

2 Conciliação dos (Ativos) e Passivos Reconhecidos	31/12/2016	31/12/2015
2.1 Obrigações atuariais apuradas na avaliação atuarial	64.958.654	56.967.629
2.2 Valor justo dos ativos do plano (excluindo contrato de dívida) (= -1 x 1.1)	(82.518.549)	(71.726.042)
2.3 Nível de cobertura, se déficit ou (superávit) (2.1 + 2.2)	(17.559.895)	(14.758.413)
2.4 Percentual da parcela de responsabilidade da patrocinadora (%)	100,00%	100,00%
2.5 Resultado do plano para o Patrocinador: déficit ou (superávit) (2.3 x 2.4)	(17.559.895)	(14.758.413)
2.6 Passivo/(ativo) atuarial líquido total reconhecido	(17.559.895)	(14.758.413)
2.7 Efeito do teto de ativo (limitador do Ativo, no caso de Superávit)	(17.559.895)	(14.758.413)
2.8 Valor Líquido de Passivo (Ativo) a contabilizar	-	-
2.9 Passivo/(ativo) atuarial já provisionado	-	-
2.10 Passivo/(ativo) atuarial adicional a reconhecer neste exercício (2.8 - 2.9)	-	-

CELPA OP

2 Conciliação dos (Ativos) e Passivos Reconhecidos	31/12/2016	31/12/2015
2.1 Obrigações atuariais apuradas na avaliação atuarial	13.638.171	9.325.343
2.2 Valor justo dos ativos do plano (excluindo contrato de dívida) (= -1 x 1.1)	(24.965.789)	(19.144.766)
2.3 Nível de cobertura, se déficit ou (superávit) (2.1 + 2.2)	(11.327.618)	(9.819.423)
2.4 Percentual da parcela de responsabilidade da patrocinadora (%)	100,00%	100,00%
2.5 Resultado do plano para o Patrocinador: déficit ou (superávit) (2.3 x 2.4)	(11.327.618)	(9.819.423)
2.6 Passivo/(ativo) atuarial líquido total reconhecido	(11.327.618)	(9.819.423)
2.7 Efeito do teto de ativo (limitador do Ativo, no caso de Superávit)	(11.023.458)	(9.222.356)
2.8 Valor Líquido de Passivo (Ativo) a contabilizar	(304.160)	(597.067)
2.9 Passivo/(ativo) atuarial já provisionado	(597.067)	-
2.10 Passivo/(ativo) atuarial adicional a reconhecer neste exercício (2.8 - 2.9)	-	-

CELPA R

2 Conciliação dos (Ativos) e Passivos Reconhecidos	31/12/2016	31/12/2015
2.1 Obrigações atuariais apuradas na avaliação atuarial	30.094.799	23.060.538
2.2 Valor justo dos ativos do plano (excluindo contrato de dívida) (= -1 x 1.1)	(16.429.962)	(14.162.833)
2.3 Nível de cobertura, se déficit ou (superávit) (2.1 + 2.2)	13.664.837	8.897.705
2.4 Percentual da parcela de responsabilidade da patrocinadora (%)	100,00%	100,00%
2.5 Resultado do plano para o Patrocinador: déficit ou (superávit) (2.3 x 2.4)	13.664.837	8.897.705
2.6 Passivo/(ativo) atuarial líquido total reconhecido	13.664.837	8.897.705
2.7 Efeito do teto de ativo (limitador do Ativo, no caso de Superávit)	-	-
2.8 Valor Líquido de Passivo (Ativo) a contabilizar	13.664.837	8.897.705
2.9 Contratos de Reconhecimento de débitos da empresa com o plano ¹⁵	6.606.125	-
2.10 Valor a ser reconhecido como Passivo/(Ativo) (2.8 - 2.9)	7.058.712	-

Planos de Saúde

2 Conciliação dos (Ativos) e Passivos Reconhecidos	31/12/2016	31/12/2015
2.1 Obrigações atuariais apuradas na avaliação atuarial	11.984.849	11.756.166
2.2 Valor justo dos ativos do plano (excluindo contrato de dívida) (= -1 x 1.1)	-	-
2.3 Nível de cobertura, se déficit ou (superávit) (2.1 + 2.2)	11.984.849	11.756.166
2.4 Percentual da parcela de responsabilidade da patrocinadora (%)	100,00%	100,00%
2.5 Resultado do plano para o Patrocinador: déficit ou (superávit) (2.3 x 2.4)	11.984.849	11.756.166
2.6 Passivo/(ativo) atuarial líquido total reconhecido	11.984.849	11.756.166
2.7 Efeito do teto de ativo (limitador do Ativo, no caso de Superávit)	-	-
2.8 Valor Líquido de Passivo (Ativo) a contabilizar	11.984.849	11.756.166
2.9 Passivo/(ativo) atuarial já provisionado	11.756.166	-
2.10 Passivo/(ativo) atuarial adicional a reconhecer neste exercício (2.8 - 2.9)	228.683	-

CELPA - RES 010/1989

2 Conciliação dos (Ativos) e Passivos Reconhecidos	31/12/2016	31/12/2015
2.1 Obrigações atuariais apuradas na avaliação atuarial	19.672.354	16.660.738
2.2 Valor justo dos ativos do plano (excluindo contrato de dívida) (= -1 x 1.1)	-	-
2.3 Nível de cobertura, se déficit ou (superávit) (2.1 + 2.2)	19.672.354	16.660.738
2.4 Percentual da Parcela de Responsabilidade da Patrocinadora (%)	100,00%	100,00%
2.5 Resultado do plano para o Patrocinador: déficit ou (superávit) (2.3 x 2.4)	19.672.354	16.660.738
2.6 Passivo/(ativo) atuarial líquido total reconhecido	19.672.354	16.660.738
2.7 Efeito do Teto de Ativo (limitador do Ativo, no caso de Superávit)	-	-
2.8 Valor Líquido de Passivo (Ativo) a contabilizar	19.672.354	16.660.738
2.9 Passivo/(ativo) atuarial já provisionado	16.660.738	-
2.10 Passivo/(ativo) atuarial adicional a reconhecer neste exercício (2.8 - 2.9)	3.011.616	-

38.12 Movimentação do ativo/passivo atuarial

Para fins de registro contábil da CELPA, a movimentação do Passivo Atuarial ocorrido durante o ano de 2016 foi a seguinte:

¹⁵ Valores provenientes de confissão de dívida no montante de R\$ 6.606 e das contribuições da patrocinadora CELPA com sua Fundação de Previdência Complementar. Vide nota 12.

31/12/2016						
Movimentação do Passivo (Ativo) Atuarial a ser Reconhecido no Balanço	CELPA BD - I	CELPA BD - II	CELPA OP	CELPA R	Resolução 10/1989	Planos de saúde
1.1 Passivo/(ativo) atuarial líquido ao início do ano	-	-	(597.067)	8.897.705	16.660.738	11.756.166
1.2 Passivo/(ativo) adicional reconhecido neste exercício	-	-	292.907	4.767.132	3.011.616	228.683
1.3 Passivo/(ativo) atuarial líquido ao final do ano (1.1+1.2)	-	-	(304.160)	13.664.837	19.672.354	11.984.849

31/12/2017						
Despesa a reconhecer na demonstração de resultados do exercício seguinte	CELPA BD - I	CELPA BD - II	CELPA OP	CELPA R	Resolução 10/1989	Planos de saúde
1.1 Custo do serviço corrente (com juros)	-	23.697	-	811.794	-	1.217.025
1.2 Contribuições esperadas dos participantes	-	-	-	-	-	-
1.3 Custo de juros sobre as obrigações atuariais	14.358.528	6.835.164	1.432.835	3.164.712	2.064.457	1.297.934
1.4 Rendimento esperado dos ativos	(18.135.801)	(8.778.661)	(2.671.112)	(1.763.345)	-	-
1.5 Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo	3.777.273	1.943.497	1.205.028	-	-	-
1.6 Despesa/(receita) a ser reconhecida pelo empregador	-	23.697	(33.249)	2.213.161	2.064.457	2.514.959
1.7 Contribuições esperadas do empregador referente a custeio de plano	-	-	-	(1.735.585)	(2.094.069)	(298.908)
1.8 Total da despesa (receita) adicional a reconhecer	-	23.697	(33.249)	477.576	(29.612)	2.216.051

Para o encerramento do próximo exercício (exercício de 2017), os valores de despesa (receita) esperados foram calculados pela projeção das obrigações atuariais e do ativo líquido do plano, conforme tabela abaixo.

Os valores apresentados no quadro abaixo serão analisados ao encerramento do exercício de 2017, quando será apurado novamente se estas projeções se concretizaram ou se será necessário efetuar ajustes adicionais em relação às provisões de benefícios pós-emprego.

31/12/2017					
Despesa a reconhecer na demonstração de resultados do exercício seguinte	CELPA BD - I	CELPA BD - II	CELPA OP	CELPA R	Planos de saúde
1.1 Custo do serviço corrente (com juros)	-	23.697	-	811.794	1.217.025
1.2 Contribuições esperadas dos participantes	-	-	-	-	-
1.3 Custo de juros sobre as obrigações atuariais	14.358.528	6.835.164	1.432.835	3.164.712	1.297.934
1.4 Rendimento esperado dos ativos	(18.135.801)	(8.778.661)	(2.671.112)	(1.763.345)	-
1.5 Juros sobre o efeito do teto de ativo	3.777.273	1.943.497	1.205.028	-	-
1.6 Despesa/(receita) a ser reconhecida pelo empregador	-	23.697	(33.249)	2.213.161	2.514.959
1.7 Contribuições esperadas do empregador referente a custeio de plano	-	-	-	(1.735.585)	(298.908)
1.8 Total da despesa (receita) adicional a reconhecer	-	23.697	(33.249)	477.576	2.216.051

38.13 Análise de sensibilidade

Em conformidade com o item 145 da CPC 33(R1), apresentamos a análise de sensibilidade das premissas atuariais mais relevantes, apresentamos no quadro as variações razoavelmente possíveis na data da avaliação atuarial, onde foram definidos dois cenários de (+0,5% e -0,5%):

Análise de Sensibilidade (Impacto nas obrigações)	31/12/2016					
	CELPA BD - I		CELPA BD - II		CELPA OP	
Taxa de desconto						
Aumento de 0,5%	(5.386.807)	(3,96%)	(2.494.664)	(3,84%)	(680.400)	(4,99%)
Redução de 0,5%	5.806.094	4,27%	2.685.614	4,13%	744.926	5,46%
Expectativa de Vida						
Redução de 1 ano	(3.249.187)	(2,39%)	(1.676.532)	(2,58%)	(188.936)	(1,39%)
Aumento de 1 ano	3.191.099	2,35%	1.656.547	2,55%	181.609	1,33%
HCCTR						
Aumento de 0,5%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Redução de 0,5%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%

Análise de Sensibilidade (Impacto nas obrigações)	31/12/2016					
	CELPA R		Resolução 10/1989		Planos de saúde	
Taxa de desconto						
Aumento de 0,5%	(1.733.886)	(5,76%)	(705.581)	(3,59%)	(626.256)	(5,23%)
Redução de 0,5%	1.926.684	6,40%	755.608	3,84%	680.419	5,68%
Expectativa de Vida						
Redução de 1 ano	(117.548)	(0,39%)	(547.712)	(2,78%)	(105.419)	(0,88%)
Aumento de 1 ano	117.388	0,39%	543.606	2,76%	96.671	0,81%
HCCTR						
Aumento de 0,5%	-	0,00%	-	0,00%	694.034	5,79%
Redução de 0,5%	-	0,00%	-	0,00%	(645.000)	(5,38%)

39 Instrumentos financeiros

39.1 Considerações gerais

Em atendimento à Deliberação CVM 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia e suas controladas efetuaram análise dos seus instrumentos financeiros, a saber: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, ativos financeiros da concessão, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e derivativos, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros estabelecidos em seus contratos de financiamento (*covenants*), sendo eles dívida líquida sobre LAJIDA ajustado¹⁶ (DL/LAJIDA Ajustado) e dívida líquida sobre a dívida líquida somada ao patrimônio líquido (DL/DL+PL).

39.2 Política de utilização de derivativos

A Companhia utiliza operações com derivativos para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo.

As controladas CELPA e CEMAR possuem *swap* para fins de proteção cambial.

39.3 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros (Consolidado)

Os valores justos estimados de ativos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 estão identificados conforme a seguir:

Ativo	Categoria dos instrumentos financeiros	31/12/2016		31/12/2015	
		Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	Ativos financeiros ao valor justo	920.784	920.784	397.866	397.866
Investimentos de curto prazo	Ativos financeiros ao valor justo	2.137.135	2.137.135	2.083.474	2.083.474
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	2.664.108	2.664.108	2.255.296	2.255.296
Depósitos judiciais	Empréstimos e recebíveis	196.857	196.857	175.804	175.804
Instrumentos financeiros derivativos ¹⁷	Ativos financeiros ao valor justo	1.242	1.242	326.629	326.629
Sub-rogação da CCC - valores aplicados	Empréstimos e recebíveis	65.284	65.284	65.824	65.824
Ativo financeiro de concessão	Empréstimos e recebíveis	2.602.224	2.602.224	2.228.931	2.228.931
Total do ativo		<u>8.587.634</u>	<u>8.587.634</u>	<u>7.533.824</u>	<u>7.533.824</u>

Passivo	Categoria dos instrumentos financeiros	31/12/2016		31/12/2015	
		Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Fornecedor	Empréstimos e recebíveis	943.283	943.283	934.780	934.780
Empréstimos e financiamentos	Empréstimos e recebíveis	3.085.864	3.085.864	3.392.653	3.392.653
Instrumentos financeiros derivativos	Passivos financeiros ao valor justo	31.278	31.278	-	-
Debêntures	Empréstimos e recebíveis	1.748.467	1.474.409	542.485	532.144
Total do passivo		<u>5.808.892</u>	<u>5.534.834</u>	<u>4.869.918</u>	<u>4.859.577</u>

- **Caixa e equivalente de caixa** - são classificados como de valor justo através do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é nível 1.

¹⁶ O LAJIDA Ajustado é calculado por meio do LAJIDA acrescido ou reduzido por itens que entendemos como não recorrentes ou que não afetam a nossa geração de caixa, como perda/ganho na desativação de bens e direito.

¹⁷ O Grupo retificou os valores de 2015 apresentados anteriormente na rubrica "Instrumentos financeiros derivativos".

- **Investimentos de curto prazo** - são classificados como de valor justo através do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é nível 2.
- **Contas a receber de clientes**- decorrem diretamente das operações das controladas, são classificados como recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável. Nível 2 na hierarquia de valor justo.
- **Ativo financeiro de concessão** - são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. Nível 2 na hierarquia de valor justo.
- **Fornecedores** - decorrem diretamente da operação da Companhia e suas controladas são classificados como empréstimos e recebíveis. Nível 2 na hierarquia de valor justo.
- **Empréstimos e financiamentos** - tem o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimento das controladas e eventualmente gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão contabilizados pelos seus valores amortizados. Nível 2 na hierarquia de valor justo.
- **Debêntures** - são classificadas como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão contabilizados pelo seu valor amortizado. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANBIMA. Nível 2 na hierarquia de valor justo.
- **Instrumentos financeiros derivativos** - são classificados pelo valor justo através do resultado tem como objetivo a proteção às oscilações de taxa de juros e moeda estrangeira. Para as operações de *swaps*, a determinação do valor de mercado foi realizada utilizando as informações de mercado disponíveis. Nível 2 na hierarquia de valor justo.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2** - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

39.4 Instrumentos financeiros derivativos

A controladas CEMAR e CELPA possuem swap com os bancos Itaú, Citibank e Santander referentes às operações em moeda estrangeira.

A CELPA, em 31 de dezembro de 2016, apresenta os saldos devedores dos contratos de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira dos bancos Itaú e Citibank são respectivamente R\$ 114.169 e R\$ 369.142.

A CEMAR, em 31 de dezembro de 2016, apresenta os saldos devedores dos contratos na operação em moeda estrangeira do Itaú e Santander são respectivamente R\$ 133.312 e R\$ 133.225.

De acordo com o CPC 40(R1) os valores dos instrumentos derivativos da Companhia, vigentes em 31 de dezembro de 2016, que podem ser assim resumidos:

CEMAR

Operações passivas

Objetivo de hedge de risco de mercado	Indexadores	Valor justo	
		31/12/2016	31/12/2015
SWAP Santander			
Ponta ativa	US\$	134.158	64.592
Ponta passiva	CDI	(104.110)	(9.492)
Total		30.048	55.100
SWAP Itaú			
Ponta ativa	US\$	133.785	63.523
Ponta passiva	CDI	(103.771)	(9.492)
Total		30.014	54.031
Total		60.062	109.131
Ativo circulante		60.062	-
Ativo não circulante		-	128.115
Passivo circulante		-	18.984

CELPA

Operações passivas

Objetivo de hedge de risco de mercado	Indexadores	Valor justo	
		31/12/2016	31/12/2015
SWAP Itaú - 200 MM			
Ponta ativa	US\$	113.773	73.732
Ponta passiva	CDI	(105.549)	(14.031)
Total		8.224	59.701
SWAP Citibank - 293 MM			
Ponta ativa	US\$	-	152.312
Ponta passiva	CDI	-	(12.809)
Total		-	139.503
SWAP Citibank - 455 MM			
Ponta ativa	US\$	377.224	-
Ponta passiva	CDI	(475.546)	-
Total		(98.322)	-
SWAP Santander - 40 MM			
Ponta ativa	US\$	-	16.351
Ponta passiva	CDI	-	(5.058)
Total		-	11.293
SWAP Santander - 85 MM			
Ponta ativa	US\$	-	13.169
Ponta passiva	CDI	-	(6.168)
Total		-	7.001
Ativo circulante	US\$	-	255.564
Ativo não circulante	CDI	-	(38.066)
Passivo circulante		(58.820)	-
Passivo não circulante		(31.278)	-

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para instrumentos financeiros derivativos: Preços de mercado das instituições financeiras. O valor justo de swaps de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.

Destacamos que, como as regras contábeis que tratam do assunto exigem que o swap seja contabilizado a valor de mercado, por mais que a proteção seja perfeita do ponto de vista de caixa, podem ocorrer oscilações nos resultados.

39.5 Gerenciamento dos riscos financeiros - Instrução CVM nº 475

O Conselho de Administração das controladas CEMAR e CELPA têm a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos.

Os riscos descritos a seguir são uma compilação do apontamento pelas diversas áreas, conforme suas respectivas especialidades. A Administração define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

Os procedimentos de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidos para identificar e analisar os riscos aos quais estão expostos, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades. As controladas CEMAR e CELPA através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, buscam manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria da Companhia supervisiona a forma como a Administração monitora a aderência às políticas e procedimentos de gerenciamento de risco das controladas, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais as mesmas estão expostas. O Comitê de Auditoria é suportado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nas políticas e procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado destes procedimentos é reportado para o Comitê de Auditoria.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia em incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia. Os saldos elevados, bem como as idades dos recebíveis provenientes de contas a receber de clientes, constituem um risco para a liquidez e para a estrutura de capital da Companhia. A Administração acompanha as situações em aberto e para mitigar o risco de inadimplência, é realizado anualmente workshop de cobrança para identificação dos principais grupos de inadimplentes e tomadas de decisões estratégicas para combatê-los. Periodicamente o comitê de cobrança acompanha a execução e eficiência de todas as decisões tomadas no workshop. A Companhia utiliza todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negatização de débitos e negociação das posições em aberto. Para mitigar o risco das instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a Companhia seleciona apenas instituições com baixo risco, avaliadas por agências de rating. A Companhia preserva seus ativos de concessão de acordo com a legislação vigente e monitora as possíveis definições nas regras de reversão da concessão.

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados nas Notas (b) e 20.

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

A geração de caixa da Companhia e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano prestam à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez.

(iii) Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado, conforme descritos a diante desta nota explicativa. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

(iv) Risco de taxa de câmbio

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio. Parte do passivo financeiro da Companhia estão suscetíveis a variações cambiais, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre aqueles saldos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente o dólar. Atualmente a exposição da controlada CEMAR ao câmbio é de 12% e a CELPA em 33,8% de sua dívida. As controladas monitoram continuamente as taxas de câmbio e de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A CELPA possui quatro dívidas em moeda estrangeira, sendo que duas delas, que representam 62,9% da exposição cambial, possuem SWAP para proteção contra as oscilações de câmbio. Outra dívida é com BID -Banco Interamericano de Desenvolvimento que representa 29,5% do total da dívida exposta ao câmbio, mas que por fazer parte do PRJ, está toda no passivo não circulante, com vencimento em 30/06/2026; E finalmente uma quarta, que possui uma Caução para proteção contra as oscilações de câmbio, tem baixa representatividade no endividamento global desta controlada e é derivada de seu contrato com a Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

A sensibilidade dessa dívida foi demonstrada em cinco cenários, em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM. Um cenário com taxas reais verificadas 31 de dezembro de 2016 (Cenário Provável); mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) da cotação da moeda estrangeira considerada.

Incluímos ainda mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a depreciação de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V).

A moeda utilizada na análise de sensibilidade e os seus respectivos cenários estão demonstrados a seguir:

Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV (25%)	Cenário V (50%)
Passivos financeiros						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	USD	(56.934)	(311.981)	(567.027)	198.113	453.159
		Taxa projetada 31/12/2016	+25%	+50%	(25%)	(50%)
Referência para passivos financeiros						
Dólar USD/R\$		3,26	4,07	4,89	2,44	1,63

(v) *Risco de vencimento antecipado*

As controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com covenants que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices podem implicar em vencimento antecipado das dívidas. A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento conforme mencionados nas notas de Empréstimos e financiamentos e Debêntures.

(vi) *Risco de taxa de juros*

As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia. Abaixo demonstramos os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia.

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros das controladas foi demonstrada em cinco cenários.

Apresentamos em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM, um cenário com taxas reais verificadas em 31 de dezembro de 2016 (Cenário provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) dos indexadores.

Incluímos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

		Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros (R\$ Mil)				
Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV (25%)	Cenário V (50%)
Ativos Financeiros						
Aplicações financeiras	CDI	270.242	337.802	405.364	202.681	135.121
Passivos Financeiros						
Empréstimos, financiamentos	CDI	(146.754)	(174.549)	(202.344)	(118.959)	(91.164)
	SELIC	(41.462)	(44.414)	(47.367)	(38.509)	(35.556)
	TJLP	(85.711)	(100.721)	(115.730)	(70.702)	(55.692)
	IGP-M	(18.765)	(21.938)	(25.113)	(15.590)	(12.416)
	IPCA	(306.493)	(317.015)	(327.538)	(295.971)	(285.449)
Referência para ativos e passivos financeiros		Taxa em 31/12/2016	25%	50%	(25%)	(25%)
CDI (% 12 meses)		10,45	13,06	15,68	7,84	5,23
SELIC (% 12 meses)		10,5	13,13	15,75	7,88	5,25
TJLP (% 12 meses)		7,5	9,38	11,25	5,63	3,75
IGP-M (% 12 meses)		5	6,25	7,5	3,75	2,5
IPCA (% 12 meses)		5,51	6,89	8,27	4,13	2,76

O impacto da sensibilidade no resultado da controlada CEMAR é demonstrado abaixo:

Cenários	Impacto no resultado
Cenário Provável	-
Cenário II	(60.630)
Cenário III	(121.259)
Cenário IV	60.630
Cenário V	121.260

O impacto da sensibilidade no resultado da controlada CELPA é demonstrada abaixo:

Cenários	Impacto no resultado
Cenário Provável	-
Cenário II	(164.085)
Cenário III	(328.170)
Cenário IV	164.086
Cenário V	328.171

(vii) Risco de escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico (ONS) não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

(viii) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de revisão e reajuste tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas e contarão com contribuições da Companhia, concessionárias e demais agentes do setor. Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá as controladas CEMAR e CELPA justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta ao critério do regulador. A própria ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para seu repasse às tarifas.

39.7 Gestão do capital

A política da Administração da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados.

O gerenciamento do capital está baseado no acompanhamento de três indicadores financeiros, estabelecendo os limites máximos que não comprometem as operações da Companhia:

- Dívida Líquida/EBITDA
- Dívida Líquida/ (Dívida LÍq. + Patrimônio Líquido)
- Dívida de Curto Prazo/Dívida Total

Nos exercícios findos 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia atingiu níveis esperados dos indicadores mencionados acima.

40 Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia das controladas CEMAR e CELPA são os seguintes:

CEMAR

	Vigência	2017	2018	2019	2020	Após 2020
Energia contratada	2017 a 2032	1.149.001	1.248.856	1.361.050	1.489.320	32.231.448

CELPA

	Vigência	2017	2018	2019	2020	Após 2020
Energia contratada	2017 a 2032	1.844.179	2.005.738	2.131.630	2.300.990	47.174.729

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do CCEAR, e foram homologados pela ANEEL.

41 Segmento de negócios

A Companhia analisa o desempenho dos segmentos e aloca recursos baseando-se em diversos fatores, sendo as receitas e o lucro operacional os fatores financeiros preponderantes. A Companhia agrupou os segmentos operacionais da seguinte forma: Distribuição, Serviços, Comercialização e Administração central e outros.

Equatorial Energia S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016

	Distribuição		Serviços / Comercialização		Administração Central e outros		Eliminações e ajustes		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Passivos operacionais	13.433.960	12.048.500	109.356	83.817	970.350	917.989	(294.146)	(464.419)	14.219.520	12.585.887
	9.415.438	8.576.866	47.448	37.308	179.093	206.893	(294.146)	(464.419)	9.347.833	8.356.648
	31/12/2016	30/06/2016	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Receita líquida	7.704.261	7.044.376	247.920	208.550	-	16	-	-	7.952.181	7.252.942
Custo dos serviços	(5.576.535)	(5.250.945)	(226.865)	(198.065)	-	-	-	-	(5.803.400)	(5.449.010)
Lucro bruto	2.127.726	1.793.431	21.055	10.485	-	16	-	-	2.148.781	1.803.932
Despesas com vendas	(560.600)	(428.616)	-	-	-	-	-	-	(560.600)	(428.616)
Despesas gerais e administrativas	(394.814)	(544.965)	(154)	(156)	(34.796)	(43.126)	-	-	(429.764)	(588.247)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	(986)	-	27.879	31.421	-	-	26.893	31.421
Amortização do direito de concessão	-	-	-	-	(6.373)	(6.707)	-	-	(6.373)	(6.707)
	1.172.312	819.850	19.915	10.329	(13.290)	(18.396)	-	-	1.178.937	811.783
Receita financeira	824.112	1.233.351	6.821	6.890	72.694	89.858	(40.740)	(57.673)	862.887	1.272.426
Despesa financeira	(1.031.351)	(1.014.165)	(1.194)	(414)	(7)	(6.240)	40.740	57.673	(991.812)	(963.146)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	965.073	1.039.036	25.542	16.805	59.397	65.222	-	-	1.050.012	1.121.063
Imposto de renda e contribuição social	(167.805)	(156.115)	(7.032)	(5.771)	(2.049)	671	-	-	(176.886)	(161.215)
Lucro antes das participações dos não controladores	797.268	882.921	18.510	11.034	57.348	65.893	-	-	873.126	959.848
Atribuível aos acionistas não controladores	-	-	7.501	4.696	-	-	153.408	146.670	160.909	151.366
Atribuível aos acionistas da controladora	797.268	882.921	11.009	6.338	57.348	65.893	(153.408)	(146.670)	712.217	808.482
Lucro líquido do período	797.268	882.921	18.510	11.034	57.348	65.893	-	-	873.126	959.848

42 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com as apólices de seguros contratadas pela Equatorial e por suas controladas CEMAR e CELPA, está demonstrada conforme a seguir:

Equatorial

Riscos	Vencimento das apólices	Importância segurada
D&O Geral	31/12/2017	30.000
Empresarial - Escritório	22/04/2017	1.650
Seguro garantia leilão de transmissão	26/04/2017	64.864

CEMAR

Riscos	Vencimento das apólices	Importância segurada
Riscos operacionais	31/12/2017	257.527
Responsabilidade civil geral - operações	31/12/2017	7.000
Riscos diversos	20/02/2017	1.295
Seguro garantia judicial	(a)	42.558
Seguro garantia leilão de energia	(b)	5
Automóvel	31/01/2017	(c)

- (a) Apólices vigentes até julho de 2018.
- (b) Apólices vigentes até agosto de 2017.
- (c) 112 veículos próprios segurados, conforme tabela FIPE.

A controlada CEMAR adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da CEMAR são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de um exame das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

CELPA

Riscos	Vencimento das apólices	Importância segurada
Riscos operacionais	31/12/2017	327.359
Responsabilidade civil geral - operações	31/12/2017	7.000
Automóvel (a)	31/12/2017	-
Seguro garantia judicial (b)	-	111.818
Seguro garantia leilão de energia (c)	-	303

- (a) 78 veículos próprios segurados de acordo com a tabela FIPE.
- (b) Apólices vigentes até JAN/2021
- (c) Apólices vigentes até JUN/2017

A CELPA mantém apólices de seguros, por montantes considerados suficientes, para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável por danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da CELPA são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de um exame das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

43 Eventos subsequentes

Equatorial Energia

A Companhia em 24 de abril de 2017 arrematou, no Leilão para Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 05/2016, o lote 31, localizado no estado do Pará, conforme descrito abaixo:

Lote	Estado	Linhas Km	Subest. Nº	Invest. ANEEL R\$ mil	RAP Máxima R\$ mil	RAP Contratada R\$ mil	Deságio	RAP / Capex	Início Oper. ANEEL	Data da Necessidade	EPCista
31	PA	436	3	671.285	139.316	126.081	9,5%	18,8%	ago/22	Imediato	Elecnor
TOTAL		436	3	671.285	139.316	126.081	9,5%	18,8%			

Obs: Data-base dos valores de RAP e Investimento - out/2016

O lote 31 é elegível ao recebimento da Receita Anual Permitida (“RAP”), de R\$ 126,1 milhões, corrigida anualmente pelo IPCA, a partir da data efetiva de entrada em operação, dado que a data de necessidade, conforme informada no edital do leilão, é imediata. A Companhia estima poder antecipar a entrada em operação em pelo menos 12 meses, relativamente à data prevista no edital.

O projeto é, em sua totalidade, elegível ao benefício fiscal SUDAM.

A curva de desembolso do investimento deste lote 31 é semelhante àquela apresentada para os lotes do leilão anterior (out/16), apenas deslocada em aproximadamente 6 meses.

2017	2018	2019	2020
20 - 25%		50 - 60%	15 - 30%

As alternativas de financiamento do investimento estão sendo avaliadas pela Companhia, de modo a otimizar a estrutura de capital e seu custo.

O resultado fortalece a posição da Equatorial no segmento de transmissão. Considerando o resultado consolidado dos leilões de outubro de 2016 e abril de 2017, com investimento total (estimado pela ANEEL) superior a R\$ 4,6 bilhões, a Equatorial Transmissão totaliza uma RAP de R\$ 851 milhões (data-base: out/16).

Transmissoras

Aumento de capital das Transmissoras SPE's

Em 12 de julho de 2017, o Conselho de Administração aprovou o aumento do capital social das controladas abaixo, mediante capitalização de crédito, nos termos do inciso IV, do artigo 166 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976:

Controladas	Valor
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	7.043
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	7.305
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	9.049
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	17.161
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	6.709
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	8.483
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	16.195
Total	71.945

CELPA

- **Liberação de Recurso BNDES** - Em 26 de abril de 2017, a companhia recebeu a liberação de recursos por parte do BNDES no montante de R\$ 80.444 mil, referentes ao contrato 15.2.0777.1, que atende a torre de investimento CELPA, 2015-2017.
- **Reestruturação da operação do Citibank** - Em 17 de abril de 2017, a companhia concluiu reestruturação da operação que tem junto ao Citibank no montante de USD 112.000 mil, que culminou com a alteração do fluxo de amortização, deslocando-o do período de 2017 a 2019 para o período de 2020 a 2021 e aumento da dívida para USD 175.000 mil. Na nova estrutura a operação está protegida por swap, cuja ponta passiva tem custo de 117,25% do CDI. A operação também teve alteração na garantia com a retirada do Aval da controladora Equatorial Energia.
- Emissão da segunda série da segunda emissão de debêntures
- Em 14 de julho de 2017 o Conselho de Administração da CELPA aprovou a emissão 2ª série da segunda emissão de debêntures, emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real e adicional fidejussória da Controladora Equatorial Energia, no montante total de R\$ 23.000 e com vencimento em janeiro/2024. A liquidação da operação está prevista para ocorrer em agosto/2017.
- Reajuste Tarifário 2017
- O Índice de Reajuste Tarifário (IRT) médio foi estabelecido em 1,54% (econômico), entretanto, considerando-se o efeito líquido da inclusão dos componentes financeiros na tarifa, o efeito médio a ser percebido pelo consumidor será de 7,19%.

IRT Econômico	1,54%
Inclusão de Componentes Financeiros ano corrente	3,42%
Exclusão de Componentes Financeiros ano corrente	2,22%
Efeito Médio do Consumidor	7,19%

- A parcela B teve um reajuste de 1,0% quando comparada à Parcela B vigente no último ano tarifário, influenciada positivamente pelo crescimento de volume no período e negativamente pelo IGP-M que foi de -1,33%, e pelo Fator X de 1,20%. Com isto a Parcela B homologada alcançou o valor de R\$ 1.623 milhões
- Com relação ao reajuste da Parcela A, o Pmix da compra de energia teve uma redução de 1,9%, resultando no custo médio de R\$ 170,19 por MWh. Destaca-se a redução ocorrida no custo com Geração Própria de -30,59%.
- Adicionalmente, foram estabelecidos os valores dos repasses mensais pela Eletrobrás à CELPA de R\$ 15.955 a título de Subvenção CDE - Descontos Tarifários.

Conselho de Administração

Carlos Augusto Leone Piani

Eduardo Saggioro

Firmino Ferreira Sampaio Neto

Guilherme Aché

Luís Henrique Moura

Marcelo Monteiro

Conselho Fiscal

Paulo Roberto Franceschi

Saulo de Tarso Alves de Lara

Vanderlei Dominguez da Rosa

Diretoria Executiva

Augusto Miranda da Paz Júnior
Diretor Presidente

Carla Ferreira Medrado
Diretora

Eduardo Haiama
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor

Marcos Antônio Souza de Almeida
Diretor

Tinn Freire Amado
Diretor

Geovane Ximenes de Lira
Gerente de Contabilidade e Tributos
Contador
CRC-PE012996-O-3-S-MA

“Parecer do Conselho Fiscal”

O Conselho Fiscal da EQUATORIAL ENERGIA S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia e Consolidado, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Com base nos exames efetuados e considerando o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, sem ressalva, emitido pela KPMG Auditores Independentes em 08 de março de 2016, opina que os referidos documentos, bem como a proposta da destinação do lucro do exercício, incluindo a distribuição antecipada dos juros sobre o capital próprio e o orçamento de capital, estão em condições de serem apreciados e votados pela Assembleia Geral.

Brasília/DF, 08 de Março de 2017.

Paulo Roberto Franceschi

Saulo Tarso A. Lara